

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

CLEBERSON PRUDENCIO SARAIVA

**O LUGAR DA AGRICULTURA URBANA: UM OLHAR SOBRE O ESPAÇO
PÚBLICO DO BAIRRO JARDIM TROPICAL, SERRA-ES**

**VITÓRIA
2022**

CLEBERSON PRUDENCIO SARAIVA

**O LUGAR DA AGRICULTURA URBANA: UM OLHAR SOBRE O ESPAÇO
PÚBLICO DO BAIRRO JARDIM TROPICAL, SERRA-ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia, na linha de pesquisa: Espaço, Cultura e Linguagem, área de concentração: Natureza, Produção do espaço e Território.
Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar Scarim

VITÓRIA
2022

Cleberson Prudencio Saraiva

**“O LUGAR DA AGRICULTURA URBANA: UM OLHAR SOBRE
ESPAÇO PÚBLICO DO BAIRRO JARDIM TROPICAL, SERRA-ES”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Geografia.

Aprovada em 11 de março de 2022.

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Paulo Cesar Scarim (UFES)
Orientador e Presidente da Sessão

Prof.^a Dr.^a Ana Christina Wignerom Gimenes (UFES)
Examinadora Interna

Prof. Dr. Carlos Alfredo Ferraz de Oliveira
Examinador Externo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
ANA CHRISTINA WIGNERON GIMENES - SIAPE 1172719
Departamento de Geografia - DG/CCHN
Em 12/05/2022 às 10:25

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/471666?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
PAULO CESAR SCARIM - SIAPE 2290603
Departamento de Geografia - DG/CCHN
Em 12/05/2022 às 11:01

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/471771?tipoArquivo=O>

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha querida esposa e companheira de utopia e iniciativas, herdeira de uma grande ruralidade vinda de seus pais e que ajudou muito no despertar da minha.

Aos meus queridos filhos, Pedro e Elis, que estiveram gravitando nessa caminhada, envolvidos em grande parte dessa utopia social com as plantas.

Aos meus pais, Francisco e Regina, ela valorizadora dos estudos e constante no cultivo de suas hortas; ele que viveu infância e juventude na lida do campo, tornando-se na cidade um trabalhador muito atento ao sustento da família.

Às minhas queridas irmãs, Marta, Márcia, Ivone e Milene, pelos constantes incentivos.

Aos meus sogros, Valdivino e Zenaide, ela, contínua no cuidado com os animais e plantas. Por ela, cresceu em mim a contemplação da beleza das flores. Ele, engenhoso no trabalho com a madeira e também amante da vida campal.

Um grande agradecimento ao **professor doutor e orientador Paulo Scarim**, pelo apoio neste caminhar; sua simplicidade foi essencial nos momentos de cansaço e confusão.

Agradeço também ao **Departamento de Geografia** — professores, servidores e coordenação —, pelo esforço em organizar e manter esse belo espaço de reflexão com vistas a construir um mundo melhor!

Aos membros da banca, pelo esforço de leitura e crítica.

RESUMO

As plantas cultivadas são um aspecto marcante na paisagem urbana; no caso da porção pública do bairro popular Jardim Tropical, localizado no município de Serra, Estado do Espírito Santo (ES), no Brasil (BR), são árvores para sombra e frutíferas, plantas medicinais, alimentícias e ornamentais que compõem os passeios e canteiros de ruas, terrenos vazios, praça, frente de quintais e varandas. O objetivo desta pesquisa foi discutir a distribuição e função, na porção pública do bairro, das plantas cultivadas, consideradas como expressões incipientes da multifuncionalidade da agricultura urbana, e que podem mitigar problemas socioambientais locais, de forma mais efetiva, conforme a intensidade das relações comunitárias existentes. A metodologia utilizada consistiu na pesquisa documental geo-histórica sobre o bairro, na pesquisa teórica sobre os conceitos relacionadas à agricultura urbana, como espaço urbano, lugar, Geografia das emoções, identidade e pertencimento territorial; na observação de campo das plantas cultivadas em todo o bairro; na realização de dez entrevistas com moradores que cuidam de plantas no espaço público, preferencialmente de cultivos diversificados e extensos. Na busca do entendimento da geograficidade das plantas cultivadas no espaço urbano público, os resultados apontaram para a existência de uma paisagem verde resiliente, em movimento no tempo e no espaço, cuidada sobretudo pelas pessoas com idade próxima dos 60 anos, que já tiveram uma vivência rural; os cultivadores compartilham parte do que é produzido, a saber, alimentos, plantas medicinais e ornamentais, mudas e sementes. Também são partilhados recursos como trabalho, saberes, ferramentas, adubo, terra e material para cercamento; o paisagismo formado pelas plantas embeleza, atrai pássaros e pessoas; tudo isso ajuda no principal: a construção de relacionamentos comunitários e participativos que revalorizam o espaço público e alimentam a utopia de uma sociedade mais saudável.

Palavras-chave: Agricultura urbana. Urbano. Lugar. Paisagem verde. Comunidade.

ABSTRACT

The cultivated plants are a striking feature of the urban landscape; in the case of the public portion of the popular Jardim Tropical neighborhood, located in the municipality of Serra, state of Espírito Santo (ES), in Brazil (BR), there are shade and fruit trees, medicinal, food and ornamental plants that make up the sidewalks and beds of streets, empty lots, squares, front yards and balconies. The objective of this research was to discuss the distribution and function, in the public portion of the neighborhood, of cultivated plants, considered as incipient expressions of the multifunctionality of urban agriculture, and that can mitigate local socio-environmental problems, more effectively, according to the intensity of community relations. Existing. The methodology used consisted of geo-historical documental research on the neighborhood, theoretical research on concepts related to urban agriculture, such as urban space, place, geography of emotions, identity and territorial belonging; field observation of plants grown throughout the neighborhood; in conducting ten interviews with residents who care for plants in public spaces, preferably from diversified and extensive crops. In the search for an understanding of the geographicity of plants cultivated in public urban space, the results pointed to the existence of a resilient green landscape, in movement in time and space, cared for mainly by people aged close to 60 years old, who have already had a rural experience; cultivators share part of what is produced, namely food, medicinal and ornamental plants, seedlings and seeds. Resources such as work, knowledge, tools, fertilizer, land and material for fencing are also shared; the landscaping formed by plants beautifies, attracts birds and people; All of this helps in the main thing: building community and participatory relationships that revalue public space and feed the utopia of a healthier society.

Keywords: Urban Agriculture. Urban. Place. Green landscape. Community.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Localização do bairro Jardim Tropical	16
Figura 2 — Limites do bairro Jardim Tropical.....	17
Figura 3 — Partes do bairro Jardim Tropical.....	21
Figura 4 — Escalas de análise da cidade	41
Figura 5 — Programa Casa Cidades	60
Figura 6 — Planejamento Inicial.....	656
Figura 7 — Núcleos para criação de atividades recreativas e horta comunitária....	667
Figura 8 — Atividades iniciais na Massaforte.....	689
Figura 9 — Atividades iniciais com escoteiros	72
Figura 10 — Preparação para a Cerimônia de Promessa.....	734
Figura 11 — Atividade escoteira na Massaforte.....	745
Figura 12 — Entorno da escola Dinorah	767
Figura 13 — Entorno do Dinorah.....	778
Figura 14 — Núcleo Massaforte.....	81
Figura 15 — Encerramento das atividades	82
Figura 16 — Primeiros frutos.....	834
Figura 17 — Benefícios das plantas na cidade	889
Figura 18 — Exemplo de plantas espontâneas espalhadas pelo bairro.....	90
Figura 19 — Plantas cultivadas no passeio das ruas.....	92
Figura 20 — Plantas em quintais e varandas.....	956
Figura 21 — Localização das plantas nas ruas e compartimentação da paisagem	978
Figura 22 — Ruas regulares da parte norte	100
Figura 23 — Ruas regulares da parte sul.....	102
Figura 24 — Avenida Central	1034
Figura 25 — Entorno da escola Valiati	1056
Figura 26 — Área Verde	1078
Figura 27 — Campinho	1090
Figura 28 — Massaforte e entorno da escola Dinorah.....	111
Figura 29 — Local das entrevistas	1134

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO, RECORTE E METODOLOGIA	8
1.1	INTRODUÇÃO	8
1.2	METODOLOGIA.....	10
1.3	RECORTE ESPACIAL DA PESQUISA	15
2	FOME, CRISE E AGRICULTURA URBANA	23
2.1	O CRESCIMENTO DA FOME, A PANDEMIA E A CRISE ECONÔMICA	23
2.2	AGRICULTURA URBANA: HISTÓRIA, EXPRESSÕES E URGÊNCIA.....	26
3	O ESPAÇO URBANO	35
3.1	O ESPAÇO URBANO DAS GRANDES CIDADES DO BRASIL	35
3.2	O BAIRRO URBANO POPULAR	40
4	LUGAR, EMOÇÕES, UTOPIA E PERTENCIMENTO	44
4.1	O LUGAR.....	44
4.2	A GEOGRAFIA DAS EMOÇÕES	49
4.3	AS UTOPIAS	53
4.4	IDENTIDADE TERRITORIAL E PERTENCIMENTO.....	55
5	PAISAGEM VERDE E AGRICULTURA URBANA	59
5.1	UMA TENTATIVA DE HORTA COMUNITÁRIA	59
5.2	RESULTADOS DA VIVÊNCIA DO PROJETO	84
5.3	PAISAGEM VERDE E POSSIBILIDADES DE AGRICULTURA URBANA NO ESPAÇO PÚBLICO DO BAIRRO JARDIM TROPICAL	87
5.4	A COMPARTIMENTAÇÃO DA PAISAGEM VERDE DO ESPAÇO PÚBLICO.....	96
5.5	OS SUJEITOS DO CULTIVO NO ESPAÇO PÚBLICO	112
6	CONCLUSÃO	121
	REFERÊNCIAS	124
	ANEXOS	129
	ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA DA PESQUISA	130
	ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	132
	ANEXO C – TABELA DE RESUMO DAS ENTREVISTAS	134

1 INTRODUÇÃO, RECORTE E METODOLOGIA

1.1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo investigar as manifestações e a distribuição das plantas cultivadas no espaço público urbano, vistas a partir da rua, do bairro popular urbano Jardim Tropical, localizado em Serra-ES. O bairro é oriundo do acelerado e desordenado crescimento urbano, que trouxe consigo muitos problemas sociais, como a fome, o desemprego, a violência, a poluição e a falta/deficiência de serviços públicos de saúde, habitação, lazer e saneamento (CASTIGLIONI, 1994).

A agricultura urbana contempla práticas multidimensionais, e, de modo geral, seus benefícios alimentares, econômicos, ambientais, culturais são vistos como respostas aos problemas contemporâneos da cidade, entretanto não se verifica uma disseminação articulada nos bairros populares, nem a atuação de movimentos sociais urbanos e políticas públicas consistentes de apoio a essa atividade (ALMEIDA, 2016). Apesar de trazer em si uma dimensão de autonomia, no sentido de que a pessoa/comunidade possa produzir parte dos seus alimentos, a agricultura urbana está inserida dentro do contexto das cidades, porção do espaço geográfico marcada profundamente pelas carências sociais e pelos conflitos, o que leva a uma necessidade de cooperação (SANTOS, 2006).

A permanência histórica da paisagem verde, enquanto expressão da agricultura urbana nas cidades, está muito relacionada aos costumes trazidos da vida pregressa no ambiente rural, chamadas ruralidades, principalmente para produção complementar de alimentos (DOURADO, 2015). Outro fator, mais recente, são os ativismos urbanos de cunho socioecológico-ambiental, que carregam reivindicações sociais com aspectos simbólicos e político-ideológicos, podendo dar origem a hortas comunitárias e cultivos de plantas ornamentais/medicinais no espaço público, algumas vezes ultrapassando a finalidade de produzir alimentos; incluem, ainda, no seu conjunto, a dimensão do entretenimento, do lazer, da estética e da contemplação das plantas (NAGIB, 2016).

Uma discussão sobre o conceito de bairro popular (AFONSO; SERPA, 2007) caracteriza-os pela realidade geográfica econômica, social e espacial, em relação

dialética: são agrupamentos sociais demarcados administrativamente, em que parte expressiva da população é pobre, aposentada ou trabalha majoritariamente nas atividades do Circuito Inferior da Economia (SANTOS, 2008a), como os serviços domésticos, as vendas ambulantes, o comércio local, a construção civil, o transporte e a catação de materiais recicláveis. O cotidiano social desses bairros é espacial é intensamente compartilhado, seja através da utilização das ruas e praças ou pela cooperação entre vizinhos e familiares, resultado da grande densidade populacional, da pequena distância entre as residências e do nível econômico dos moradores; e também dos problemas com segurança e outras carências de serviços públicos.

O presente estudo foi dividido em cinco capítulos. O capítulo 1 inicia com a apresentação da metodologia utilizada, composta pela revisão de literatura, pela observação de campo e pelas entrevistas com pessoas que cultivam no espaço público. Na sequência, é apresentado o recorte espacial da pesquisa, a saber, o bairro Jardim Tropical, em Serra-ES, trazendo seus aspectos geo-históricos baseados em pesquisa documental e na vivência de 40 anos do autor no local.

No capítulo 2, procura-se mostrar a gravidade atual do problema da fome, decorrente da crise social, ambiental e econômica urbana, situando a multifuncionalidade da agricultura urbana como uma importante possibilidade de resposta à questão. O espaço urbano das grandes cidades do Brasil é debatido no capítulo 3, buscando seus aspectos marcantes, notadamente questões relacionadas ao uso da porção pública; outro tópico é sobre o conceito de bairro, uma vez que nele pode-se observar e participar das relações sociais cotidianas relacionadas com a agricultura urbana.

Já o capítulo 4 é voltado para a importância do lugar enquanto instância espacial de afetividade, de manifestação das emoções na caminhada das utopias individuais e coletivas, o que leva ao surgimento dos pertencimentos e identidades territoriais. Em seguida, no capítulo 5, apresenta-se a trajetória de um projeto socioambiental realizado no bairro Jardim Tropical entre 2018 e 2019, e chega-se ao conceito de paisagem verde pública do local da pesquisa, como foco do olhar, mirando identificar iniciativas de agricultura urbana, das sutis até aquelas mais expressivas, nas plantas cultivadas no espaço público do bairro.

1.2 METODOLOGIA

Esta pesquisa é do tipo quanti-qualitativa, construída com base em revisão de literatura, pesquisa documental e observação de campo. As referências teóricas diretas são da literatura geográfica brasileira — opção fundamentada pelo grande número de trabalhos disponíveis em encontros, revistas e programas de pós-graduação da Geografia no Brasil, que referenciam autores clássicos e contemporâneos da disciplina. Ressalta-se a importância da categoria **urbano**, por ser base material da agricultura urbana, abrigo espaço particular da pesquisa, com seu cotidiano e suas variadas relações sociais, desdobradas no território e na paisagem; em outras palavras, conhecer o urbano, delineá-lo, perceber seus principais aspectos para melhor compreensão da paisagem verde e potencial da agricultura.

A parte qualitativa da pesquisa caracteriza-se por ter o próprio local do fenômeno estudado como fonte direta de informações, tendo teor indutivo e descritivo ao mesmo tempo; há o interesse do pesquisador pela representação e valoração que as pessoas atribuem ao fenômeno estudado. Durante essas etapas, o pesquisador vai desenvolvendo sua interpretação, sendo a descrição uma etapa muito importante para a análise das informações obtidas. Na pesquisa qualitativa há uma situação particular, por exemplo, pode ter um grande significado para a interpretação da pesquisa; na subjetividade dos entrevistados, aparecem os sentimentos e a representação do espaço vivido relacionados ao objeto desta pesquisa.

A caracterização geográfica do recorte espacial, a saber, o bairro urbano popular de Jardim Tropical, no município de Serra-ES, mostra seu contexto geo-histórico recente. Essa etapa foi realizada através de pesquisa documental baseada em reportagens antigas de jornal impresso disponíveis em meio digital; e em informações no site da Prefeitura de Serra; bem como por meio das vivências do autor, morador do bairro há 42 anos, desde os sete anos de idade.

Além disso, cabe destacar a **participação do autor como pesquisador e ativista em um projeto socioambiental** no bairro Jardim Tropical, na área chamada Massaforte, entre 2018 e 2019, para substituir pontos viciados de lixo por práticas iniciais de agricultura urbana articulada com atividades recreativas, esportivas e

culturais. Pode-se enquadrar essa experiência na categoria de pesquisa-ação, que consiste numa pesquisa social empírica, associada a uma ação, cujo objetivo é resolver um problema coletivo, em que o pesquisador e as pessoas envolvidas na situação atuam juntos e de modo cooperativo (THIOLLENT, 2011, apud NAGIB, 2016, p. 27)¹. Também foi realizada uma **observação de campo** da paisagem verde do espaço público do bairro, a partir da rua, seguida de mapeamento das plantas cultivadas e compartimentação. Ela ocorreu por meio de caminhada pelas ruas para identificar visualmente e fotografar as plantas cultivadas no espaço público, sejam ornamentais, medicinais ou frutíferas.

Realizaram-se, ainda, dez entrevistas de campo com os moradores do bairro que tinham cultivos de plantas mais expressivos em diversidade e tamanho no espaço público do bairro. Ocorreram na fase final do trabalho, entre os dias 10 e 13 de janeiro de 2022, tendo sido organizadas, aprovadas e aplicadas em conformidade com as orientações do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Ufes (CEP/CCHN). O processo de aprovação no CEP auxiliou muito na estruturação da pesquisa, na definição do objetivo e da metodologia, e no essencial, garantir a ética nas entrevistas. O projeto de pesquisa foi submetido em 16/08/2021 e, após vários trâmites, obteve aprovação para execução em 03/12/2021. Nele constavam os seguintes documentos:

- projeto de pesquisa detalhado em 13 páginas;
- roteiro de entrevista não estruturado (ANEXO A);
- termos de consentimento livre e esclarecido (TCLE), em que a pessoa aceita ser entrevistada (ANEXO B); e
- cronograma de execução.

O objetivo central das entrevistas era identificar, nas iniciativas de agricultura urbana, em outras palavras, na lida cotidiana com as plantas no espaço público do bairro Jardim Tropical, os aspectos funcionais, a saber, benefícios, dificuldades, recursos necessários e práticas; e também os aspectos subjetivos/relacionais, a saber, as emoções despertadas na relação com as plantas e com as pessoas. Outro interesse dirigiu-se para a ocorrência da ruralidade, do pertencimento comunitário e dos ativismos ecológicos, econômicos e sociais. O fato de como a relação com as plantas

¹ THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2011.

no espaço público pode ajudar, de forma expressiva, a construir uma vizinhança, um bairro, uma cidade e um mundo melhor (melhorando as relações comunitárias, a alimentação, a saúde, a geração de renda, o conforto e a estética ambiental) é o que chamamos de **utopia** ou sonho com a agricultura urbana, questão central para a pesquisa.

As entrevistas com as pessoas que cultivam plantas no espaço público do bairro (em face da multifuncionalidade da agricultura urbana) consistiram numa conversa individual no local de cultivo, orientada por questionário aberto, com duração máxima de 30 minutos. A relação entre o número de áreas com os grupos de plantas identificadas e a quantidade entrevistas é de 150/10, com principal interesse no aspecto qualitativo; o tamanho definido para a amostra foi de, no mínimo, 10 e, no máximo, 20 pessoas distribuídas pela compartimentação feita no bairro, optando-se por realizar o número mínimo de entrevistas, isso é, 10, sendo duas por compartimento da paisagem verde, considerando o tempo disponível para conclusão de pesquisa após a aprovação no CEP. Como o entrevistador era do sexo masculino, optou pelo acompanhamento de uma assistente feminina, a fim de melhorar a receptividade e devolutiva durante a aplicação do questionário. Também foram utilizadas máscaras e mantido afastamento durante as entrevistas, como medida preventiva à covid-19.

O questionário foi elaborado com base nos objetivos da pesquisa, solicitando informações ao entrevistado, por meio do termo de consentimento, que visavam conhecer a história da ligação da pessoa com as plantas/agricultura, o sentido de comunidade que o indivíduo percebe e a motivação/emoção presente nessa atividade. O conhecimento dessa dinâmica de uso/apropriação do espaço público poderá servir para que ativistas e grupos organizados atuem no fortalecimento comunitário das práticas agrícolas na cidade; também poderá servir para embasar a reivindicação por políticas públicas para a agricultura urbana. Poderá representar para os entrevistados um tipo de valorização e reconhecimento pela atividade/trabalho que desenvolvem.

Dentre os entrevistados, dois não assinaram o TCLE; um por se dizer analfabeto e outro, apesar de conceder a entrevista, mesmo recebendo explicações sobre o uso seguro das informações e apresentação do termo, não quis assinar (aparentava estar muito desconfiado). Assim, por motivos de segurança de dados, evitar constrangimentos e importunações judiciais, decidiu-se utilizar de todas as

informações obtidas nas entrevistas sem uso de imagens dos entrevistados, e substituindo as identificações pessoais pelos codinomes “Entrevistado”. Acreditamos que essa iniciativa pode ser percebida pelos participantes como uma forma de valorização pelas suas atividades com as plantas.

O roteiro de entrevista contemplava cinco partes, com os seguintes objetivos:

Parte 1 - IDENTIFICAÇÃO: conhecer o indivíduo que planta, seu perfil social e econômico básico, como idade, sexo, renda familiar, quantidade de residentes, profissão, ocupação, se possui ou não quintal.

Parte 2 - RELAÇÃO COM AS PLANTAS: buscar entender de onde nasceu o interesse, como cuida, se tem companhia na empreitada, benefícios, dificuldades, acesso a insumos (água, mudas, sementes, terra, adubo), tempo despendido e conhecimentos sobre as plantas que cultiva.

Parte 3 - UTOPIA: saber se existe, dentro da atitude de plantar, desejos que vão além de seus próprios, verificando seu sonho para a humanidade, se o plantio é capaz de alterar as condições existentes no bairro e se é possível estimular em outras pessoas o desejo de cultivar

Parte 4 - EMOÇÃO: conhecer os sentimentos que envolvem e encantam as pessoas em sua atividade de plantar, e através deles identificar se existem mecanismos palpáveis que sirvam de propulsores para os plantios.

Parte 5 - COMUNIDADE: identificar o grau de relação comunitária e sondar a possibilidade de expansão dos plantios existentes, porém em maior escala, como uma horta comunitária.

Por fim, vale ressaltar alguns aspectos que acreditamos serem influências importantes para a proposição da pesquisa. Eles contêm em si a nossa orientação de método, que certamente passam pela via da Geografia Humanista², interessada nas pessoas envolvidas, nos seus sentimentos, na percepção e na representação que fazem dos desafios da vida, em busca da felicidade.

² O horizonte humanista na geografia tem sido forte nas últimas décadas, com referências variadas, mas em geral crítico em relação à ciência institucionalizada. Sua origem remonta à escola vidaliana, mas torna-se forte a partir dos anos 1970, reagindo ao positivismo lógico, excesso de quantificação, abordagens mecanicistas, reducionista e determinista, de uma geografia com pouca presença do humano — seus sentimentos e representações (GOMES, 2003, p. 306).

Ganha relevo, portanto, a vivência deste autor, situada histórica e geograficamente enquanto sujeito, trabalhador industrial urbano desde 1990, que transitou de classe econômica (de baixa para média); filho de lavradores, que migraram do sudeste de Minas Gerais para a Grande Vitória na década de 1980, na busca de melhores condições de vida; morador de bairro popular há 40 anos, onde se deu a maior parte das observações empíricas desta pesquisa. Nesse tempo, tem alimentado uma utopia voltada para a vida social mais comunitária, mediada pela agricultura urbana e agroecologia, começando a atuar efetivamente desde 2018, na tentativa de articulação na escala de vizinhança de quadra, rua e porção de bairro.

E assim, conforme afirma Claval (2013, p. 152), as experiências vividas refletem de alguma forma no percurso da pesquisa:

[...] suas reflexões carregam a marca da formação que recebeu, do meio social e intelectual onde evoluiu, das políticas ali executadas. O saber que ele elabora deve ser contextualizado: o pensamento não se move em um ambiente sem fricções e tensões. O saber que resulta do tratamento dos dados é "situado" — isto é, universal.

Uma base importantíssima para o debate se deu na experiência concreta vivida no projeto de agricultura urbana do Fundo Casa em Jardim Tropical, entre 2018 e 2019 – quanta emoção: euforia, frustração, esperança, tristeza, alegria. E a utopia foi lapidada. Ficaram marcadas nessa vivência:

- a questão emocional, principalmente, sobretudo quando tudo parecia perdido, sem condições de continuar;
- as frustrações entre utopia/desejo do pesquisador e do grupo com a realidade;
- a necessidade de celebrar as pequenas conquistas; trata-se de nutrir as relações sociais, a amizade, a cooperação; e
- a dimensão do encantamento à medida que as mudanças no ambiente, ainda que pequenas, começam a acontecer.

O geógrafo Milton Santos, na introdução da edição consultada da obra *Geografia da Fome*, realça uma enorme contribuição de Castro, colocando-a como um marco histórico e político para a Geografia brasileira:

A mensagem que ressoou no contato com a obra do geógrafo/cientista social Josué de Castro, consciente de sua missão intelectual de contribuir para a felicidade da humanidade, ainda que “de forma infinitesimal” e de “que todo homem, qualquer homem comum, poderá contribuir para a melhoria do mundo”; na sequência, ele acrescenta que sua obra é escrita “com esta

mesma crença na obra de cooperação de cada um, **de co-participação ativa na busca de um mundo melhor**³ [...]” (SANTOS, 1957, p. 19, grifo nosso).

Santos (1957, p. 29) afirma que Castro é um “autêntico possibilista”. Isso trouxe uma inquietação sobre o espírito desta pesquisa: coloca-se como possibilista no sentido de considerar a organização da agricultura urbana como uma forma de adaptação aos grandes problemas urbanos?

1.3 RECORTE ESPACIAL DA PESQUISA

Esta pesquisa tem como base territorial de estudo o bairro urbano popular Jardim Tropical, localizado no município de Serra-ES, no Estado do Espírito Santo, Brasil (Figuras 1, 2 e 3), dentro da Região Metropolitana da Grande Vitória, área dinâmica e aglomerada, resultante da modificação da economia do estado a partir da década de 1960, que concentrou grandes indústrias, investimentos econômicos e sociais, causando um intenso êxodo rural e desequilíbrios regionais. O acelerado e desordenado crescimento urbano trouxe consigo muitos problemas sociais, como o desemprego/subemprego, a violência, a poluição e a falta/deficiência de serviços públicos de saúde, habitação, lazer e saneamento (CASTIGLIONI, 1994).

³ Este pensamento se aproxima do conceito de “Comum” discutido por Dardot e Laval (2017). Ao comentar sobre a “era do homem social” em contraposição a “era do homem econômico”, Castro (1957) parece ter sentido o trauma que os horrores da Segunda Guerra Mundial deixaram na humanidade. Sua determinação em ajudar a expor e encontrar soluções para o problema da fome parece ser decorrente dessa afetação..

Figura 1 — Localização do bairro Jardim Tropical



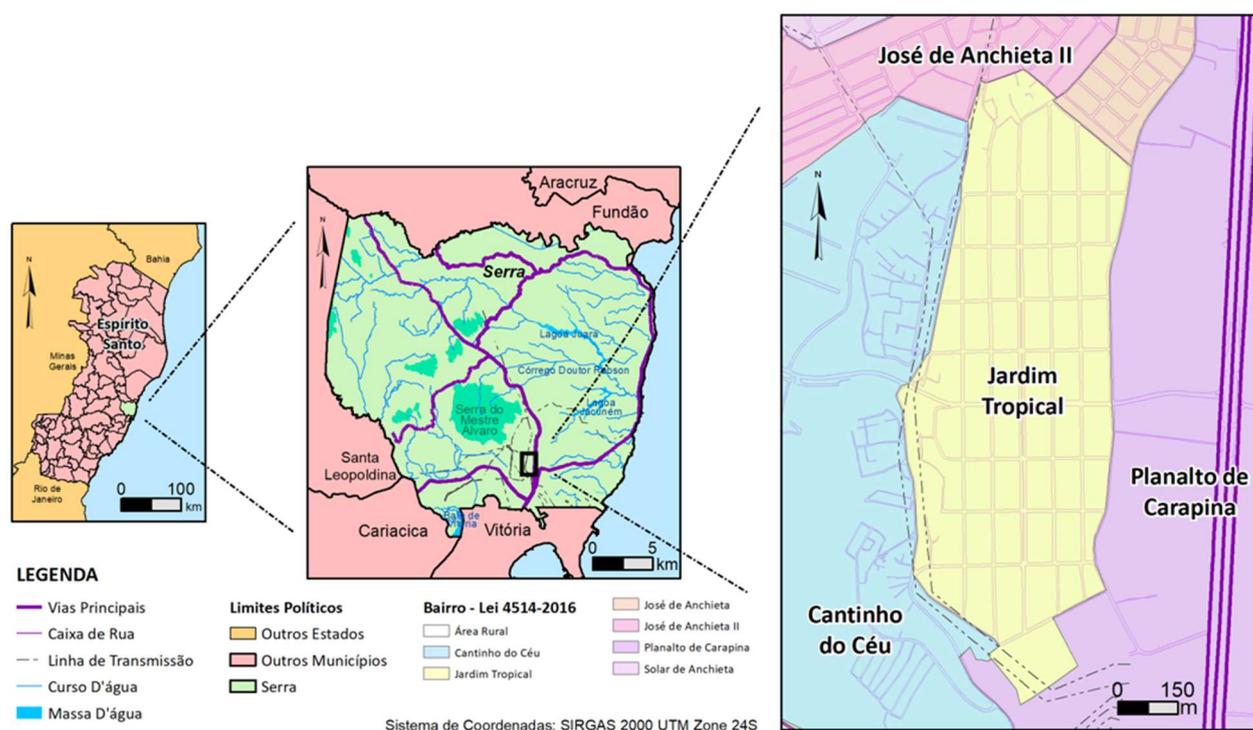
Fonte: Prefeitura Municipal de Serra (acesso em 25 out. 2021), adaptado pelo autor.

O município de Serra é cortado pela movimentada rodovia federal BR-101, importante rota de escoamento comercial do país. O município detinha, em 2010, a segunda maior arrecadação de impostos e o quarto Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do estado; o setor industrial é o maior do Espírito Santo, respondendo com mais de um terço do PIB neste segmento (FERREIRA, 2018; IBGE, 2010). Apesar da pujança econômica, há uma deficiência nos serviços públicos, decorrente do rápido crescimento populacional das décadas anteriores, provocando assimetria na distribuição de renda da população, a qual está distribuída em 124 bairros agrupados em sete regiões administrativas organizadas pelo poder público (PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA, 2013).

Nesta realidade socioespacial, insere-se o bairro Jardim Tropical, localizado na área urbana do município de Serra-ES, ocupando uma área aproximada de 0,5 quilômetros quadrados (km²), quase toda em uma das bordas do Tabuleiro Costeiro de altitude média de 40 metros. Seu contingente populacional em 2010 registrou 7.546

moradores, majoritariamente, de baixa renda, habitando 2.694 domicílios (IBGE, 2010). Exerce uma centralidade comercial e de serviços sobre os bairros vizinhos, a saber, Cantinho do Céu, José de Anchieta II, Central Carapina e Jardim Central (Figura 2), os quais situam-se sobre uma base geomorfológica de Encosta e Planície Fluviomarinha do Rio Santa Maria, com altitude entre 5 e 10 metros (PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA, 2016).

Figura 2 — Limites do bairro Jardim Tropical



Fonte: Prefeitura Municipal de Serra (acesso em 25 out. 2021), adaptado pelo autor.

Os limites do bairro são, conforme Figura 2:

- No entorno Leste, está a Rodovia BR-101, onde funcionam muitas empresas. Nessas áreas, até meados da década 1990, havia grandes vazios urbanos, muitos deles sendo utilizados como campos de futebol.
- À Oeste, estão os bairros Cantinho do Céu e José de Anchieta II (ambos na encosta e na planície), de renda inferior; uma boa parte do limite entre Jardim Tropical e esses bairros é atravessada longitudinalmente pelas antigas linhas de alta tensão de concessionária de distribuição de energia elétrica estadual

(atual EDP). Originalmente, o bairro Jardim Tropical abrangia também o bairro Cantinho do Céu.

- Ao Sul, localiza-se:
 - Na planície, está o bairro Central Carapina, antigo Sossego, com ocupação ocorrida no final dos anos 1970 e contando hoje com saneamento, serviço públicos e uma rede de pequenos comércios onde atua uma Associação de Microempreendedores.
 - Também na planície, surgiu mais recentemente, no início de 2010, o bairro Jardim Central, resultado de uma ocupação numa área alagada chamada de Recanto Tropical, que veio a tornar-se, atualmente, o pequeno bairro Jardim Central, atualmente com as ruas calçadas e iluminação, serviços de água e energia elétrica.
- Ao Norte está o bairro José de Anchieta, sobre o planalto — conjunto habitacional construído em etapas a partir de 1977, com área total de 1,16 km² e 2.905 lotes, com população atual de 6.363 habitantes (IBGE, 2010).

O contexto histórico-espacial de origem do atual bairro Jardim Tropical se deu a partir de 1960, sendo intensificado nas duas décadas seguintes, quando a Grande Vitória recebeu um grande número de migrantes — muitos lavradores e trabalhadores pobres — vindos das cidades do interior do Espírito Santo, do nordeste de Minas Gerais e do sul da Bahia, trazendo sua cultura rural para a agitada vida urbana. As grandes indústrias de Vitória — ArcelorMittal (antiga CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão) e Vale (antiga CVRD – Companhia Vale do Rio Doce) —, atraíram pessoas para a ocupação dos bairros periféricos da Serra, como o município vizinho de Cariacica. O Centro Industrial de Vitória (Civit), localizado no município de Serra, foi criado em 1969, mas até o início da década de 1980 tinha poucas indústrias (FERREIRA, 2018).

O primeiro registro sobre a origem do bairro Jardim Tropical remonta a 1955, com a aprovação na Prefeitura de um loteamento particular com área de 800 mil metros quadrados (m²) ou 0,8 km², 60 quadras e 1.100 lotes (DESTAQUE, 2000). Uma reportagem publicada em jornal relata que os primeiros moradores chegaram por volta de 1960, através de uma ocupação na parte plana, a qual, porém, estendeu-se para a porção da chamada Área Verde, localizada na encosta entre o tabuleiro costeiro e

a planície de alagamento. A ocupação era conhecida inicialmente como Concheiras e, mais tarde, como Cantinho do Céu (JARDIM, 2006).

O morador Emiliano Ribeiro da Silva, 75 anos (*in memoriam*), marceneiro aposentado, presidente da Associação de Moradores na década 1980, disse que, quando sua família chegou, encontraram um local com poucos vizinhos e muita lama, acrescentando que “aqui era uma fazenda que pertencia a João Milton Varejão e foi invadida. Quando chegamos, encontramos trilhas, sapé e camará”. Declarou ainda que “muita gente pagou pelos terrenos aqui, mas inúmeros moradores invadiram os lotes da antiga fazenda”. Na frente da casa dele, tinha uma lagoa onde “as mulheres lavavam as roupas e as crianças brincavam, mas a gente só pegava água para fazer comida nas nascentes da Sete Bicas”, recordou sua esposa, a senhora Creuza, 66 anos. Além disso, “demorou para conquistarmos pavimentação e iluminação; a escola municipal de ensino fundamental Dinorah Pereira Barcelos começou em um barracão”.

Os irmãos Jair Nunes e Ilda Nunes de Almeida, que passaram a residir no local por volta de 1970, relataram que não havia água, luz nem ruas pavimentadas (BORGES, 2003). O asfaltamento e as obras de drenagem aconteceram por volta de 1986. As obras de drenagem ficaram paradas por cerca de dois anos, deixando grandes valas abertas, locais perigosos, mas onde muitas crianças brincavam. Com a criação da Associação de Moradores do bairro, aconteceu, no dia 16 de março de 1986, uma reunião em que foi escolhido por votação um novo nome para a localidade, que passou a ser chamada Jardim Tropical (os outros nomes propostos foram Ipiranga, Mestre Álvaro, Planalto, Jardim Anchieta e Nova República).

A partir de meados da década de 1980, alguns moradores de Jardim Tropical migraram para os novos conjuntos habitacionais em Serra⁴, como Barcelona e Feu Rosa, este atualmente o mais populoso do município, cuja construção foi iniciada nos primeiros anos de 1980, com a entrega das casas a partir de 1985.

Nos primeiros 15 anos do bairro, o movimento comunitário era bastante atuante, com muitos dos seus membros ligados à Igreja Católica. Os principais problemas no fim da década de 1990 eram a rede de esgoto deficiente, que cobria cerca de 50% do

⁴ Lembro-me na ocasião do início da minha adolescência, quando alguns colegas da rua e da escola se mudaram para o bairro Feu Rosa e para o bairro Barcelona.

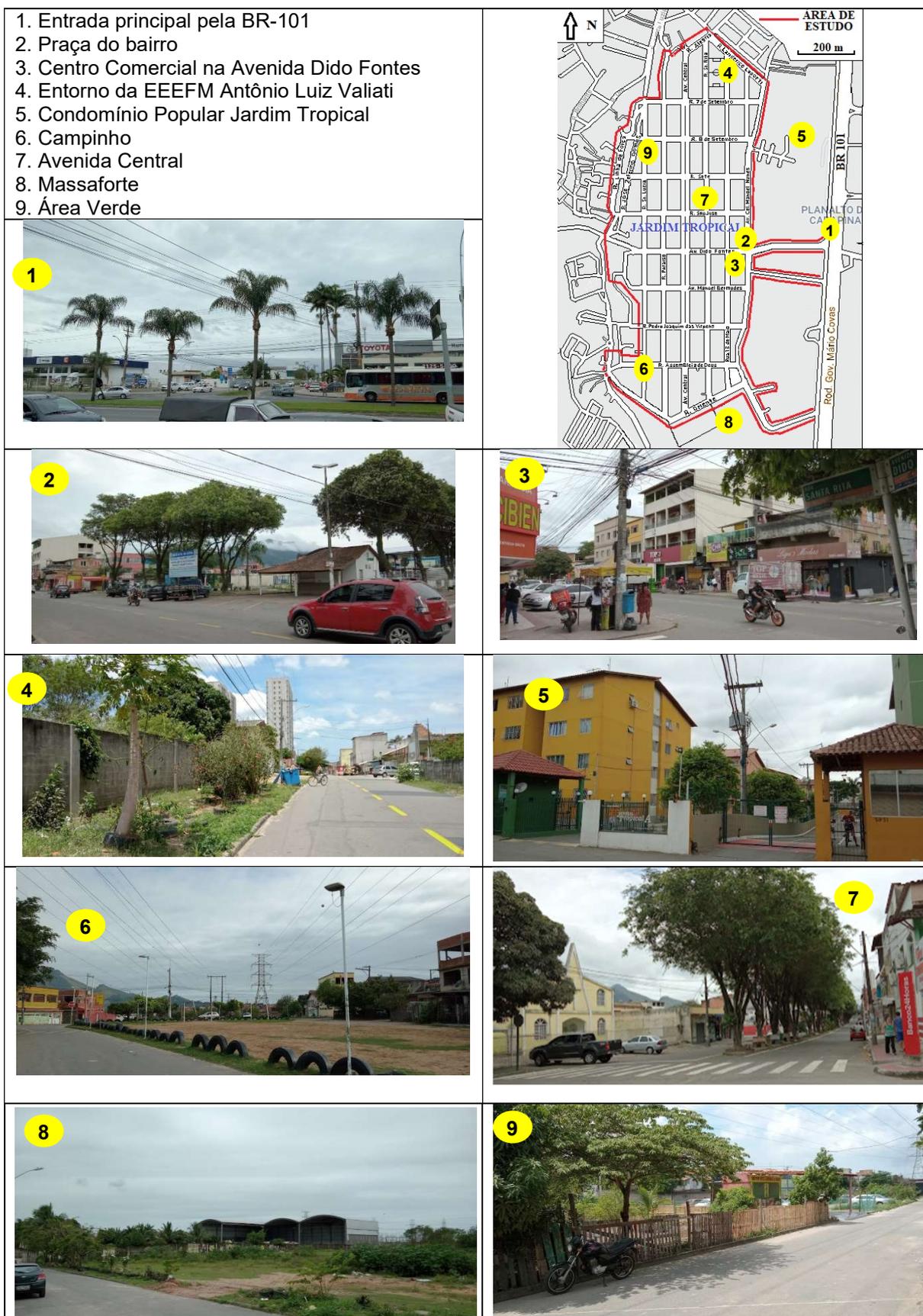
bairro, a insegurança à noite e a falta de pavimentação de algumas ruas (DESTAQUE, 2000). As chamadas área verdes “invadidas” não possuíam quase nenhuma infraestrutura. Como opção de lazer, até o início dos anos 1990, os moradores tinham cerca de cinco campos de futebol de várzea e, atualmente, restou apenas um. As crianças podiam brincar nas ruas tranquilamente porque quase não circulavam carros. A praça do bairro só ficou pronta durante os anos 1990.

Até meados da década de 1980, o bairro tinha apenas duas mercearias grandes; quem quisesse comprar em um grande supermercado ou quilão tinha que ir até o Centro de Vitória, nos supermercados da Vila Rubim. Por volta da segunda metade dos anos 1990, os grandes supermercados foram se descentralizando pela Grande Vitória, surgindo, por exemplo, em Goiabeiras, Carapina e Jardim Limoeiro — locais mais próximos. Até meados dos anos 1990, o município de Serra não contava com um centro comercial expressivo, mas, no início da década de 2000, o bairro de Laranjeiras, que distancia de Jardim Tropical cerca de 4 km, consolidou-se em um grande centro comercial, com grande variedade de estabelecimentos comerciais e de serviços, por exemplo, grandes supermercados, grandes redes de eletrodomésticos, móveis e lojas de roupa (SARAIVA, 2010)⁵.

Por volta de 2004, foi criado em Jardim Tropical um conjunto de prédios populares, através do programa do governo federal de arrendamento residencial – PAR (ver Figura 3.5), cujo objetivo era facilitar a moradia à população de baixa renda, sob a forma de arrendamento residencial com opção de compra, o que trouxe um aumento populacional de cerca 1.500 moradores e mais fluxos comerciais.

⁵ Os relatos sobre a história do bairro são baseados na vivência que o autor teve como morador do bairro Jardim Tropical, de 1981 até a data de entrega desta dissertação para defesa.

Figura 3 — Partes do bairro Jardim Tropical



Fonte: Observação de campo entre 08/2021 e 02/2022; Prefeitura Municipal de Serra (acesso em 25 out. 2021), adaptado pelo autor.

A Associação de Moradores, desde o início da década de 2000, não teve uma participação comunitária efetiva e constante, ocorrendo frequentemente a desarticulação e a inatividade dos mandatos. Entretanto, em uma grande área que servia de depósito de lixo e entulho, atualmente está em fase final de obras um empreendimento de apartamentos, com duas torres de 15 andares (Figura 3.4), estacionamento e área de lazer. O bairro Jardim Tropical, devido à sua localização privilegiada, próxima à BR-101 e a grandes indústrias, e a partir da intensa atividade econômica ocorrida no Brasil entre meados da década de 2000 e 2010, incorporou um fluxo intenso de veículos e pessoas. Nos terrenos maiores, situados nas ruas paralelas e próximas à BR-101, funcionam empresas de transportes; galpões foram construídos para locação, armazenamento de materiais, oficinas e prestação de serviço das grandes indústrias de Serra.

2 FOME, CRISE E AGRICULTURA URBANA

2.1 O CRESCIMENTO DA FOME, A PANDEMIA E A CRISE ECONÔMICA

No ano de 2008, o mundo passou a ter a maior parte de sua população vivendo nas cidades e uma parcela imensa nos grandes centros urbanos, com a maioria concentrada nas periferias, morros e favelas. A previsão é de que, em 2050, esse contingente será de três quartos da humanidade. Isso implica um grande adensamento populacional, uma demanda imensa por alimentos e geração de renda — os governos e os “urbanos” mais pobres enfrentam esse desafio cotidianamente.

É nesse contexto que a agricultura urbana se coloca, com potencial para atenuar tais problemas, com uma dimensão revolucionária (por muitas vezes rejeitar o neoliberalismo excludente) e, ao mesmo tempo, pacífica. Na década de 2010, aprofundou-se o debate sobre a intensificação do aquecimento global, que é inseparável da dinâmica capitalista de produção. A ameaça de uma tragédia ambiental cada vez mais próxima, associada à grave crise social e econômica, agravada ainda mais pela atual pandemia de covid-19, tem fortalecido ativismos, mobilização populares e movimentos sociais para a efetivação de política das garantias constitucionais que compõem o direito à cidade — condições dignas de trabalho, saúde, educação, lazer, transporte e moradia (NAGIB, 2016).

Importante mencionar, nesse momento, a mensagem do Papa Francisco (2015), alertando e chamando o mundo para relações sociais mais justas, expressadas no cuidado e zelo com o nosso lugar maior — o planeta Terra. Como todo ser vivo, mulheres e homens necessitam se alimentar, ação que desdobra o espaço geográfico em territórios, paisagens e lugares através de deslocamentos, interações, redes e fluxos que articulam pessoas, ideias e objetos, sendo que boa parte da atividade produtiva humana tem como fim a alimentação para preservação da saúde e manutenção da vida. A consequência da não satisfação adequada dessa necessidade, isso é, a fome, pode ser pior que o efeito das guerras e epidemias (CASTRO, 1957, p. 12) — quem já passou pela fome ou conviveu com pessoas afetadas tende a movimentar-se rapidamente para evitar sua propagação.

O aumento recente da fome no Brasil é alarmante, ocorrendo em meio à ascensão da pandemia de covid-19, com sua trágica perda de vidas; outro agravante é a carestia no preço dos alimentos. Um estudo divulgado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional — acesso pleno e permanente a alimentos (REDE PENSSAN, 2020), com o instigante título “Olhe para a fome: O desafio é de todos nós”, baseado em outros estudos e documentos, afirma que 55,2% da população brasileira (117 milhões de pessoas!) enfrentam a insegurança alimentar; desses, 19,1 milhões de indivíduos estão em situação grave, ou seja, passando fome — isso, combinado com o drama da crise sanitária, agrava a condição das pessoas mais vulneráveis da sociedade brasileira.

O trabalho ainda revela que a volta da fome nessas proporções agudas começou em 2018, conforme dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e piorou muito em 2020, diferente da condição mais amena de 2013, quando 23% da população estava próxima da insegurança alimentar. Tal situação faz parte de um processo em curso de aumento da desigualdade social que repercute nas condições de vida de um imenso contingente populacional, sobretudo dos mais pobres. Para o estudo da Rede PENSSAN (2020, p. 13), uma causa importante são os impactos das políticas neoliberais de austeridade intensificadas a partir de 2014, que resultaram na diminuição de programas e investimento em políticas públicas de redistribuição e geração de renda, agravadas pelo descontrole na gestão da pandemia — o efeito combinado é o aumento da pobreza paralelo à maior concentração de renda nos segmentos sociais mais ricos.

As crises econômicas cíclicas no sistema capitalista, articuladas com o intenso e permanente financismo⁶ (DOWBOR, 2017), que diminui os empregos; a crescente

⁶ Seria o processo econômico que envolve os juros excessivos no mercado de crédito e, também, os juros dos pagamentos da dívida externa. Porém o fato principal é o dinheiro que sai da produção e vai para a aplicação financeira. O problema central é que as aplicações financeiras rendem em média 7% ao ano (sem inflação), enquanto o processo produtivo mundial (investimento real), ou seja o PIB real, cresce em média 2,5%. Acontece um dreno do dinheiro de quem produz para aqueles que não produzem. Com a globalização financeira o espaço do dinheiro global, enquanto a regulação é nacional, fragmentada em 200 nações, cada uma puxando pro seu lado: perdeu-se a regulação sobre o dinheiro no mundo. Um efeito importante desse processo é atual desindustrialização do país. Em Bonamigo (2019) há uma exposição análoga, considerando essa falta de regulação como uma violência social. Outra abordagem fecunda é de Leite (2015), destacando como a facilitação de acesso ao crédito, sobretudo na década de 2010, contribuiu para elevado endividamento e drenagem dos recursos das famílias brasileiras.

automação que extingue postos de trabalho; o modelo agroalimentar dos países subdesenvolvidos baseado na monocultura; o uso intenso de agrotóxicos; e a intensificação do aquecimento global — com ameaças à saúde e diminuição da produção de alimentos — são fatores constantes de insegurança alimentar manifestada na fome, na desnutrição, em doenças, epidemias, violências e guerras.

Há um mal-estar na civilização, um sentimento de culpa pelo fato de que, mesmo com o progresso da modernidade, a fome persiste em vitimar a humanidade; daí a importância em conhecê-la nos seus aspectos biológicos, econômicos e sociais (CASTRO, 1957, p. 15-16). A produção convencional de alimentos, que predomina atualmente e provê as grandes massas da população, baseia-se no uso de aditivos e adubação química, agrotóxicos e, no caso dos animais, rações transgênicas e produtos veterinários. Há muitos estudos que apontam prejuízos para a saúde dos consumidores desses alimentos (DE AZEVEDO, 2018, p. 44).

O boletim Covid-19 emitido pelo Instituto de Geociências da Universidade de Campinas (Unicamp) em 22/08/2020 destaca a urgência da busca de soluções para os problemas agravados pela crise sanitária e econômica mundial, na questão energética, ambiental e de soberania alimentar, sobretudo nas áreas metropolitanas; o aquecimento global tende a diminuir a produção e o estoque de alimentos mundial e o acesso à água; os monocultivos (como soja, milho, cana-de-açúcar, arroz) ocupam cerca de 80% das terras cultivadas do mundo, disputando com agricultura familiar/camponesa e, devido à sua baixa diversidade ecológica e homogeneidade genética, apresentam fragilidade biológica/térmica, dependendo do uso intenso de agrotóxicos para controle de pragas (LIMA, 2020).

A crise sanitária e seus efeitos econômicos, iniciados no começo de 2020, devido às necessidades de isolamento e à restrição de atividades econômicas, têm dificultado o acesso a alimentos mais saudáveis, como frutas e verduras frescas, tidos como essenciais para a manutenção da saúde e da imunidade. Além disso, estudos indicam que a propagação de alguns vírus para humanos decorre da grande expansão das fronteiras agrícolas, para retirada de madeira, monocultivos e criação de gado. Nesse contexto, a agricultura praticada nas cidades, especificamente hortas urbanas, tradicionalmente ganham importância nos períodos de crises econômicas, sanitárias (pestes) e guerras, visando evitar a falta de alimentos nas cidades ou em parte delas,

provê-los de forma rápida e barata, mas também para criar áreas verdes, ambientes e relação saudáveis pela via da integração e recreação.

2.2 AGRICULTURA URBANA: HISTÓRIA, EXPRESSÕES E URGÊNCIA

Algumas sociedades desenvolveram historicamente a agricultura em parcelas separadas e mais distantes dos seus núcleos populacionais, enquanto outras a fizeram como atividade urbana. Sua continuidade ao longo do tempo se deu pela via das tradições (NAGIB, 2016). Essa via de permanência é o caso das famílias brasileiras que migraram para as grandes cidades devido à modernização do espaço agrário, combinado com a urbanização a partir dos anos 1950 — trata-se das ruralidades, isso é, a manutenção parcial dos costumes alimentares e a lida com as plantas nas suas várias funções.

A permanência da agricultura nas cidades responde também às limitações territoriais, como as hortas urbanas da Inglaterra, cujo cultivo foi estimulado e intensificado durante a Segunda Guerra Mundial para responder às contingências daquele momento, porém até hoje praticadas; no Japão, é motivada pela restrição de território em função do relevo repleto de vulcões; em Cuba, é decorrente das dificuldades após o fim do apoio econômico da extinta União Soviética, a partir da década de 1990 (NAGIB, 2016).

Dessa forma, existe uma espacialidade complexa decorrente do fenômeno da alimentação humana que se expressa nos plantios dentro e nos arredores da cidade: os registros históricos antigos sobre a origem das cidades mencionam a atividade agrícola e, até hoje, essas práticas estão presente no cotidiano urbano, seja dentro de quintais, nos vazios e espaços públicos urbanos, significando que a famosa separação entre cidade e campo não se realiza na prática: existem conexões! Elas configuram a chamada agricultura urbana, marcada por uma diversidade de funções desses plantios, podendo ser para produção comercial ou complemento da alimentação, fins medicinais e terapêuticos, paisagismo e lazer. Porém, no campo da produção social do espaço, centrada na urbanização, parece faltar um debate mais profundo sobre a temática da agricultura urbana quanto à sua função, ao seu potencial e alcance como “vetor de transformação social” (ALMEIDA, 2016, p. 22). Essa lacuna

se estende, às vezes, a alguns movimentos sociais, os quais parecem não reconhecer na prática a dimensão fortemente emancipatória da cultura de cultivo urbano.

A expressão agricultura urbana, usada por pesquisadores e pela mídia, data da década de 1990, contudo é um conjunto de práticas agrícolas históricas e não um fenômeno contemporâneo. Apesar de ser reconhecida por seus diversos benefícios e sua perenidade no espaço urbano, são poucas as políticas públicas que a incluem como importante estratégia/eixo para o desenvolvimento urbano, a agricultura familiar e a soberania alimentar (DPCT/IG, 2020, p. 3). A pouca participação de movimentos sociais urbanos em iniciativas de agricultura urbana, sobretudo na escala de quintais e ruas, mostra que talvez não sejam vistos seus potenciais ou reais ganhos de autonomia e participação social, indicando que muitos grupos organizados têm focado suas ações somente pela via política institucional.

A agricultura urbana é uma atividade com alto potencial de reestruturar o espaço, através da participação social em iniciativas comunitárias no lugar, como hortar — é fundamental a compreensão de que, além da capacidade produtiva, está o empoderamento da pessoa e da comunidade, mitigando a alienação participativa e a heteronomia (NAGIB, 2016, p. 23).

A busca pelo alimento diário é um processo “intrincado e interminável” (POLLAN⁷, 2008, p.12, apud NAGIB, 2016). Esse propósito pode ser cumprido recorrendo-se às comidas rápidas (*fast-food*), que carregam valores: rapidez, economia, hegemonia industrial, nutrição/energia. Esse caminho impede outras experiências diretas mediadas pelo alimento, a saber, a relação com a natureza e o caráter de reunião e comunhão com os semelhantes.

Por outro lado, o cultivo de uma horta oferece outros sentidos – funcionais e filosóficos: os alimentos são frescos, o custo econômico pode ser baixo (água, sementes), inclusive com poucas horas de trabalho semanal. O trabalho necessário para cultivar os alimentos já se constitui num cuidado com a saúde, diferindo da prática de um exercício físico comum. Além disso, há um grande aprendizado ao se conhecer diversas plantas e flores, preparar o solo e observar o clima, os insetos e os recursos para o bom desenvolvimento da planta. As dificuldades, as conquistas e os frutos

⁷ POLLAN, M. **Em defesa da comida**: um manifesto. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.

podem ser compartilhados com a família, os vizinhos e a comunidade. Enfim, uma verdadeira vivência de conhecimento, política e autonomia!

Em geral, as atividades de agricultura urbana envolvem pessoas de baixa renda que têm algum conhecimento tradicional de cultivo. Outra motivação vem das causas/ativismos ecológicos, urbanos e ambientais; nesse caso, o movimento da agricultura urbana passa também pelo território simbólico/sentimental em direção ao físico (quintal, rua, vazio urbano). Em ambas as expressões, acontece o uso/apropriação de espaços públicos ou privados para produzir alimentos, revitalização estético-ambiental-comunitária (jardins) e atividades de lazer. Há ainda a apropriação feita pelo poder público, incorporando a agricultura urbana como ferramenta estratégica para o planejamento urbano, a fim de combater a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável (NAGIB, 2016).

Essa diversidade de expressões socioespaciais da agricultura urbana — desde cultivos em vasos, quintais e vazios urbanos (esses vazios e quintais podem se articular, por exemplo, trocando sementes, mudas, uso compartilhado de ferramentas, mutirões) —, com seu potencial de múltiplas soluções para as questões urbanas, bem como de sua inter e multidisciplinariedade, enriquece seus estudos, mas, por outro lado, requer uma definição que contemple as diversidades (MOUGET, 2000, apud NAGIB, 2016). Esse procedimento não é simples e deve considerar as definições das organizações e agências internacionais correlatas com o tema, bem como autores especializados das mais variadas disciplinas do saber, como Geografia, Ciências Sociais, Economia, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, entre outras; entendemos assim que o conceito de agricultura urbana está em processo de construção.

Para Almeida (2016, p. 23), a construção desse conceito tem acontecido simultaneamente à experimentação de práticas, processos de mobilização e organização social e dinâmicas de elaboração de políticas públicas. Assim, trata-se de um conceito em movimento de construção, sobretudo devido à diferença entre visões de mundo das suas abordagens: prática espontânea, activismos e política pública. Soma-se a isso o fato de a agricultura urbana não ser ainda uma prática popular bem assentada e articulada no território.

Deve-se destacar que algumas iniciativas de agricultura urbana guardam certa utopia emancipatória, o que não é de forma alguma algo negativo. Os movimentos organizados de agricultura urbana têm uma utopia em sua raiz: uma revolução na

sociedade: mais justiça, autonomia, bem-estar e saúde. É o que Nagib (2016, p. 21) aponta como “revoluções tranquilas”, isso é, uma mudança nas relações sociais capitalistas, sem uma tomada de poder político institucional — um processo horizontal que vai abarcando, encantando e seduzindo mais pessoas. Trata-se de uma base solidária, de relações horizontais, de participação livre e voluntária; esse processo leva a ganhos de autonomia, consubstanciada na produção do próprio alimento e na política comunitária. Essa dimensão necessita do entendimento da dinâmica urbana e sua subjetivação para promovê-la, progressivamente, como ação comunitária que traz ganhos de autonomia, em outras palavras, contribui para o enfrentamento dos problemas urbanos ligados à fome, à saúde, ao trabalho, à moradia, à poluição, ao saneamento e ao lazer. Sua expansão depende da sua descoberta no plano da vida pessoal, de forma que seus benefícios mitiguem as diversas dificuldades da vida urbana.

Apesar de o termo ruralidade ser uma noção intuitiva, Almeida (2016, p. 204) considera-o como hábitos mantidos da vida rural, atualmente revalorizadas como alternativas para a vida urbana, implicando espaços que resistiram à mudança, resultando numa vivência criativa e sinérgica, com ganhos de autonomia e emancipação. Uma discussão fecunda acerca das ruralidades é feita por Dourado (2015), considerando a agricultura urbana como um tipo particular de rugosidade, funcionando como elo complementar entre o rural e o urbano, rugosidade revelada na dinâmica espacial local, não desligada da dinâmica espacial globalizada (DOURADO, 2015, p. 22).

Entre as últimas décadas do século XX e a primeira década do século XXI, consolidaram-se os movimentos sociopolíticos de contestação à Revolução Verde⁸, ocorrendo uma valorização da agricultura urbana e periurbana e dos cultivos agroecológicos. Esses movimentos permeiam o imaginário social ligado ao espaço urbano verde, visto como utilitário e comestível, ornamental, refletindo a relação da sociedade urbana com a natureza, enquanto um sistema ecológico (NAGIB, 2016). A

⁸ Revolução Verde é uma expressão genérica que designa o processo de mudanças tecnológicas, econômicas e sociais no rural brasileiro, a partir da segunda metade do século XX, com a ampliação das políticas públicas de subsídios à agroindústria que propiciaram alterações nos padrões tecnológicos, com a introdução massiva de sementes híbridas, agrotóxicos, fertilizantes de origem industrial, herbicidas, da motomecanização, de novas cruzamentos genéticos animais, dos hormônios para animais, etc., provocando a especialização na produção, a concentração da terra e o êxodo rural (CARVALHO, 2001, p. 221).

partir do século XXI, os estudos sobre a agricultura urbana espalharam-se pelo meio acadêmico — nos seus diversos campos de conhecimento — e por vários países do mundo. Um marco relevante aconteceu no ano 2000, quando a população urbana mundial ficou maior que a rural. A partir daí, o fomento à pesquisa e a projetos de produção de alimentos em hortas urbanas e periurbanas tornou-se prioridade para as agências internacionais e para as organizações não governamentais – ONGs (NAGIB, 2016).

Os movimentos em relação à agricultura urbana podem ser situados em três planos de análise e intervenção, integrados ou desarticulados:

a) Adoção de políticas de governos:

O debate sobre agricultura urbana ganhou destaque nos meios de comunicação e acadêmicos e nas políticas públicas a partir dos anos 1980, pela ação de organismos internacionais, através de programas de cooperação com países pobres, visando à ampliação de terras cultivadas e ao apoio técnico para os pequenos produtores — a agricultura passou a ser vista como uma atividade muito importante para o desenvolvimento sustentado das sociedades (NAGIB, 2016, p. 16).

Em trabalho sobre hortas urbanas, Castelo Branco e Alcântara (2011), afirmam que o impulso da agricultura urbana também ocorreu a partir da década de 1980 na América Latina, na África e na Ásia, devido à crise econômica desse período, servindo de estratégia de sobrevivência para as populações mais pobres. Para os autores, no Brasil, as hortas urbanas e periurbanas também passaram a ter destaque, com apoio de governos e entidades locais, sendo incluídas como parte da política nacional de redução da pobreza e garantia de segurança alimentar. Um marco dessas iniciativas foi o Programa Nacional de Agricultura Urbana, lançado pelo governo federal em outubro de 2008, tendo financiado algumas hortas comunitárias em todas as regiões brasileiras.

Na década de 1990, graças à internet, a agenda da agricultura urbana foi intensificada internacionalmente, com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), adotando uma definição econômica e realçando sua importância para a redução das vulnerabilidades sociais (aumento da quantidade e qualidade dos alimentos/geração de renda). O **poder público** exerce uma função importante pois pode, de ofício ou provocado por outros atores, elaborar e divulgar políticas públicas

de incentivo (leis, projetos e programas) à agricultura urbana, sobretudo hortas comunitárias; incorporando tais políticas aos planos diretores urbanos (PDUs) e orçamentos participativos da cidade. A efetividade transformadora da agricultura urbana, para alguns, depende desse ator como o principal indutor e articulador. Por outro lado, enfatizamos o risco e a falta de sustentabilidade de iniciativas externas que não estimulem um real engajamento — percepção que tivemos durante o projeto desenvolvido em Jardim Tropical e observando nossa própria militância situada.

No campo institucional, há várias cidades no país que criaram políticas de incentivo à agricultura urbana, por exemplo:

- Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, em 2014; e
- Lei nº 16.140/2015, sobre a inclusão de alimentos orgânicos/agroecológicos na merenda da rede municipal de ensino de São Paulo.

b) Ativismos locais e regionais:

O processo de propagação das práticas de agricultura urbana no território é frequentemente ligado ao surgimento e à atividade de coletivos, redes e movimentos sociais, muitos influenciados pela pauta ambientalista, dado o potencial de reutilização de água e do lixo urbano orgânico (do inorgânico em quantidade bem menor) e da redução da emissão de dióxido de carbono (CO₂) pela atividade das plantas.

Cabe destacar o papel da internet nesse processo (tecnologia informacional), dando fluidez e atingindo um contingente enorme de pessoas – movimentos sociais (das áreas ambiental, cultural, de mulheres, direitos humanos, étnicos, políticos, religiosos etc.) lançam suas representações, utopias e ações de transformação de valores e instituições da sociedade, favorecendo a (re)descoberta e o engajamento (CASTELLS, 2013, apud NAGIB, 2016)⁹. O chamado **ativismo urbano** é um dos agentes que “[...] deu origem a uma série de hortas comunitárias cuja função extrapolou a finalidade primordial de produzir alimentos” (NAGIB, 2016, p. 20), carregando consigo reivindicações sociais, aspectos simbólicos e político-ideológicos.

Uma dimensão a ressaltar nos ativismos da agricultura urbana na cidade é a revalorização espacial, convidativa para o retorno das pessoas para o espaço público,

⁹ CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

tido muitas vezes como ameaçador (KUSTER, 2019). A ação em terrenos abandonados, canteiros de ruas e praças – que não têm ou perderam sua função social na vida urbana – refaz a estética e dá visibilidade à cooperação social, induzindo o cuidado com as plantas e pessoas, intensificando a convivência através do progressivo uso e apropriação para recreação, espiritualidade, ócio, festas e plantios. Atualmente, pequenas iniciativas vão sendo sonhadas e praticadas pelo Brasil e pelo mundo afora, exercitando a utopia da transformação. Fazem parte desse grupo pequenos coletivos, trabalhos sociais e ONGs de atuação urbana. No município de Serra-ES, tem-se verificado a existência de pequenos jardins e canteiros de plantas comestíveis pelas ruas de bairros comerciais, populares e de renda mais alta, evidenciando a existência de ativismo verde na cidade.

c) As práticas espontâneas em quintais, ruas e espaços livres:

Assim a agricultura urbana, em suas várias dimensões, acontece no cotidiano da vida das pessoas e comunidades de bairros populares urbanos, onde a observação da paisagem das ruas e moradias revela a forte presença das plantas cultivadas: árvores que sobressaem nos muros, plantas e flores em vasos nas varandas, canteiros e até pequenas hortas em calçadas e avenidas.

Esses cultivos de pequena escala em quintais, vazios urbanos e ruas ensejam emoção, sonhos e relações sociais antigas e atuais, decorrendo das necessidades materiais (complemento alimentar e renda) e/ou lazer, geralmente não articuladas com outras iniciativas; seus atores principais costumam ser pessoas idosas, aposentadas e mulheres que mantêm relações de cooperação e/ou amizade com familiares e vizinhos mediada pelas plantas (SARAIVA, 2010). Existem para alguns uma dimensão solidária/comunitária voltada para certos objetivos da agricultura urbana, podendo ser a alimentação, a estética, a geração de renda, o cunho ambiental, a saúde (alimentar, terapêutico); isso significa que a dimensão educativa-transformadora é frequente, porém, desarticulada no território.

Os saberes agrícolas vivenciados no urbano são de intensidades variadas, ocorrendo sobretudo a partir da vivência prática em casa; o contato pode ser ainda por conversas com outras pessoas, via programas de televisão ou vídeos na internet, contato teórico nos sistemas de educação e projetos sociais/programas educativos. A vivência no quintal de casa oferece uma condição privilegiada a partir das tenras idades em que os filhos vêm e ajudam seus pais a cultivarem hortas, plantas medicinais, árvores

frutíferas e pequenos animais — nessa vivência, estão as ruralidades dos pais trazidas da vida na roça em que eles ajudavam nos afazeres com as plantas e a criação de animais.

Essa realidade foi muito frequente em bairros populares da Grande Vitória, nas décadas de 1960 a 1980, quando dos grandes fluxos migratórios atraídos pelos projetos industriais no entorno da capital. Entretanto, o desenrolar da vida social urbana nas periferias das grandes cidades geralmente afasta as crianças e parte dos adultos dessas práticas de agricultura em função da prioridade dos estudos, trabalhos, além de fatores funcionais, como a ampliação da casa, quintais pequenos, questões de saúde, riscos de queda de árvores, incômodo aos vizinhos e falta de tempo para cuidar (SARAIVA, 2010). O curioso é que a carestia e o orçamento domiciliar restrito deveria aproximar e expandir as práticas de agricultura urbana em quintais e vazios urbanos. A vivência transmitida aos filhos pode ficar incubada nestes e ser reativada, redescoberta posteriormente em outras circunstâncias.

Seria possível dar corpo aos ativismos e práticas espontâneas espalhados no território, de forma que se animem e, progressivamente, desenvolvam ações de integração em nível de quintais, ruas e vazios urbanos, inclusive passando a demandar ações do poder público? Um passo seria conhecer mais sobre as pessoas que vivenciam essas práticas: emoções, utopias, relações de pertencimento e comunitárias. No plano administrativo-institucional, é fundamental a articulação de movimentos sociais, associações de moradores, coletivos ambientais e ecológicos que defendam uma agenda para criar legislação de apoio às iniciativas de agricultura urbana. Para Almeida (2016, p. 283), as estatísticas oficiais, normalmente, não possuem um levantamento das práticas de agricultura na esfera da vida cotidiana ou do mercado informal (quintais, hortas comunitárias, em escolas, chácaras e sítios urbanos). A pandemia de covid-19, ao mesmo tempo que revela a importância da agricultura urbana, também coloca restrições à sua expansão devido à necessidade de distanciamento pessoal para impedir a transmissão do coronavírus.

Por fim, para pensar a agricultura urbana nos territórios dos diversos bairros, na base material dos quintais e vazios urbanos (estes últimos geralmente ambientalmente degradados, sendo pontos viciados de lixo e entulhos), é necessário considerar o atual contexto urbano brasileiro, resultado de uma urbanização/industrialização tardia — ocorrida no século XX — em relação aos países europeus e aos Estados Unidos,

tendo resultado em uma desigualdade social e econômica, apesar dos ciclos de desenvolvimento econômico. Os problemas urbanos daí decorrentes — fome, deficiências no sistema de saúde, educação e saneamento; falta de postos de trabalho e emprego —, agravados primeiramente pelos estragos das medidas e reformas neoliberais agudas (teto dos gastos, reforma trabalhista, desmantelamento da cadeia petrolífera) implementadas após o golpe parlamentar de 2016, e recentemente pelos efeitos econômicos e sociais da covid-19, estão sendo mais acentuados e revelados pela pandemia. O enfrentamento desses problemas requer a participação popular, em outras palavras, a construção do poder popular: o meio de desenvolvimento da cidade é a participação política, com a população organizada, disputando com outros atores que vêm orientando e definindo o desenvolvimento das cidades.

No movimento de reorganização da agenda urbana pós-covid, há muitos desafios e dúvidas e poucas respostas, mas é necessário identificar caminhos que ajudem as pessoas a saírem da alienação e serem protagonistas de suas histórias — um conhecimento que vai sendo elaborado, refletido e reelaborado! É necessário estar no espaço público, bater às portas das pessoas e conhecer a sua realidade! Para os movimentos sociais e grupos populares urbanos, uma alternativa importante passa pelas redes de economia solidária e pela agricultura urbana (uso dos quintais, das zonas mistas e franjas urbanas, dos territórios explorados em círculos verdes para a soberania alimentar e produção orgânica, reparando o erro histórico da separação campo-cidade). Essas ações parecem ser caminhos para a descoberta da participação social e política, com desdobramento para outras instâncias institucionais (BRASIL POPULAR, 2020).

3 O ESPAÇO URBANO

3.1 O ESPAÇO URBANO DAS GRANDES CIDADES DO BRASIL

Para compreensão e vivência da agricultura urbana, como parte do percurso metodológico da presente pesquisa, é fundamental refletir sobre o qualitativo *urbano* aplicado ao espaço, pois este participa de forma importante das relações sociais. A conceituação do termo urbano e sua expressão mais comum (cidade) tiveram ênfases diferentes ao longo do tempo.

Vasconcelos (2015) afirma que a palavra urbano vem do latim *urbes* que significa cidade; já a palavra grega *polis* (cidade) e *politikos* (da cidade) originaram a palavra política. Esta, por sua vez, deriva do latim *civitate*, noção próxima de *civitas*, que deu origem às palavras cidadão e civilização. Decorre disso uma relação íntima do termo urbano com cidade, cidadão e política. O autor faz uma periodização para explicar as transformações do conceito de cidade, o qual está sempre ligado à noção de urbano ou urbanização.

Interessa-nos o espaço urbano contemporâneo das grandes cidades do Brasil, especificamente a parte dos bairros urbanos populares, mas antes é muito importante uma visita, ainda que breve, a alguns autores clássicos da Geografia para trazer apontamentos sobre a questão urbana. Isso se justifica porque os autores clássicos foram os responsáveis pela estruturação das bases da disciplina na cultura ocidental.

O estudo de **Santos (2019)** se dirige ao espaço público e considera-o como referencial de identitário social, com uma forte dimensão política, devido ao caráter aberto e inesperado dos encontros e as tensões e conflitos sociais nele expostos. Os lugares públicos podem ser vistos como marcadores das transformações sociais, simbolizando a cidade e exibindo sua diversidade socioespacial, favorecendo a mistura, os encontros e a comunicação entre as pessoas; neles emergem ações comunitárias, manifestações culturais, sociais, políticas e reivindicações por direitos.

Decorre disso que a utilização das áreas públicas diz muito sobre a cidade, sobre o meio urbano, sobre a sociedade que as criou e que representa. Um espaço público de lazer pode ser uma área mantida pelo poder público, cuja infraestrutura e

elementos paisagísticos favoreçam a prática de atividades de lazer e recreação, e que apresenta atributos funcionais (área ampla, arborização, iluminação, energia, aparelhos para ginástica, quadra, banheiro) e estético-naturais (ar livre, luz solar, horizonte, plantas, flores e pássaros) que favorecem a sociabilidade (encontros, convivência, festa e lazer), o cuidado com a saúde, a contemplação, o descanso e o ócio. Existem também, nas periferias, sobretudo dos bairros mais carentes, muitos vazios urbanos e ruas apropriadas pelos moradores, tendo inclusive uso misto composto de campinhos, horta, árvores frutíferas, jardins, pátios de catadores de recicláveis, pastos para animais, entre outros.

Esses espaços podem comportar processos sociais que resultam em outras apropriações, por vezes conflituosas, como vandalismo, tráfico de drogas, trânsito intenso (no caso de uso da rua) e utilização por camelôs e ambulantes. O lazer nos centros urbanos ainda enfrenta o problema da falta de parques e praças, sobretudo nas periferias; uma alternativa seriam ações do poder público, como dias de ruas sem carro, praças livres, espaços verdes, parques, terrenos de jogos, terrenos de esportes repartidos entre o centro da cidade, a periferia e os arredores.

Gouvêa (2019) faz um panorama do espaço urbano da periferia do Rio de Janeiro, destacando a relação do extrato centro-periferia, a fim de chegar até o objeto “praça”, considerada, no estudo, como categoria de análise geográfica. A espacialidade da praça, sua forma e função são direcionadas à sociabilidade, favorecendo o encontro e convívio cotidiano para atividades de lazer, festas e manifestações culturais, sociais e políticas; a praça contém elementos funcionais, chamativos à interação e ao encontro: espaço amplo, ventilação natural, paisagismo com plantas, árvores, bancos, parquinho e mesa de jogos, coreto/palco, academias populares; em alguns casos, há banheiros, iluminação e pavimentação, bancas de revista, ambulantes, quadra de esportes.

Contudo, a dinâmica urbana leva a transformações na função das praças, sendo apropriadas para venda e consumo de drogas, prostituição e ponto de encontro/dormitório de moradores de rua, resultando no abandono do local em face da insegurança e do medo da população residente ou transeunte; e o poder público tem dificuldades para resolver tais situações. É importante salientar que, como a praça, outros objetos geográficos podem ter sua função ligada ao lazer, festas,

reuniões e cultivo de plantas, a saber, o passeio (calçada) da casa, a rua e os vazios urbanos ociosos.

Pedrone, De Mattos Silva e Simões (2019), também examinando os espaços públicos livres para lazer no meio urbano, destacam a diversidade de pessoas, com diferentes formas de pensar e interagir, constituindo-o num lugar de vivências e experiências múltiplas que fazem a cidade pulsar. A forma como ocorre a relação da pessoa com o entorno de sua moradia, como topofilia ou topofobia ou ambos, é uma questão ampla, multifatorial, complexa e mediada por valores. É uma relação que tem elementos cognitivos e sentimentais (afetivos), o primeiro ligado à produção do espaço, o segundo vinculado à sua apropriação, isso é, à territorialidade: trata-se de um movimento que tende à personalização do ambiente através da disposição de objetos ou organização de um ambiente de modo a alterar sua identidade, visando criar um vínculo entre o usuário e o ambiente, baseado no cuidado e na preservação deste último.

Essa relação afetiva com o ambiente (lugar) é ancorada na memória afetiva vivenciada pela pessoa (sujeito), ou seja, se a vivência no ambiente é de felicidade, de amor, o registro é de emoções positivas; mas se é de violência, medo, opressão e sujeira, a emoção é negativa, tendendo a criar rejeição pelo lugar. Disso resulta que os espaços públicos bem cuidados — seja por zeladores individuais ou coletivos, ou pelo poder público — atraem as pessoas e facilitam a interação, podendo resultar em participação/engajamento comunitário; do contrário, espaços degradados tornam-se repulsivos, desagradáveis, estressores, solitários e inseguros, devido à falta de conservação, ao lixo, ao odor, ao ruído, à sujeira.

O problema das áreas degradadas geralmente acontece pela falta de apropriação pela comunidade, refém do medo, do individualismo, da falta de tempo; o poder público tem sua responsabilidade, pois poderia desenvolver programas que estimulassem a comunidade a usar os vazios para atividades culturais, recreativas, sociais e econômicas, por exemplo, hortas comunitárias. Tais intervenções modificam a relação do habitante/usuário com o espaço de vivência, refletindo na melhoria do seu bem-estar físico e mental.

Cuidar do espaço público, sobretudo onde há carência de lazer, através de jardins, hortas, artes, atividades educativo-recreativas, campanhas ambientais e sociais, pode produzir um efeito multiplicador de participação. A visibilidade das ações, seja

recuperando pontos viciados de lixo ou simplesmente com algum plantio em vaso ou canteiros, estimula e atrai pessoas de volta ao espaço público, retomando a prática cidadã e trazendo ganhos de autonomia. Os vazios urbanos / área degradadas / espaços ociosos / ruas são um fenômeno espacial problemático que deve ser enfrentado, mas as soluções só serão sustentáveis com participação popular: pessoas, envolvendo também crianças e adolescentes na criação e manutenção do seu próprio espaço de lazer e convivência (PEDRONE; DE MATTOS SILVA; SIMÕES, 2019; KUSTER, 2019; SANTOS, 2019).

Para Kuster (2019), a vida urbana, isso é, nas grandes cidades, submete muitas pessoas a um cotidiano com rotinas apressadas, contatos visuais rápidos, pausas restritas; além disso, a paisagem oferece muitos estímulos visuais e sonoros — para quem está há pouco tempo na cidade, supõe-se que exista algum tempo de adaptação para essa agitação. O fenômeno das grandes cidades consiste nesse espaço compartilhado com enorme quantidade e diversidade de pessoas, muitos estímulos sensoriais, rotina cotidiana em crescente aceleração e pautada por horários, prazos, metas e comportamentos; como se a paisagem mudasse frequentemente.

Esse arranjo-convívio tende a forjar uma subjetividade, marcada por um certo resguardo relacional como forma de preservar sua individualidade (KUSTER, 2019). Com o grande crescimento das cidades para além dos limites conhecidos, intensificase o sentimento de insegurança tanto pela materialidade das formas, quanto pela multiplicidade de pessoas, potencializando choques e conflitos. Ao longo do século XX, chega-se então à ideia da hostilidade do espaço público (ruas, praças, vizinhança), tornando-o paulatinamente esvaziado e empobrecido, com fraca vida comunitária e participação social.

Kuster (2019) apresenta a crítica feita, entre as décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos, pela arquiteta Jane Jacobs¹⁰, que defendia a convivência nos espaços públicos para que as pessoas ficassem e se sentissem mais seguras, mesmo junto a desconhecidos: olhar a cidade somente pelo lado negativo leva a uma tensão existencial, a uma ruptura entre nossas almas e nossas cidades, os cidadãos, nós, vão perdendo a urbanidade — palavra que já nem se ouve falar. A convivência requer uma constante negociação¹¹ com o outro e consigo mesmo, sendo que, na ausência

¹⁰ JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

¹¹ É o que defende Massey (2008), destacando na vida social a dimensão da política na convivência.

dessa política, aparece a violência, pois a alteridade é vista como uma ameaça; forma o ciclo em que a cidade fragmentada ajuda a criar indivíduos fragmentados:

Assim, a fragmentação das relações sociais, originária, em boa parte, do **enfraquecimento do espaço público de muitas das nossas cidades**, vai repercutir no interior de cada indivíduo e na sua capacidade de estabelecer relações com a alteridade (KUSTER, 2019, p. 7, grifo nosso).

Esse processo de fragmentação tende a formar aspectos identitários pessoais mais voltados para o consumo imediato do que na enfraquecida vida comunitária; o bem-estar pessoal (sucesso, conforto, saúde, lazer etc.) é prioritário; os grandes ideais e projetos para o bem comum parecem ter perdido sua importância. A consequência disso pode afetar a saúde físico-mental, sendo recorrente, na sociedade contemporânea, como reação ao sofrimento causado pelo esforço constante de adaptação, a realidade cada vez mais fluida, em encontrar pontos fixos num mundo que se transforma cada vez com mais velocidade. De um período que as referências éticas eram internas, vindas da família, do campo espiritual, do trabalho, dos estudos; ingressou-se num outro tempo, marcado pelo acesso a uma imensa quantidade de informações¹², em que as referências de vida são principalmente externas, causando desgaste e sofrimento para reconhecimento da própria identidade.

Utilizar o espaço público, apropriar-se dele equivale a criar territórios, relações, contatos e proximidades; um uso não exclui o outro nem implica necessariamente o conflito. Significa recuperar, reforçar sua dimensão de multiplicidade e de representatividade¹³; negá-lo, afastar-se dele significa perder a chance de enriquecimento da percepção e de experiências importantes, sobretudo a habilidade de questionar o já estabelecido na vida pessoal e na sociedade. Kuster (2019) salienta que a (re)descoberta do espaço público passa pela proteção das pessoas contra experiências desagradáveis, também por condições de conforto e de estímulo à permanência para atividades como ler, permanecer sentado em um local confortável, exercitar-se ou, pura e simplesmente, parar e observar o entorno. Essa vivência pode:

[...] desencadear (indução) uma sequência de acontecimentos: as cidades se tornam mais convidativas aos que nelas habitam, passam a fazer parte efetiva de suas biografias pessoais, e passam igualmente a inspirar mais cuidados e atenção (KUSTER, 2019, p. 17).

¹² Isso pode ser entendido como a vertigem da velocidade (SANTOS, 2006 p. 329), sendo efeito das rápidas e constantes mudanças econômicas, culturais e sociais no atual período histórico.

¹³ Massey (2008) considera o espaço como a dimensão social da coexistência e multiplicidade de atores.

Essa participação na vida urbana, atuando nos seus rumos, caracteriza o “cidadão na acepção mais abrangente do termo”, uma corresponsabilidade pelo espaço de vivência compartilhado, via atividade comunitária. No sentido oposto, o afastamento da vida pública alimenta a hostilidade social no meio urbano. É muito importante perceber a essência, o teor da cidade, que são as relações sociais que lhe dão vida.

3.2 O BAIRRO URBANO POPULAR

A palavra bairro, cuja origem do termo vem do latim *barrium* ou do árabe *barri* (de fora, exterior, separado), é tratada em geral como uma unidade espacial, resultado de uma divisão territorial de uma cidade/núcleo urbano, sendo acrescida, em alguns casos, a função de orientação das pessoas e controle/gestão dos serviços públicos. Mas pode haver a consideração de aspectos particulares a uma localidade com alguma denominação, por exemplo, a pequenos povoados rurais, o que significa a consideração da identidade das pessoas dessa unidade espacial.

Bezerra (2011) apresenta o estudo realizado por Sousa¹⁴ (1987) sobre o povoamento do interior do Estado de São Paulo, ressaltando os elementos físicos e os laços afetivos ligados à população do bairro — o bairro para além de um determinado território, caracteriza-se também por um sentimento de localidade existente nos seus moradores, oriundo das relações de troca e proximidade; uma naçãozinha, porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras; o sentido territorial do bairro evoca as relações de dominação e pertencimento. No caso dos bairros de população predominantemente de baixa renda, essas territorialidades podem ser de caráter político, de organização comunitária, de milícias de partes do bairro, do tráfico de drogas, da religiosidade, de um time de futebol, de um grupo de comerciantes. Em geral, ocorre uma superposição de todas elas, com algumas mais manifestas e outras mais silenciosas.

O autor ainda afirma que têm aumentado os trabalhos intraurbanos na escala do bairro, essa unidade do urbano, menor porção político-administrativa, difícil de se definir em face do seu conteúdo territorial, paisagístico, simbólico e identitário. É

14 SOUSA, A. C. M. **Os parceiros do rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1987.

importante que o bairro tenha sua memória urbana — o que pode ser um aspecto da sua identidade — e seja efetivamente um espaço com melhores condições de vida, diminuindo as agressividades do capitalismo. Frequentemente o bairro parece ser visto apenas como unidade político-administrativa, com representação via associação de moradores e com alguma(s) centralidade(s).

Bezerra (2011) apresenta a leitura de Lamas¹⁵ (1993), a qual divide a cidade com base em suas dimensões (Figura 4). Na menor escala, está a dimensão setorial, representada pela rua, em que são elementos identificáveis a rua, o prédio e a árvore. Na dimensão urbana, vem o bairro, neste de fato existe verdadeiramente a área urbana, a cidade ou parte dela; aqui há uma estrutura de ruas, praças e quarteirões identificados por formas; o reconhecimento dessa dimensão necessita de se fazer vários percursos. Por último, está a dimensão territorial, em que está a cidade, propriamente dita, onde se articulam diferentes formas e bairros. As formas se definem por elementos primários ou estruturantes: arruamentos, bairros, zonas habitacionais, centrais ou produtivas, articuladas entre si.

Figura 4 — Escalas de análise da cidade



Fonte: Lamas, citado por Bezerra (2007).

Os limites institucionais do bairro não são importantes para a grande maioria dos moradores, porque estes, em geral, já possuem um reconhecimento físico-cognitivo do espaço. A definição de bairro se torna complexa pela necessidade de articular as dimensões administrativa e funcional com as dimensões social, histórica e geográfica (SEABRA¹⁶, 2003, apud BEZERRA, 2011, p. 27): “[...] a dificuldade em alcançar o seu

¹⁵ LAMAS, J. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1993.

¹⁶ SEABRA, O. C. de L. **Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão**. 2003. 397 f. Tese (Livre

conceito está em circunscrever, no presente, essa essência gregária do bairro, perpassada por institucionalidades, porque isso pode levar a um formalismo que pouco esclarece a vida social”.

Bezerra (2011) reconhece a importância da coexistência entre os limites administrativos e os limites subjetivos – o primeiro porque identifica uma porção do território para fins de assistência do poder público; e o segundo porque, pelo sentimento de identidade territorial, é que são estimulados e fortalecidos os movimentos comunitários reivindicatórios por justiça social, tão importantes para a emancipação individual e coletiva. Para Souza¹⁷ (1989, apud BEZERRA, 2011), essa referência espacial direta pode definir territorialmente a base de ativismo, de uma organização, local de reunião, inclusive, de pessoas de classes sociais, culturas e crenças religiosas diversas para o enfrentamento dos problemas dessa porção espacial, como violência, serviços públicos deficientes ou insuficientes, obras públicas autoritárias e poluição ambiental.

Outra referência de Bezerra é Pierre George¹⁸ (1983), autor clássico da Geografia, o qual aponta o bairro como uma unidade de base da vida urbana, onde as pessoas se localizam e são localizadas na cidade; reconhecem os limites territoriais ao passarem de um bairro para outro. No bairro, acontece a cena público-política através da representação popular; seu nome lhe confere algum tipo de identificação, de personalidade na cidade. Outra forma de conceber o bairro seria pela relação espaço/tempo, concretamente pelo andar a pé, relacionar-se diretamente com o outro, conversar com o vizinho, no que seria um ato cultural (trocas materiais e afetivas).

O bairro também pode ser considerado como órgão autogerido, de acordo com Jacobs¹⁹ (apud KUSTER, 2019), sendo bem-sucedidos ou produtivos aqueles que conseguem tratar seus problemas — nesse caso, haveria algum tipo de organização comunitária. Ela aponta para a importância da vizinhança de rua, sendo vital para o bom funcionamento das cidades por propiciar vigilância pública, relações e redes sociais de confiança, desenvolvimento e integração das crianças à vida urbana; sua

Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

¹⁷ SOUZA, M. J. L. de. O bairro contemporâneo: ensaio e abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 139-172, abr./jun. 1989.

¹⁸ GEORGE, Pierre. **Geografia Urbana**. Tradução do Grupo de Estudos Franceses de Interpretação e Tradução. São Paulo: Difel, 1983.

¹⁹ JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

organização propicia a busca de apoio em situações complicadas, além disso as ruas devem ser vivas e atraentes com o máximo de continuidade.

Bezerra (2011, p. 29, grifo nosso), citando Seabra²⁰, afirma que o bairro deve ser um espaço em que: “[...] o acontecer fundado em práticas concretas que articulam, num lugar, parentela, vizinhança, compadrio **sob múltiplas formas de solidariedade e sobretudo de reciprocidade**. Define-se com uma unidade em relação à cidade”.

Entretanto, o ritmo acelerado do cotidiano urbano tem impedido o afloramento e o desenvolvimento desse conteúdo pragmático, comunitário e emancipatório em tais espaços, que não se fazem lugares. A cidade ou bairro obra, onde os cidadãos não têm participação social, é na verdade a cidade produto, a cidade do capital, com porções individualizadas onde as práticas emancipatórias, como a agricultura urbana, associações comunitárias combativas, mutirões e iniciativas ambientais pouco acontecem. Alguns grupos ativistas trabalham mais na ideia de visibilidade, mostrando-se pelas redes virtuais, para públicos distantes, até de outras realidades.

Para **Da Silva Dias e Da Silva (2012)**, o ente geográfico bairro se insere dentro da questão urbana em termos de seus múltiplos processos de formação e expansão, considerando a história e os agentes que reorganizam esse espaço, sobretudo o Estado e os proprietários fundiários, estes quanto ao uso e ocupação do solo.

Nesse contexto, os bairros constituem-se espaços de múltiplas relações, a saber, afetivas, comerciais e residenciais, resultantes do processo de produção do espaço urbano. Para melhor compreensão da espacialidade de um bairro, é importante buscar sua história e levantar sua atual centralidade, seus elementos funcionais/estruturais. Um aspecto frequente no urbano do Brasil, sobretudo com a intensificação da urbanização a partir da década de 1970, é o surgimento de bairros de população de baixa renda, em áreas irregulares, como morros e planícies de alagamento, sem serviço de saneamento e com residências precárias. Isso se deu em função da modernização da agricultura e do avanço da industrialização, que provocaram forte êxodo rural, com uma política habitacional insuficiente para acolher o grande contingente de pessoas nas cidades.

²⁰ SEABRA, O. C. de L. **Urbanização e fragmentação**: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão. 2003. 397 f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

4 LUGAR, EMOÇÕES, UTOPIA E PERTENCIMENTO

4.1 O LUGAR

O que significa lugar? Qual o lugar da agricultura urbana? Essa palavra, de uso corrente no cotidiano das pessoas, tornou-se conceito/categoria usado em vários campos dos conhecimentos. Para nós, interessa o que significa para a Geografia e pretendemos fazer isso com o apoio principal de Massey (2000), Carlos (2003), Gomes (2003) e Serpa (2013).

A palavra lugar remete diretamente à localização. Sua etimologia vem do latim *locális*, de *locus*, significando “espaço ocupado, localidade, posição, povoação, região e país”. Mas, para a Geografia, o vocábulo tem valor de conceito, o que lhe confere uma dimensão importante para explicar a espacialidade das relações humanas, sendo seu sentido dependente das diferentes correntes teóricas — seus momentos históricos e bases filosóficas (RODRIGUES, 2015). Essa aproximação etimológica que fizemos leva diretamente a pensar no seu tamanho, isso é, na sua escala geográfica — na nossa percepção, lugar indica onde está alguma coisa, tratando em geral de uma localização conhecida e de pequena área. O lugar da agricultura estaria se referindo ao tamanho da área dos cultivos ou a um tipo de comunidade ou grupo social?

É com o novo enfoque cultural na Geografia, dentro de um processo de críticas à ciência a partir da década 1970 (CLAVAL, 2002; GOMES, 2003), sob influência da fenomenologia²¹, que o conceito de lugar ganha importância. Assim, avançando para além das correntes naturalistas e funcionalistas, a redescoberta e experiência da vivência na pesquisa geográfica, conforme indica Fremont (1976, apud CLAVAL, 2002) — os lugares não eram vistos nem sentidos. Trata-se então de considerar as ligações do indivíduo ou do grupo com um espaço específico, em que os valores destes vão repercutir bastante no sentido que dão aos fatos, ao fenômeno, à realidade.

²¹ Trata-se de um método de conhecimento baseado na vivência originária do sujeito, buscando o que é essencial do fato, pela via da descrição minuciosa da experiência, buscando o afastamento de pressupostos, inclusive de conceitos e categoria universais. É a partir dos anos 1970, com a publicação dos artigos de Relph e de Yi-Fu Tuan que se percebe com mais clareza os conceitos da fenomenologia aplicados na Geografia.

É certo que essa geografia do lugar é repleta de sentimento e encanta, mas é importante que não se perca de vista a dimensão crítica dos acontecimentos, no sentido das relações sociais de classe de dominação e poder que compõem o objeto, os fatos sociais. Entretanto, na perspectiva de Tuan (1974, 1997) trazida por Gomes (2003), é fundamental e complementar considerar os sentimentos e ideias das pessoas para compreensão do mundo humano em sua relação com a natureza e no seu comportamento geográfico²² no espaço e nos lugares. Este último, como já dito, foi revalorizado, expressando um ponto no espaço onde se concentram significações individuais e coletivas.

No lugar estão acessíveis realidades mais próximas, mais acessíveis; também é possível perceber como as informações circulam e como cada pessoa a interpreta, relativizando o peso da cultura. É no lugar que se pode observar e experimentar a beleza da flor, as brincadeiras das crianças e entre amigos, a cooperação. O acontecer da planta, sua germinação, crescimento, florescimento e sementeira. É lá também que se vivenciam os conflitos e se buscam soluções; onde a ansiedade e a atenção frente à utopia da participação social nos assolam, chegando mesmo a pensar em desistir. Vale lembrar que as iniciativas são mais fortes e plenas, com tendência à permanência, à medida que participam mais pessoas, pois o conhecimento e as práticas são somados, colocados em comum²³, como que numa unidade.

Na agricultura urbana, podemos notar esse aspecto através das relações sociais que ali acontecem, em suas múltiplas territorialidades, potencializadoras de benefícios e conflitos, que requerem um processo negocial espontâneo ou planejado para a organização das atividades. Isso envolve a subjetividade de cada pessoa posta no processo de reprodução material mais amplo, desdobrado no ativismo, na geração de renda e nas outras dimensões da agricultura urbana.

Massey (2000, p. 185) comenta sobre sentido do lugar como espaço vivido, que possui a dimensão da segurança — como na comunidade familiar, o lar —, mas que apresenta um sentido progressista por meio da sua ligação com outros lugares — que

²² Esse comportamento geográfico relaciona-se muito com a discussão trazida por Kuster (2019) sobre a criação de subjetividades nas metrópoles. Outrossim, em Santos (2006), a “vigorosa alienação” é uma forma de estranhamento com o lugar.

²³ Como no Movimento de Camponês a Camponês em Cuba (SOSA et al., 2012); também no Movimento contra a Carestia, no fim da década de 1970 (PAZ E BEM, 2020).

para nós também se refere à subjetividade das outras pessoas e grupos. Ela realça os efeitos do atual contexto da globalização, que para essa nova fase da expansão espacial do capital, notadamente do financeiro, é percebida como uma aceleração do tempo observada, por exemplo, no aumento do número de viagens das pessoas, de roupas e comidas vindas de diversos países, do uso intenso da comunicação virtual via correio eletrônico e redes sociais. Essa dinâmica implica uma: “[...] crescente incerteza sobre o que queremos dizer com ‘lugares’ e como nos relacionamos com eles. Como diante de todos esses movimentos e de toda essa mistura, podemos manter algum sentido de um lugar local e de sua particularidade” (MASSEY, 2000, p. 177).

Santos (2006, p. 313), por sua vez, afirma que, diante desse movimento confuso, “[...] o mundo da fluidez, a vertigem da velocidade, a frequência dos deslocamentos, a banalidade do movimento e da alusão a lugares e coisas distantes” acentuam o corpo como certeza sensível materialmente. Para ele, os lugares têm uma dupla formação: de um lado o global se desdobra nele, de outro preservam sua individualidade; essa relação local-global é instável, tensa e dependente dos processos de acumulação desdobrados em ações dos elementos do espaço: homens, empresas, instituições, meio ambiente construído. Essa característica dificultaria a abordagem teórica, mas a via do cotidiano, isso é, o mundo vivido, serve ao exame geográfico, considerando as ações, a técnica e o tempo (SANTOS, 2006, p. 314). É relevante a questão identitária entre lugar e comunidade, que, no dizer de Massey (2000, p. 183), é equivocada:

Por um lado, as comunidades podem existir sem estar no mesmo lugar – de redes de amigos com interesses comuns a grandes religiões e comunidades étnicas ou políticas. Por outro lado, os exemplos de lugares que acomodam “comunidades” singulares no sentido de grupos sociais coerentes são provavelmente – e eu sustentaria, têm sido há muito tempo bastante raros.

Cabe esclarecer o que temos chamado “comunidade e/ou participação comunitária: trata-se da (re)união de pessoas, com suas emoções e desejos diante das contingências da vida, de uma mesma base territorial ou não, de forma presencial ou virtual, com vistas a uma ação política, reflexiva ou prática voltada para ganhos de autonomia e justiça social. Nesse sentido, aproxima-se do conceito de “Comuns Urbanos” (SOARES, 2019; DARDOT; LAVAL, 2017); este conceito é, a nosso ver também tangenciado por Santos (2008b) ao predizer que os movimentos sociais estarão cada vez mais articulados — impulsionados pelo uso das tecnologias de

comunicação disponíveis aos pobres —, questionando e vivenciando alternativas a ordem capitalista.

Essa vivência comunitária seria favorecida através das atividades de agricultura urbana? O trabalho, pela lida e o manejo com as plantas, em que a pessoa pode observar o acontecer do crescimento e a frutificação parecem satisfazer a certa ontologia humana ligada à sua autossustentação, geradora de cooperação e dignidade. Ocorre que a complexificação social no espaço urbano talvez seja redutora dessa marca humana, contribuindo para comportamentos alienantes e indiferentes quanto ao cuidado com o outro, com a natureza, com o meio ambiente. Essa afirmação é baseada nas nossas observações na paisagem da periferia de Jardim Tropical, onde tivemos a oportunidade de ver adolescentes e jovens aglomerados a vender drogas. Imagine uma educação voltada para a agricultura ocorrendo no ambiente familiar, no entorno da comunidade e na escola — cremos que poderia resultar em um hábito e cultura muito favoráveis à autonomia primeira da produção de alimentos, mas também para a política da convivência e superação de conflitos.

Serpa (2013, p. 171) afirma que o conceito de lugar na Geografia é abordado tanto pela via marxista, enquanto “versões dos processos de reprodução do capital ao redor do mundo”, quanto pelo caminho humanista-fenomenológico, enquanto espaço vivido, isso é, local de reprodução da vida cotidiana na diversidade de visões de mundo e da cultura (espaço da diferença). Ambas as vias despertam a influência dos lugares nas cidades contemporâneas no contexto de metropolização, fragmentação, homogeneização e hierarquização espacial, resultante de imposições, em geral, extralocais, de ordem econômica e política²⁴. No dizer de Serpa (2013, p. 171, grifo nosso): “[...] a metrópole **parece negar os lugares**, sobrepondo valores e conteúdos hegemônicos às experiências enraizadas na vida cotidiana de cada lugar”. Isso remete às zonas de choque e sobreposições entre o circuito superior com circuito inferior da economia nos países pobres (SANTOS, 2008a), operacionalizados no estudo da geograficidade da alimentação num bairro urbano popular por Saraiva (2010).

²⁴ Ressalta-se aqui toda a crise econômica e política brasileira precipitada na eleição de 2014, que apresenta componentes geopolíticos em sua origem. Seus graves efeitos (desemprego, informalização excessiva e falta de verbas para saúde, educação e moradia) no cotidiano das pessoas permanece até os dias hoje.

De acordo com Serpa (2013, p. 173), um espaço vivido pode ser lugar de desalienação, enquanto um espaço alienado é resultado de esvaziamento progressivo dos valores de um lugar, os quais são alterados pela sobreposição e/ou mistura de valores com outro. Esse lugar alienado se produz por comportamentos ancorados em nostalgias do passado ou reordenamentos autoritários e tecnocráticos, causa de fricção e estranhamento social.

Essa questão da indiferença com o espaço público é tratada por Kuster (2019), e pensamos, por extensão, como a falta de agricultura urbana pode ser um sintoma de não lugares. Estes, no dizer de Serpa (2013, p. 172), relacionam-se com a diversidade e intensidade de nossas experiências, as quais:

[...] vão definir o lugar como histórico, relacional e identitário: um espaço que não se pode definir assim deve ser encarado como um não-lugar. Porém, o não-lugar nunca existe sob uma forma pura: lugares se recompõem nele; as relações se reconstituem, nele. O lugar nunca é completamente apagado e o não-lugar nunca se realiza totalmente.

Nessa altura, nossa abordagem já tornou perceptível duas formas que apresentam o conceito de lugar (por conseguinte, o lugar da agricultura urbana), as quais necessariamente se articulam, uma vez que a totalidade espaço-tempo só pode ser separada para fins de análise. As duas formas são:

- o espaço vivido da experiência, com seus sentimentos e desejos, em que há o repouso, a segurança e o pertencimento ligado a algum tipo de comunidade ou atividade comum; e
- o ambiente urbano das grandes cidades, marcado pelos efeitos da aceleração da globalização (embora haja nisso uma diferenciação social, como bem explica Massey (2000, p. 179).

Em outras palavras, o conceito de lugar – para a Geografia Humanista^{25,26} – está inserido dentro do espaço e considerado, ao mesmo tempo, como “[...] **resultado concreto de um processo histórico**, e neste sentido ele possui uma dimensão real

²⁵ A geografia humanista herdou algumas marcas fundamentais do humanismo, como: **1)** a subjetividade do saber que faz do espaço um lugar repleto de significações; **2)** a busca pela visão da totalidade do fato geográfico, considerando o contexto físico e social; **3)** a cultura, os valores e as significações como elementos da explicação; **4)** a valorização da hermenêutica como método (baseada na interpretação); implica a postura da observação; **5)** a relação entre ciência e arte, esta última como expressão social mais espontânea, que medeia a vida concreta e suas representações (GOMES, 2003, p. 309-314).

²⁶ CARLOS (2003) explora a arte da música, a literatura (iniciou também o uso do vídeo) e o vídeo como “modo” de entender a cidade e o urbano.

e física, ou como uma **construção simbólica que associa sentidos e ideias**” (GOMES, 2003, p. 307, grifo nosso). Da articulação real dessas duas dimensões, encontra-se nosso lugar da agricultura urbana, instalada dentro de uma base material, presente e aberta (contingente) no cotidiano — seja físico ou virtual —, buscando (reu)unir as pessoas para construir um futuro melhor, mirando suas utopias. Seu contexto histórico e espacial é a realidade da atual globalização, numa crise urbana instalada nas periferias pobres das cidades, repletas de carências de serviços públicos. Esse ponto de vista defendido aqui aproxima-se da proposição de Serpa (2013, p. 82), o qual ressalta a “[...] importância de uma Geografia Humana dos espaços vividos, cujas bases podem ser construídas a partir de uma abordagem dialética e fenomenológica das relações sociedade-espço”.

Para esta pesquisa, interessa a influência da construção simbólica do lugar, especificamente em relação à população pobre de bairros periféricos, pois as representações que as pessoas fazem dele direcionam sua vivência concreta. E esse lugar é a agricultura urbana de que queremos nos aproximar e que poderá ser encontrado na materialidade das plantas e hortas e na criação de pequenos animais.

4.2 A GEOGRAFIA DAS EMOÇÕES

O que são as emoções? São formas corporais com as quais o ser humano expressa o que sente, com duração e intensidade variáveis — a tristeza do luto pode durar anos ou esvaír-se em poucos meses. Da Silva (2016) apresenta vários apontamentos importantes sobre as emoções, a saber: elas são a linguagem da vida social, carregando propósitos, mensagens sobre suas crenças e desejos em relação às coisas e pessoas; para a Geografia isso pode ser verificado nas diferentes emoções despertadas pelo ente espacial “lugar”.

É através da unidade corpo-consciência que acontece a relação da pessoa com o mundo, consigo mesma e com o tempo (presente, passado e futuro), dentro de um projeto de ser, sempre em construção²⁷ – e aqui entram as utopias, esses desejos idealizados de si e do mundo, que despertam outros sentimentos. Pesquisas sobre as

²⁷ Dialogando com o conceito lefebvriano de *espaço aberto* e de *ser humano inconcluso* de Paulo Freire (2006).

emoções têm abordado a dimensão biológica e psicológica, porém a Geografia das emoções tem se voltado para a perspectiva social e cultural. No espaço urbano, com sua variedade de problemas sociais, os planejadores e ativistas podem pensar e atuar em questões críticas para além das concepções clássicas da cidade — materiais e funcionais —, passando a considerar “[...] questões mais subjetivas do habitar, do cotidiano e do espaço vivido das pessoas” (DA SILVA, 2006, p. 116). As pesquisas no campo da Geografia das emoções têm tratado de temas como lugares relacionados ao luto, a relação emocional entre turismo e lugares, os lugares de memória dos idosos, cartografias emocionais, estudos sobre paisagens e questões sensoriais, o medo relacionado à violência nos espaços públicos, paisagens urbanas.

Alguns estudos da Geografia das emoções foram uma continuidade, um aproveitamento do estudo do corpo —, de onde emanam os sentimentos e as experiências da pessoa, por ele manifesta-se a experiência imediata da consciência. A pessoa e suas emoções são resultado da relação corpo-consciência em processo, em relação consigo mesma, com a alteridade, com as coisas, e com o tempo. Embora as emoções situem-se no corpo, o que as tornariam naturais, alguns autores afirmam que sentir e vivenciar o corpo pressupõe uma mediação cultural e historicamente construída; em outras palavras, ainda que as emoções estejam situadas no corpo, elas guardam com ele uma relação mediada pela cultura.

Nesse sentido, a relação entre sociedade ou pessoa ou corpo com a natureza-espaço pode ser vista pela perspectiva da Geografia das emoções, buscando compreender a mediação, o rebatimento e a articulação socioespacial. O corpo e os lugares são entes espaciais, essa materialidade que carrega, e são afetados pelas emoções, isso é, neles a emoção é sentida e localizada – a interação emocional entre corpo e lugares é espacial, sendo continuamente atribuídos significados a esses entes. Essa afetação desperta emoções nos corpos, suas representações, no indivíduo e em seus discursos, podendo indicar fecundas pistas para pesquisas nos diferentes campos da Geografia (DA SILVA, 2016, p. 109-110).

A questão do não lugar abordada no capítulo sobre o espaço urbano tem bastante relação com a Geografia das emoções, pois a pessoa pode desenvolver repulsa em relação ao seu bairro, ao espaço público, devido à violência, à estética desagradável e à precariedade de equipamentos e serviços públicos, afastando-se da vida comunitária. Por outro lado, a participação comunitária que experimenta relações

amorosas, como a amizade e a alegria dos encontros e conquistas — emoções positivas —, favorece o engajamento e cria pertencimento. Nossas observações tendem a afirmar que esse jogo de emoções das pessoas, no contexto da realidade das periferias e bairros populares, parece pender para a alienação geográfica, ou seja, no pouco envolvimento com as iniciativas comunitárias locais, na vizinhança, na rua e em espaços públicos do bairro.

As emoções em torno de uma utopia ou de um desejo podem ser discutidas sob uma perspectiva espacial, na relação com os lugares e os objetos neles localizados, que podem ser valorados pelas pessoas (DA SILVA, 2016). Essa relação das emoções com o lugar pode se dar de forma direta, por exemplo, pelo pertencimento inspirado por árvores, montanhas, centros comerciais, local de casamento, escola e amigos; ou indiretamente, quando outros sentimentos afetam essa relação (como a morte de ente querido, despertando o desejo de mudar de moradia). O conceito de lugar seria o mais apropriado para expressar essa relação entre espacialidade e emoção, pela sua menor abstração, sendo palco das vivências, experiências e sentimentos. No lugar, o cotidiano acontece, as pessoas trabalham, brincam, descansam; nele se captam as narrativas pessoais em que os sentimentos aparecem — os fatos geográficos podem ser sentidos e investigados por dentro, com uma menor distância a partir das experiências das pessoas. Trata-se de um outro lugar de observação, que “[...] rompe com tradição geográfica que está desinteressada em questões mais subjetivas presentes no nosso cotidiano e na relação com o espaço” (DA SILVA, 2016, p. 100).

A questão emocional tem avançado muito em várias áreas do conhecimento, nos seus aspectos biológicos, psicológicos, nos contextos sociais e culturais; seria difícil imaginar campos do conhecimento que não possam se enriquecer com a consideração das emoções, no dizer de Da Silva (2016, p. 104), “[...] tão entrelaçadas com o tecido social de nossas vidas”. A valoração espacial, o que se faz em um lugar é muito afetado pelas vicissitudes e seus desdobramentos sentimentais com a dor, o luto, a raiva, o amor — obviamente essas emoções, muitas vezes, estão entrelaçadas com os aspectos funcionais da vida, a saber, os fatos políticos, econômicos, técnicos e ambientais (ruído, silêncio, calor etc.).

O desejo é um componente imaterial do espaço geográfico, podendo se dirigir a objetos e coisas abstratas (descanso, silêncio, felicidade, amor etc.). Ele é essa emoção/movimento de espírito inerente ao ser humano de gostar e querer algo; não

é um ator coadjuvante na história (COSTA, 2016); é um sentimento que atua principalmente dentro, mas também fora das regras morais da sociedade, podendo reforçar ou desestimular outras ações. Uma utopia envolve necessariamente desejos que a alimentam, por outro lado há outros desejos agindo em sentido contrário. Um projeto político-comunitário de agricultura urbana nuclear vai se deparar com vários desejos dos simpatizantes/participantes, os quais resultaram em escolhas que podem ou não desembocar na sua adesão e participação. Por exemplo, se as atividades forem noturnas, o sujeito que gosta e quer participar, mas tem um compromisso na igreja ou um futebol, precisará escolher – nesse caso, o desejo mais ardente prevalecerá. Outro exemplo, colhido na pesquisa sobre a geograficidade da alimentação (SARAIVA, 2011) refere-se a uma senhora que parou de cuidar das plantas após a morte do marido. E assim há inúmeros outros desejos e contingências concorrendo ao mesmo tempo, alguns ligados ao entretenimento, à família, ao trabalho, à saúde etc.

É fato que a superação de muitos problemas sociais se constitui numa grande utopia, compartilhada pela maioria das pessoas — trabalho com um bom salário, cidade segura, bons serviços de saúde e educação, transporte de qualidade, casa própria. Entretanto, a atual organização socioespacial, fruto da história, legou uma realidade que não permite um acesso imediato a esses serviços, inclusive sendo estes tornados mercadorias. Como tais necessidades se tornaram direitos nas constituições de muitos países e na Declaração Universal dos Direitos da Humanidade, elas podem concretizar-se por meio de políticas públicas dos governos ou, de outro modo, pelo trabalho individual e pela aquisição no mercado; uma terceira via seria a comunitária (rua apropriada e núcleos de bairro, associação de moradores, outras associações, sindicatos etc.).

Em todos os caminhos, estão os desejos modulando o uso do tempo e as ações que a pessoa escolhe conforme as vicissitudes acontecem — assim os planos iniciais ou em andamento vão se modificando; as utopias deparam-se com os desejos e contingências o tempo todo, impondo ritmos nos projetos humanos. Um fator importantíssimo que impulsiona e desperta, quebrando a relativa inércia da participação social, são as crises — exemplo histórico foi o impulso da agricultura urbana na Inglaterra durante a Segunda Guerra Mundial. As crises de abastecimento

alimentar nas cidades ou na família (devido ao desemprego) também podem acelerar processos.

A Geografia e suas espacialidades (paisagens, territórios, fluxos, lugares) são construídas nesse movimento de intenções, desejos e atitudes. O caráter aberto e dinâmico do espaço frente às vicissitudes comporta, ainda assim, um repouso, mais forte nas paisagens antigas da Geografia Regional, mais instável nos grandes centros urbanos em face da fluidez/vertigem da velocidade dos problemas sociais, do trabalho, das informações e dos desejos de consumo. A agricultura urbana pode ser vista como esse ponto de repouso e descanso, esse encontro para mirar na natureza e organizar o ritmo da vida. Ela concorre com toda sorte de desejos e necessidades — uma delas o celular trazendo informação e entretenimento sob medida.

A utopia dos agroubanos (pessoas que acreditam ou praticam a agricultura urbana) na participação social e autonomia é confrontada cotidianamente pelos seus desejos, contingências (vicissitudes) e necessidades, temperando o ritmo, o avanço e a efetividade dessa utopia. Pensar uma agricultura urbana somente pelos seus aspectos funcionais e desconsiderar os desejos humanos em jogo — ligados à dimensão psicológica e intimamente pessoal (CLAVAL, 2013), refletida na liberdade individual —, de certo repercutirá em falta de estratégias e empatia, desestimulando a participação e cansando a utopia.

4.3 AS UTOPIAS

Parece-nos importante discutir um pouco sobre a utopia, palavra substanciosa que tantas vezes aparece neste estudo²⁸. O significado mais comum do termo está relacionado com o sentido de idealização de uma civilização, um espaço específico — cidade, localidade, bairro — ou uma atividade, como a agricultura urbana, tanto no presente quanto no futuro, porém em um paralelo. A palavra tem origem nos radicais gregos *οὐ*, “não”, e *τόπος*, “lugar”, significando o não lugar ou o lugar que não existe na realidade. O termo foi utilizado por Thomas Morus como título de uma de suas

²⁸ É justo ressaltar nesta seção a grande contribuição para articular nossas ideias contidas no artigo “Cidade e utopia: novos modelos sociais e espaciais”, publicado no sítio eletrônico da GGN, mantido pelo experiente jornalista Luis Nassif, pelo qual nutrimos respeito, dada à seriedade do seu trabalho no campo social.

obras escritas por volta de 1516, em latim, que, segundo alguns historiadores, foi influenciada pelas narrações extraordinárias de Américo Vespúcio sobre a recém-avistada ilha de Fernando de Noronha, em 1503, levando Morus a “[...] escrever um lugar novo e puro onde existiria uma sociedade perfeita” (CIDADE..., 2011).

O utopismo seria então um modo muito otimista, talvez até fantasioso de se pensar um lugar, uma vida no futuro. Respondendo a problemas reais, a ideia de utopia ganha expressão a partir do/no contexto da sociedade industrial do século XIX, denunciando a escassez do solo, a exploração do trabalho e a degradação ambiental, como ocorria em Paris e Londres – as cidades utópicas são pensadas na perspectiva de sustentabilidade social, contando com alternativas espaciais aos problemas urbanos.

Avaliando as utopias, desdobradas em ações e projetos de arranjo espacial²⁹ em contextos históricos específicos, parece que eles não incorporam, pelo menos alguns elementos, da participação popular e comunitária, sobretudo os exemplos trazidos no século XX. Para a realidade espacial das grandes periferias urbanas de população pobre, morando muitas vezes em favelas, com grande densidade e verticalização das moradias e sem quintais, a melhoria das condições de vida é um grande desafio, dependente do engajamento comunitário local com vistas a buscar soluções locais e institucionais para os problemas de saneamento, saúde, criminalidade e opções de lazer e cultura. Esse também é o lugar da agricultura urbana.

As utopias social-urbanas³⁰ que foram experimentadas historicamente para melhorar as condições de vida, rumo à autonomia e à emancipação das pessoas, sobretudo as mais vulneráveis socialmente, talvez não tenham alcançado seus principais objetivos. Algumas utopias permaneceram como virtualidade por causa das suas dificuldades de realização; outras vezes o devir com suas contingências as levaram para sentidos divergentes, até social e emocionalmente penosos; outras foram realizadas em parte, adaptando-se aos desafios da realidade. Apesar de tudo:

Longe de desanimarmos com a impossibilidade ou dificuldade de realização dos modelos utópicos, devemos mantê-los como princípios norteadores de nossas ações e esperanças, sem fraquejar, sem abandonar o objetivo. Um

²⁹ Costa (2016, p. 3) afirma que: “[...] a utopia também se espacializa, pois ela surge da insatisfação com a situação percebida; do impulso para o outro; da manifestação e materialização dos desejos”.

³⁰ Destacar a importância da utopia como parte da dialética que move a sociedade, como os Comuns Urbanos. Também é relevante o conceito lefebvriano de **espaço utópicos**, a saber, aqueles que ainda não existem plenamente, mas vão sendo semeados continuamente na realidade urbana, numa busca permanente pelo direito à cidade (SOARES, 2019).

mundo sem utopias, seria um mundo entediado, desanimado, morto (CIDADE..., 2011).

No dizer poético de Galeano³¹, a utopia está no horizonte, visível e afastando-se continuamente à medida que caminhamos em direção a ela, portanto ela serve para nos fazer caminhar!

Esta pesquisa, considerando o espaço geográfico como aberto e contingente, acredita que a agricultura urbana, de base comunitária, pode promover a participação social, de forma a atenuar muito alguns problemas sociais, como a fome e a geração de renda, bem como promover alimentação e estilo de vida saudáveis. Entretanto, consideramos como utopia que esta prática venha a tornar-se prática geral, intensa e cotidiana, embora os fatores que favoreçam seu devir estejam presentes na paisagem verde urbana do bairro popular Jardim Tropical.

4.4 IDENTIDADE TERRITORIAL E PERTENCIMENTO

A identidade territorial e o pertencimento andam juntos. Uma pessoa e um grupo que atuam num território ali vivem, estudam, crescem, formam suas famílias, desenvolvem um sentimento de pertencimento, de domínio, afetos positivos por aquele lugar, conforme sentença Claval (1997, p. 107):

As identidades se associam ao espaço: elas se baseiam nas lembranças divididas, nos lugares visitados por todos, nos monumentos que refrescam a memória dos grandes momentos do passado, nos símbolos gravados nas pedras, esculturas ou nas inscrições. A territorialidade se transformou em um dos componentes mais importantes das novas orientações do mundo social e político.

Entretanto, essa relação pode ser afetada pelas surpresas da vida, pelas imposições de outras escalas. Como vimos, o progressivo abandono do espaço público, sobretudo por causa do medo, empobrece a vida urbana, concentrando a energia humana nas conquistas individuais, resultando frequentemente no individualismo, agravando ainda mais a crise social urbana. A agricultura urbana consiste numa

³¹ Em Nuper (2021, 1min30s).

importante oportunidade de criar/resgatar a presença/ação no espaço público da vizinhança de rua e do bairro.

Os autores Tartaruga e Heidrich (2001, p. 81), mostram outro aspecto importante da identidade: refere-se à resistência, proposta por Castells (1999, p. 24)³², caracterizada por:

[...] atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica de dominação, construindo assim trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam a sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos [...].

Alguns atores e movimentos de agricultura urbana não se constituem propriamente num grupo desvalorizado, no entanto seu ativismo passa pela utopia de mais justiça social, desdobrando na autonomia na produção e escolha de alimentos. Essas identidades territoriais e de resistência são ricas, com forte significado sociocultural, podendo ser ligadas a populações de baixa renda; quando ocorre a articulação do sentido territorial com o de resistência, esses movimentos são muito reforçados. Santos (2006) trata dessa riqueza geográfica, acentuando a força do lugar e dos pobres, sobretudo nos grandes centros urbanos, convergindo para a solidariedade, oriunda das relações de proximidade e vizinhança, da facilidade de comunicação entre os vizinhos (convivência). Surge daí a organização de rua, bairro ou cidade, resultando em redes sociais de cooperação — são os movimentos populares.

Tartaruga e Heidrich afirmam que para Castells (1999, p. 79), que é de visão sociológica, essa mudança social a partir das identidades territoriais (pertencimento) e de resistência necessita de um processo de mobilização social, isso é, de movimentos urbanos (não exatamente revolucionários), através dos quais “[...] são revelados e definidos interesses em comum, e a vida é, de algum modo compartilhada, e um novo significado pode ser produzido” (p. 95). É o que defende esta pesquisa: sem organização popular, sem movimento social articulado, é muito difícil acontecer um processo que traga ganhos expressivos de autonomia; portanto a utopia precisa avançar por sobre os desejos, através de atitudes que gerem práxis permanente.

³² CASTELLS, Manuel. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Do ponto de vista cultural, pela via da Geografia cultural, Claval (1997, p. 95) afirma que a compreensão dos processos culturais deve considerar o jogo da intersubjetividade. Isso quer dizer que os sentimentos, sonhos, medos, frustrações e expectativas das pessoas devem ser considerados, uma vez que temperam a participação social — palavras de ordem não são suficientes para convencer a adesão aos movimentos sociais. Santos (2006) reconhece, nesses pobres urbanos, uma capacidade afetiva e criativa de organização comunitária, resultante da interação e do enfrentamento dos diversos problemas sociais pela via da cooperação, entretanto alertam Tartaruga e Heidrich (2001) que não são panaceia para todos os problemas locais e muito menos para os globais, ressaltando o dizer de Castells (1999, p. 84) de que as organizações comunitárias “[...] constroem abrigos, mas não paraísos”.

O caminho trilhado até aqui mostra que existe uma forte relação entre participação, autonomia e pertencimento/identidade — são processos concomitantes que iniciam pela descoberta, pelo encantamento de novas relações sociais no contato com o meio externo. Algumas questões importantes são pontuadas por Tartaruga e Heidrich (2001), a respeito do processo de participação social:

Para que sejam producentes no sentido de transformação de realidades socioeconômicas devem ser combatidas as formas de opressão atuais (CLAVAL, 1997, apud TARTARUGA; HEIDRICH, 2001, p. 99)³³; acrescentamos aqui a importância da visibilidade e de experimentar os benefícios da participação.

- Insistir fortemente na utilidade do conhecimento que serve à “[...] reflexão, meditação, discussão, incorporação por todos, na sua experiência de vida (MORIN 1996, apud TARTARUGA; HEIDRICH, 2001, p. 30)³⁴, em que as diversas dimensões do conhecimento se comuniquem (física, biológica, espiritual, cultural, sociológica, história), bem como aceitar as diferentes opiniões dos participantes.
- A objetividade, *entre parênteses* (MATURANA, 1994, apud TARTARUGA; HEIDRICH, 2001, p. 72)³⁵, postura que permite à pessoa entender que existem visões e opiniões diferentes sobre as várias realidades, é que pode permitir a participação de

³³ CLAVAL, Paul. As abordagens da geografia cultural. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORREA, Roberto L. (Org.). **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 1997. p. 89-117.

³⁴ MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

³⁵ MATURANA, R. H. **Emociones y lenguaje en educación y política**. Colección Hachette/Comunicación. Santiago de Chile: CED Ediciones Pedagógicas Chilenas, S. A., 1994.

todos os atores sociais no enfrentamento de um problema, permitindo a aceitação de outros sujeitos na convivência, aumentando a criatividade e os potenciais ganhos de autonomia.

Por fim, num determinado espaço geográfico, os processos participativos comunitários envolvem identidades — territoriais (pertencimento), étnicas, culturais, religiosas — em que as pessoas devem compreender que “[...] suas respectivas autonomias, dependem das dos outros e o conhecimento científico — dos especialista e intelectuais — que se junta ao não-científico do pobre, do migrante, do cidadão, criando um saber teórico e prático que responda melhor aos problemas atuais” (TARTARUGA; HEIDRICH, 2001, p. 84).

5 PAISAGEM VERDE E AGRICULTURA URBANA

5.1 UMA TENTATIVA DE HORTA COMUNITÁRIA

Nosso interesse pela agricultura urbana e pelas iniciativas comunitárias acabou precipitando na participação em um projeto socioambiental, vivenciado no bairro Jardim Tropical, em Serra-ES. Um dos objetivos principais do projeto era vivenciar relações sociais no processo de agricultura urbana; não ensejando uma produção de alimentos em escala importante. No final de 2017, foi postada na internet e acessada via aplicativo WhatsApp, no grupo de pesquisa GeQa-Ufes³⁶ (Grupo de Estudos da Questão dos Alimentos, ligado ao curso de Geografia), uma divulgação sobre o Programa “Casa Cidades: Fortalecendo Comunidades para a Construção de Cidades Inclusivas, Resilientes e Sustentáveis”, conforme Chamada Pública nº 2/2018 (Figura 5), elaborado pelo Fundo Casa (2018), com financiamento da Caixa e da Fundação OAK. O objetivo era apoiar 150 projetos, em 10 regiões metropolitanas do Brasil, com uma verba de até R\$ 30 mil cada. A base conceitual do programa são dois dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), a saber:

- Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes; e
- Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis.

³⁶ O Grupo de Estudos sobre a Questão dos Alimentos (GeQa) é um projeto que articula pesquisa, ensino e extensão e está vinculado ao Laboratório de Estudos Territoriais (Latterra), coordenado pelo prof. Dr. Paulo Cesar Scarim, do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Ufes. A temática da alimentação é de fundamental importância em todos os tempos e sociedades. As transformações atuais do mundo recolocam essa problemática como uma temática mundial, relacionada com problemas ambientais, econômicos, médicos e de modo de vida. A fome, a obesidade, a desnutrição, os agrotóxicos, o preço dos alimentos, os transgênicos e o mercado mundial de alimentos são temas presentes em nosso cotidiano diariamente. O GeQa busca fortalecer a atuação com a universidade, a sociedade organizada e o Estado, apoiando o debate, as ações, as políticas públicas, as pesquisas e os eventos em torno da problemática da segurança Alimentar e Nutricional (SAN), tendo como meta principal fortalecer políticas públicas. A ação principal é de formação de profissionais (graduados, bacharéis, licenciados e pós-graduados) a partir de espaços coletivos de estudos e atuação social, segurança alimentar e nutricional (GRUPO DE ESTUDOS DA QUESTÃO DOS ALIMENTOS, acesso em 21 maio 2021).

Figura 5 — Programa Casa Cidades



Fonte: programa Casa Cidades (2018).

O Fundo Socioambiental Casa (Fundo Casa), criado em 2005, membro da Rede de Filantropia para a Justiça Social, é uma organização sem fins lucrativos, cujo objetivo é mobilizar recursos no Brasil e no exterior para ampliar a atuação das organizações da sociedade civil que lidam com os desafios da sustentabilidade ambiental e social como parte dos processos de erradicação da pobreza, fortalecimento da democracia, promoção da justiça, da dignidade e da qualidade de vida no Brasil e na América do Sul.

O Fundo financia pequenos projetos de entidades socioambientais para ampliar sua capacidade de negociação e o desenvolvimento institucional. Assim, busca criar condições para que pessoas e grupos se fortaleçam e consigam melhores resultados em suas ações, visando à sustentabilidade socioambiental no território sul-americano. O Fundo Casa identifica os conceitos que constituem a filantropia comunitária nos bancos comunitários e de microcrédito, na economia solidária e em outras iniciativas semelhantes. A Rede de Filantropia para a Justiça Social trabalha para reconhecer essas iniciativas que já existem e conectá-las às redes maiores, trazendo as grandes organizações para mais perto da realidade das comunidades de base.

O patrocínio financeiro-econômico do programa vem do Fundo Socioambiental Caixa (FSA Caixa), criado pela Caixa Econômica Federal em 2010, e que corresponde a até 2% do lucro líquido da empresa, para apoio a projetos de caráter social e ambiental

que promovam o desenvolvimento sustentável. Outro apoiador é a Fundação OAK, um grupo de organizações filantrópicas que desde 1983 fez milhares de doações para organizações sem fins lucrativos ao redor do mundo, as quais trabalham com questões de interesse socioambiental, impactando sobre a vida dos menos favorecidos.

Os públicos-alvo da referida chamada pública foram:

- comunidades de base que estejam localizadas nas regiões metropolitanas de Belém, Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, São Paulo e Vitória;
- pequenas e médias organizações socioambientais ativas e com orçamento anual de, no máximo, R\$ 100 mil;
- grupos que influenciam e monitoram a formulação de políticas públicas, a mobilização social e a conexão de trabalhos locais, nacionais, lideranças e organizações chave para o desenvolvimento socioambiental;
- grupos, coletivos, associações de pessoas, ressaltando-se que os repasses são realizados apenas para pessoa jurídica sem fins lucrativos;
- organizações que trabalhem coletivamente em redes, fóruns, consórcios e alianças;
- grupos com a participação de jovens para a formação de novas lideranças;
- grupos socioambientais que levem em consideração a equidade de gênero;
- grupos e movimentos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida; e
- grupos e movimentos urbanos.

Os projetos apresentados deveriam incluir uma ou mais das seguintes linhas de ação:

- agricultura urbana e segurança alimentar;
- habitação (assentamentos precários e habitação de interesse social);
- consumo sustentável e energia;
- fortalecimento institucional comunitário;
- implantação e recuperação de áreas verdes comunitárias;
- mobilidade ativa e mudanças climáticas;
- ordenamento territorial e participação social; e
- saneamento.

O conhecimento dessa iniciativa ocorreu durante o andamento deste mestrado, levando o pesquisador a participar do evento de divulgação no final de 2017. Disso resultou que o pesquisador reuniu um pequeno grupo de amigos, moradores de Jardim Tropical, interessados em vivenciar a agricultura urbana comunitária, os quais criaram o coletivo informal Clube Pede Planta (CPP) para se inscreverem na iniciativa do Fundo Casa. Entretanto, era obrigatório possuir inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou utilizar o de alguma instituição social. Como o coletivo CPP não era uma pessoa jurídica, procurou a Associação de Catadores de Recicláveis do município de Serra-ES (Recuper-Lixo), sediada no bairro, propondo uma parceria em que a mesma também entraria com um projeto para seu fortalecimento institucional. Uma contribuição importante veio do Movimento Escoteiro³⁷ (UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL, 2021), através das Seções Escoteiras Autônomas Juara (43ES) e Jacuném (44ES), respectivamente “Lobinhos” (dos 6,5 aos 10,5 anos) e “Escoteiros” (10,5 aos 15 anos), com base de encontros na área da Massaforte, iniciados no começo de 2019, com cerca de 24 participantes infanto-juvenis e 10 adultos efetivos. A parceria do CPP, Recuper-Lixo e Movimento Escoteiro culminou na elaboração e aprovação dos dois projetos no Programa Fundo Casa (em negrito no quadro abaixo), dentre os escolhidos para a Grande Vitória, listados a seguir:

³⁷ O Movimento Escoteiro, criado pelo Lord Baden-Powell em 1907 na Inglaterra, chegou ao Brasil em 1914. É definido pela União do Escoteiros do Brasil (UEB) como um movimento de educação não-formal, pluriconfessional, apartidário e sem fins lucrativos, destinado a crianças e adolescentes entre 6,5 e 21anos; distribuídos em três faixa etários (lobinho, escoteiro e sênior), formando pequenos grupos de até oito componentes, acompanhados por no mínimo dois adultos (chefes escoteiros), que tem função de principal mediador do processo de ensino-aprendizagem. O método educativo escoteiro é baseado nos valores de respeito, amizade, fraternidade e no amor pela natureza; o objetivo é desafiar crianças e adolescentes a tornarem-se autônomos, solidários e responsáveis - protagonistas do seu desenvolvimento físico, afetivo, social, intelectual e espiritual. É estruturado em cinco pontos: a aceitação da promessa e da lei escoteira, o aprender fazendo (educação pela ação), vida em equipe, (sistema de patrulhas), atividades progressivas, atraentes e variadas e no desenvolvimento pessoal pelo acompanhamento individual. Os adultos passam continuamente por um processo de capacitação e avaliação de competências realizados por seus pares (RABELO et al, 2013).

Quadro 1 – Projetos aprovados no programa Casa Cidades em 2018.

Organização	Território	Projeto
Árvore Casa Das Artes	Vitória Morro Piedade	Morro Vivo: hortas e artes
Associação das Micro e Pequenas Empresas de Nova Rosa Da Penha	Cariacica Nova Rosa da Penha	Moeda comunitária
Associação das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais da Grande Central Carapina	Serra bairro Central Carapina	Sabão ecológico
Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis e Economia Solidária do Município da Serra (Recuper-Lixo)	Serra bairro Jardim Tropical	Fortalecimento institucional e aquisição de equipamento
Clube Pede Planta		Reencantando Lugares via Agricultura Urbana
Instituto de Desenvolvimento Sustentável, Educação, Gestão e Saúde – Ideges	Serra	Jardins e Hortas Orgânicas Sustentáveis em Escolas Municipais
Instituto Verde Vida	Vila Velha	Banco de Alimentos do Supermercado Solidário
Levante Popular da Juventude ES	Serra bairro Carapina Grande	Vida mais saudável, Consciente e Coletiva a segurança alimentar
MUDA – Movimento Unificado de Desenvolvimento Alternativo	Cariacica bairro Campo Grade	Viveiro Comunitário para a produção de 10 mil mudas de espécies da mata
Núcleo de Atendimento à comunidade Articulada e Organizada – Grupo Nação	Vitória morro do Jaburu	Jaburu em Eco-Ação
Plano Habitar	Serra bairro Barcelona	As Crianças e as Cidades

Fonte: Observação e participação no programa Casa Cidade (2018).

O Clube Pede Planta, pequeno e informal, vislumbrava uma coordenação compartilhada e a execução das suas atividades em rede. Os trabalhos se iniciaram com uma equipe de articulação formada por quatro pessoas (Kelé, Valdinéia, Xudré e Anderson) e a presença ocasional de outros amigos ligados afetivamente ao bairro; seu caminhar buscou a tomada de decisões pela via coletiva. O projeto desenhado tinha como objetivo a promoção da participação social via agricultura urbana em espaços públicos degradados do bairro, daí o seu nome “Reencantando Lugares via Agricultura Urbana”. O interesse do Clube era a agricultura urbana, a segurança alimentar, o fortalecimento institucional comunitário e a implantação e recuperação de áreas verdes.

O planejamento do projeto reuniu amigos que atualizaram as utopias do passado, com substância na participação popular, na fraternidade e na justiça social (Figura 6.1).

Assim foram idealizados os núcleos com ações iniciais e progressivas de recuperação ambiental, chegando, ao fim, em hortas comunitárias, com todo o processo permeado por ações educativas com crianças e jovens. A fim de elaborar o projeto, os membros do coletivo CPP, todos residentes no bairro, reuniram-se com a coordenação da Recuper-Lixo para fazer um diagnóstico inicial e levantar as possíveis áreas para formação de núcleos de cultivo e convivência (Figura 7 – retângulos).

Figura 6 — Planejamento Inicial



Fonte: Observação e participação no programa Casa Cidades (2018); Prefeitura Municipal de Serra (acesso em 25 out. 2021), adaptado pelo autor.

Figura 7 — Núcleos para criação de atividades recreativas e horta comunitária



Fonte: Observação e participação no programa Casa Cidades (2018); Google Maps (acessos em jan. 2019 a fev. 2022), adaptado pelo autor.

A partir dessa observação e vivência dos membros do Clube, também de alguns moradores antigos do bairro, foram planejadas as ações com o alcance territorial que pretendeu, inicialmente, formar cinco núcleos de cultivo e convivência, escolhidos por estarem próximos de vazios urbanos e possuírem áreas de degradação ambiental, isso é, em geral com pontos viciados de lixo (Figura 7).

Tratava-se de um ambicioso cronograma de atividades recreativas, educativas, ambientais e sociais que confluíam para a agricultura urbana com formação dos núcleos. Em alguns desses lugares, já havia alguma iniciativa mais individual e mobilização popular de plantio de árvores e cuidados com o ambiente.

Antes mesmo da oficina promovida pelo Fundo Casa em Brasília, o CCP tinha iniciado a mobilização de materiais para a ação prevista na área do Campinho. Os pneus usados serviriam para o cercamento de área sob as torres, visando impedir a passagem de carrinhos de mão ou automóveis com lixo e entulho; ao mesmo tempo, servem como canteiros para plantas (Figura 6.2).

Também foram observados alguns quintais com vistas a catalogar e conseguir plantas para serem usadas nos núcleos a fim de estimular/promover o pertencimento e o engajamento das pessoas (Figura 6.3 e 6.4). Veremos adiante que, apesar da importância, essa iniciativa não prosperou. Chamou a atenção uma pequena horta em caixote de uma moradora de aluguel (Figura 6.5).

Iniciamos nossas atividades num lugar conhecido como Massaforte (Figura 8.1) — uma área pública com cerca de 10 mil m² (cerca de 100 x 100 metros), onde funcionou uma empresa com o mesmo nome, durante as décadas de 1980 e 1990, a qual extraía terra argilosa para aterro e para fabricação de argila (Figura 8.2). O local ficou bastante degradado, com enormes depressões formadas pela retirada de material, mas conta com excelente visão do horizonte, ângulo grande o suficiente para ver sem obstáculos desde o Maciço de Vitória até o Mestre Álvaro.

Por volta da década de 2000, o local foi transformado num aterro controlado pela Prefeitura de Serra, e funcionou para deposição de restos de entulho, sucata, móveis inservíveis, tudo misturado com lixo, por cerca de uma década. Essas depressões eram locais de infiltração de água, que, por receberem os materiais contaminados, provocaram a contaminação de nascentes de água na parte inferior da encosta de

fronteira, na ocasião ainda utilizadas pelos moradores para diversão, consumo e serviços domésticos.

Figura 8 — Atividades iniciais na Massaforte



Fonte: Observação e participação no programa Casa Cidades (2018); Google Maps (acessos em jan. 2019 a fev. 2022), adaptado pelo autor.

Segundo relatos dos moradores, após o aterro ter chegado ao seu limite, a Prefeitura encerrou as atividades, e o local ficou aberto, tomado pelo mato, com várias de suas partes recebendo lixo e entulho de moradores e carroceiros, inclusive tomando parte da rua. Após algum tempo, a municipalidade fazia a limpeza da área, algumas vezes empurrando os detritos para a parte mais interna do local, mas depois de algum tempo os poluidores voltavam a sujar o local. Os moradores também relatam que, em algumas épocas, fizeram plantios na parte mais próxima da rua, chegando a colher algumas frutas e verduras.

Por volta do ano de 2010, foi anunciada a construção de uma escola de segundo grau no local, que inclusive foi cercado para início das obras. Entretanto, parece ter havido denúncias sobre riscos de segurança em função da instabilidade do aterro — há inclusive relato de ocorrência de gás natural em alguns pontos. A obra não aconteceu, e o cercamento foi danificado e retirado. Assim, houve novo ciclo de detritos e lixo, e a vegetação alta voltou a acontecer, entremeadas com tentativas esporádicas de alguns moradores conterem a ação dos poluidores.

Nosso interesse pela área surgiu antes do projeto do Fundo Casa, em função da participação no Movimento Escoteiro. A Massaforte, por ser um espaço público aberto e amplo, era apto para as atividades escoteiras, as quais requerem contato com a natureza. Essa situação se somou com o nosso interesse pela agricultura urbana e seu potencial político-comunitário-emancipatório.

Já era quase meados de novembro e não tínhamos começado o projeto, cuja previsão inicial era setembro. Esse atraso ocorreu por não termos autorização formal para plantios sob as torres da EDP, apesar de que chegamos a marcar com o técnico no local, porém o mau tempo impediu o encontro. O período intenso de chuvas no mês de outubro daquele ano foi outro impeditivo.

Dessa forma, já bastante preocupados com o cumprimento do cronograma e com a prestação de contas, lançamo-nos no feriadão de novembro para quebrar a paralisia, com um pequeno número de pessoas. Sob intenso sol, começamos o processo de preparação da área da Massaforte para receber a horta comunitária numa ação de limpeza e pintura dos pneus. A ideia, ousada, era aproveitar toda a área (Figura 8.2) para:

- pista de caminhada (percurso de 800 metros);

- pista de bicicleta;
- dois campos na parte central para práticas esportivas; e
- uma horta comunitária e um espaço para espiritualidade.

O plano era fazer articulações com movimentos sociais, associações de moradores e provocar o poder público em busca de apoio. Nosso argumento e visão é de que aproveitar a área pra uso público é um investimento, ou seja, a municipalidade vai economizar em saúde.

Uma das ações era enviar ofícios para a Prefeitura de Serra, solicitando algum apoio para cercamento e limpeza da área, sempre mostrando o envolvimento de frente dos moradores, do CPP, do escotismo. Chegamos inclusive a realizar uma reunião com o subsecretário de Meio Ambiente, ocasião em que foi apresentado o projeto para os cinco núcleos, buscando visibilidade, apoio operacional e, sobretudo, fortalecimento da agricultura urbana como política pública sustentável. Infelizmente o subsecretário, bastante receptivo, foi substituído.

Por outro lado, não havíamos conseguido estabelecer uma diálogo com a Associação de Moradores — até então desarticulada, sem reuniões da diretoria e muito menos assembleias. Ressaltamos também as disputas políticas em torno da Associação, que, a nosso ver, a tornaram fragmentada e inoperante. Enquanto o apoio não vinha, o CPP fazia o possível pra colocar o cronograma em andamento e evitar a negatização do CNPJ da Associação de Catadores da Recuper-Lixo. Assim, no feriadão de novembro de 2019, sob pressão, iniciamos a atividade para revalorização da área da Massaforte.

Recebemos um grande incentivo na arte de uma das crianças participantes das atividades do Pede Planta, que refletia nossa esperança de transformação daquele lugar (Figura 9.5).

Figura 9 — Atividades iniciais com escoteiros

<p>1. Os moradores já vinham tentando evitar a degradação da área. Pneus que já existiam no local foram pintados visando despertar a atenção das pessoas.</p> <p>2. Em dois dias de atividades, foi retirada uma caçamba de entulho e lixo na parte frontal da área; um morador de frente da área que resolveu ajudar.</p> <p>3. Capina no local previsto para a horta.</p> <p>4. Atividade escoteira da Tropa Jacuném - jovens entre 11 e 15 anos (01/12/2018).</p> <p>5. Arte espontânea de uma criança, na época com 8 anos (11/2018).</p> <p>6. Alcatéia Juaria (crianças entre 6,5 e 11 anos (28/01/2019). Jogos tradicionais utilizando materiais recicláveis da Recuper-Lixo (atividade prevista no projeto aprovado no Fundo Casa).</p> <p>Canteiro com ornamentais e verduras.</p> <p>7. Aviso de proibição não inibia que moradores e carroceiros depositassem lixo e entulho no local.</p>	
	
	
	

Fonte: Observação e participação no programa Casa Cidades (2018) e no escotismo (UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL, 2021).

Paralelamente, Lobinhos e Escoteiros faziam o uso da área aos sábados para atividades escoteiras (Figura 9.4 e 9.6), sendo que três membros do CPP são chefes escoteiros. O sentimento era de que a Massaforte era a nossa sede e isso era passado para os Lobinhos e Escoteiros. Até que a União dos Escoteiros do Brasil (UEB), na figura de sua representante da Região do Espírito Santo, concedeu aos jovens e adultos envolvidos, após cumprir o programa inicial mínimo e requisitos básicos, os numerais representante dos dois agrupamentos escoteiros, reconhecendo as equipes como unidades oficiais. A “Cerimônia de Promessa” — concessão aos jovens do título de Lobinhos, Escoteiros e Escotistas (adultos voluntários), com entrega dos lenços (representam a identidade de cada unidade oficial) ocorreu na Massaforte bem “limpa”, com plantios realizados pelos próprios jovens. E assim nossa relação com o lugar foi sendo tecida e aprofundada. No dia da “Promessa”, a Massaforte estava mais bonita e recebeu os familiares dos escoteiros, vizinhos da área e os chefes mais graduados. Foi uma tarde linda e ensolarada que certamente conectou aquele lugar às nossas mais belas lembranças!

As atividades na Massaforte chamaram à participação vizinhos e parentes dos jovens do escotismo, que começaram a contribuir com mudas, serviços de capina, roçagem, limpeza e varrição, pois, não obstante outros moradores, ao utilizarem a área para churrasquinhos, “esqueciam” garrafas de vidro que acabavam se quebrando, gerando risco aos jovens, além de aparecerem pequenos montes de lixo ou entulho eventualmente nas áreas recém-limpas. Um pré-candidato a vereador, com o auxílio de empresa atuando nas proximidades, ofereceu terraplanagem do solo (Figura 10.3).

Figura 10 — Preparação para a Cerimônia de Promessa

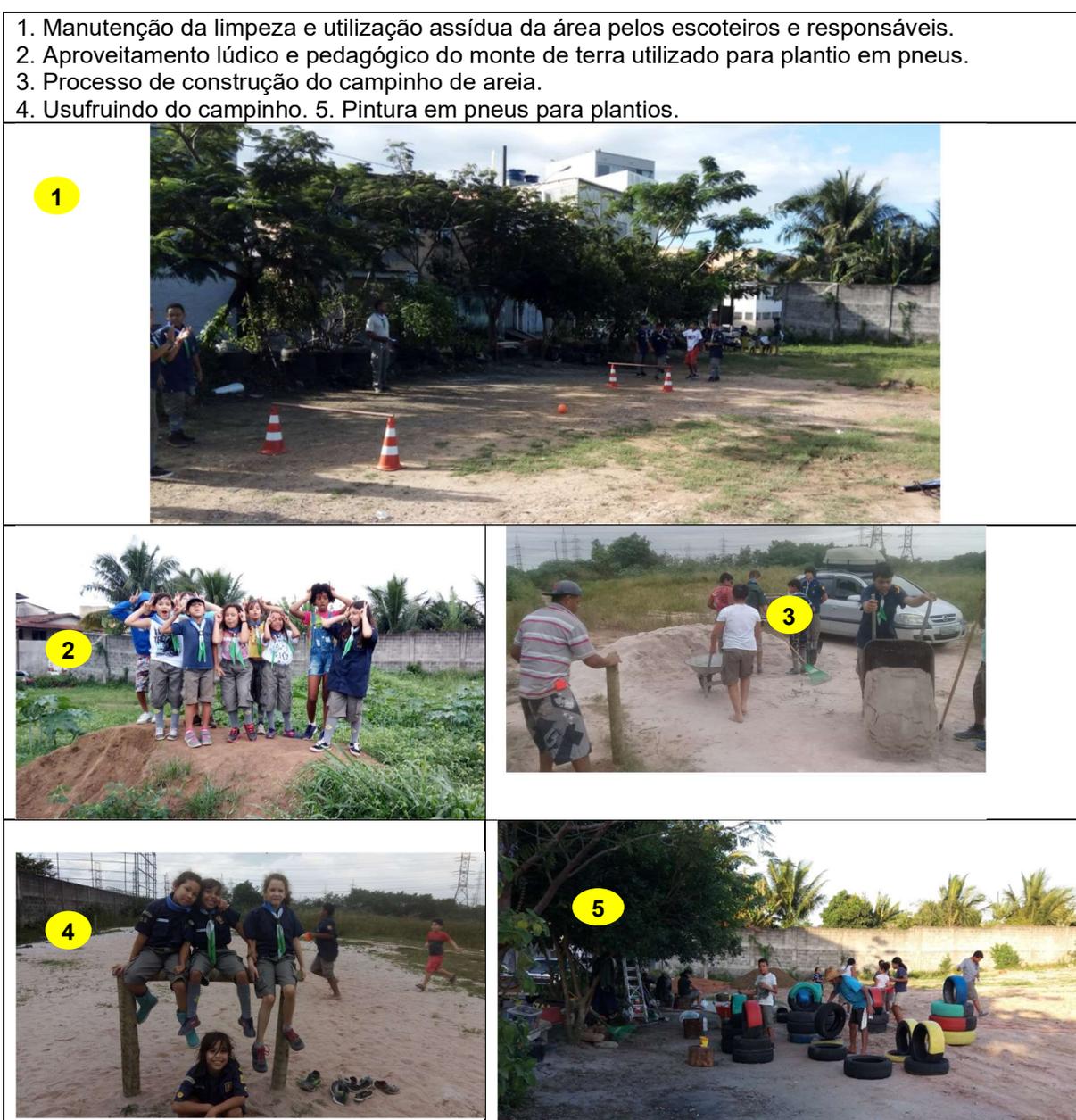
1. Um vizinho dedicou algumas horas de serviço e fez questão de frisar que era em apoio à iniciativa.
2. Um parente de escoteiros solicitou a roçadeira para manter a roçagem da Massaforte em dia.
3. Observação da terraplanagem do terreno, coordenada por um pré-candidato a vereador com reduto.
4. Atividade escoteira da Tropa Jacuném.
5. Atividade escoteira: Lobinhos pintando placas para os plantios, com frases positivas dando pertença e espantando os depredadores.
6. Placa instalada pelos jovens.
7. Jovens, durante a Cerimônia de Promessa.
8. Responsáveis dos jovens na Cerimônia.
9. Jovens e adultos graduados na Cerimônia.



Fonte: Observação e participação no programa Casa Cidades (2018) e no Escotismo (UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL, 2021).

Nos meses seguintes, aquecidos pela promessa, orgulhosos do novo vestuário, os encontros continuavam, sempre deixando espaço para alguma ação ambiental de limpeza ou plantio, construção de um campinho de areia e início de uma pista de caminhada. Na Figura 11, mostra-se a presença dos escoteiros, em vários momentos e, de certa forma, exercendo sua territorialidade para reivindicar aquele espaço. Manter o local limpo, bem cuidado, com áreas que pudessem ser utilizadas para recreação e encontros, era também uma estratégia para atrair mais pessoas para seu uso.

Figura 11 — Atividade escoteira na Massaforte



Fonte: Observação e participação no programa Casa Cidades (2018) e no Escotismo (UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL, 2021).

Os encontros escoteiros continuaram acontecendo na Massaforte, mas, após a retomada do projeto socioambiental, em junho de 2019, optamos por concentrar as atividades nas proximidades da Escola Municipal de Ensino Fundamental (Emef) Dinorah Pereira Barcelos, área a qual demos o nome de núcleo Dinorah. No local, havia muito lixo e entulho acumulado nas calçadas próximas, sendo que a Prefeitura eventualmente retirava esses materiais, porém carroceiros e moradores voltavam a depositá-los. Enquanto isso, o projeto de agricultura urbana na Massaforte estava com algumas ações sendo preparadas para serem reiniciadas logo que o núcleo Dinorah ficasse estabilizado.

Após algumas ações tímidas e isoladas, decidimos realizar as atividades no período noturno, assim poderíamos fugir do sol escaldante e deixar os finais de semana livres, oportunizando, talvez, maior participação, pois iniciamos somente com um casal de adultos e duas crianças. Já no primeiro dia, um dos moradores se interessou e gravou uma transmissão para um canal do qual participava. Algumas vezes moradores do entorno ou pessoas que passavam no local pareciam intrigados com o fato de uma família estar cuidando e plantando no passeio da rua; frequentemente alguns perguntavam para qual vereador estávamos trabalhando. Mas, por um desejo genuíno de ver limpeza, beleza e utilidade, foi-se ajuntando algumas poucas pessoas naquela iniciativa.

Quando apareceram ao menos três integrantes a mais, alugamos caçambas que ficavam no local por um período de tempo e combinávamos encontros ou agíamos cada um a seu tempo para encher a caçamba com os entulhos retirados das calçadas. Tentávamos nos reunir uma vez por semana, a partir do fim da tarde ou início da noite, para retirar lixo e entulho, substituindo-o por canteiros e plantas, frequentemente usando parte do entulho como limite dos canteiros ou pneus, peneirando solo e descobrindo terra boa, iniciando o plantio com algumas poucas mudas compradas e pintando os muros com desenhos e palavras positivas, além de plaquinhas similares às da Massaforte. Os materiais como ferramentas, tintas, alugueis de caçamba e poucas mudas foram obtidos por meio da verba do projeto CPP. Após o plantio de algumas mudas, vários moradores que não ajudaram com a limpeza (pessoas idosas ou com problemas de saúde) contribuíram com mudas e encheram os canteiros preparados, não sendo mais necessária a compra de mudas. O Clube Pede Planta

fez jus ao nome, sem necessidade de pedir, muitos plantaram e regaram até que as plantinhas vingassem (Figura 12).

Figura 12 — Entorno da escola Dinorah

1. Emef Dinorah Pereira Barcelos, esquina da Av. Coronel Manoel Nunes com a Rua da Assembleia.
2. Calçada em frente com muito entulho.
3. Continuação da calçada do Dinorah, a partir da outra esquina, depositada de entulho.
4. Caçamba de entulho locada.
5. Canteiro reaproveitado com entulhos “escolhidos” e solo peneirado.
6. Muda de carambola estaqueada com identificação (comprada).
7. Ação noturna, carrinho com ferramentas e cones (equipamento comprado).
8. Pintura decorativa.
9. Canteiro de pneus.
10. Canteiro de batata-doce de sobras caseiras.

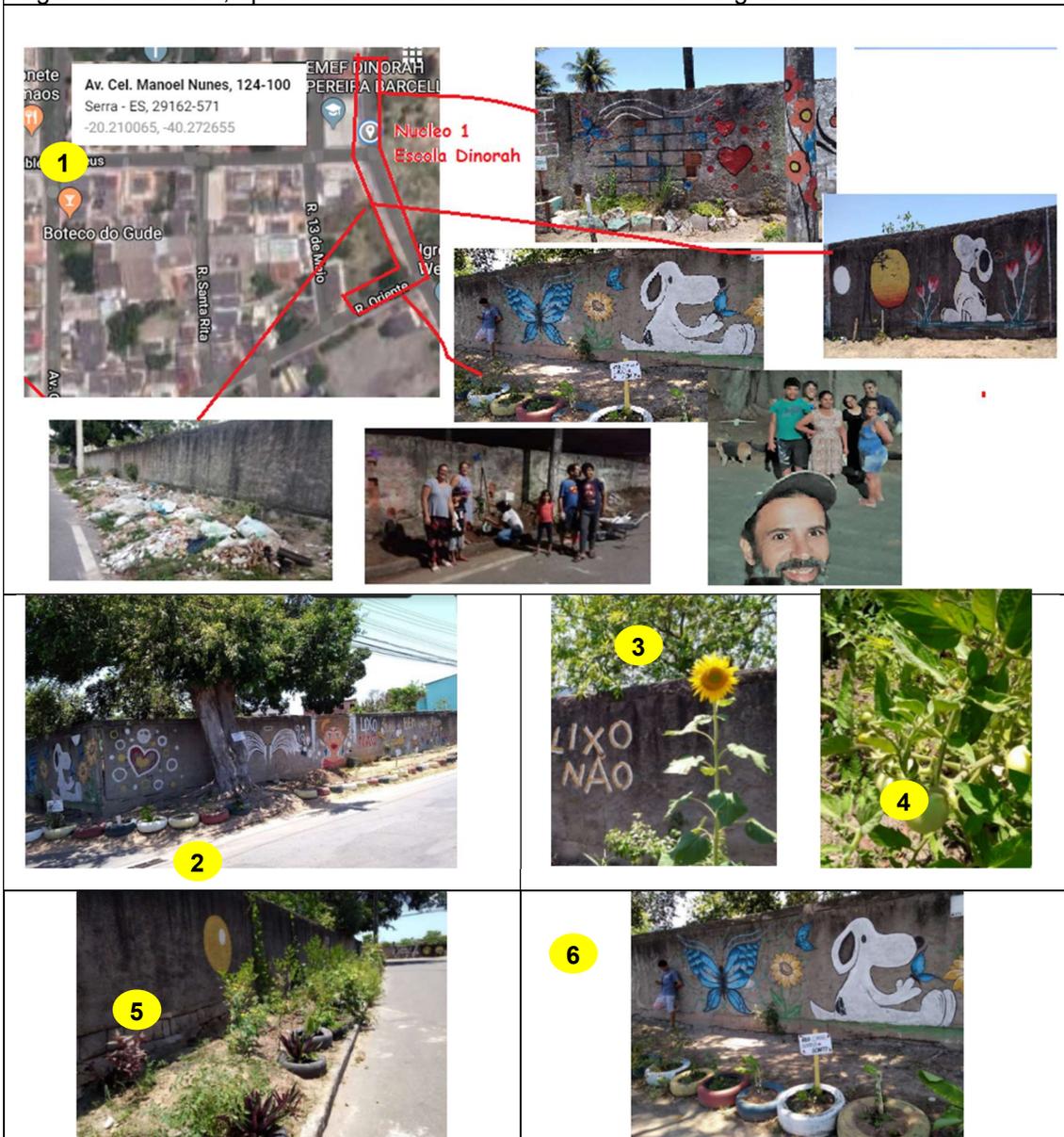


Fonte: Observação e participação no programa Casa Cidades (2018).

A área do entorno ao Dinorah abrangeu esses espaços, com muitas pinturas nos muros, até que a vegetação chegasse ao seu ápice, produzindo fruto, flores e frutos, impedindo a deposição de entulho (Figura 13). No entanto, era preciso ainda uma vigilância dos zeladores da área, pois ocasionalmente acontecia de algum morador ou carroceiro tentar colocar lixo no local.

Figura 13 — Entorno do Dinorah

1. Diagrama de atuação do entorno à Emef Dinorah Pereira Barcelos. 2. Criação de canteiro em pneus onde havia meio-fio deteriorado com o tempo, para dificultar acesso de carroças e carrinhos de mão para deposição de entulho. 3. Produção vegetal: flor. 4. Tomateiro produzindo. 5. Desenvolvimento das plantas de zeladores do entorno (3 mulheres e 1 homem): tomatinho, feijão guandu, flores e plantas medicinais. 6. Uso casual que uma pessoa faz do lugar “reencatado”, aproveitando do recurso da sombra de uma grande árvore.



Fonte: Observação e participação no programa Casa Cidades (2018); Google Maps (acessos em jan. 2019 a fev. 2022), adaptado pelo autor.

O espírito comunitário acontecia no cuidado e zelo com o espaço público, atraindo pessoas e diminuindo sua marca de local inseguro e ameaçador (KUSTER, 2019), pela via de uma incipiente agricultura urbana. E lembramos de Reclus (2015, p. 192, grifo nosso): “[..] **o espírito de solidariedade, compaixão mútua e afabilidade cordial**”, a tal ponto desses encontros de **trabalho árduo** serem vividos como numa festa, com alegria! A questão do descanso e do ócio é relevante para nós do Clube Pede Planta. Havia um esforço de reflexão para que a liberdade de participação, da forma que fosse possível, pudesse ser respeitada. Havia um cuidado em deixar um tempo de diversão e fantasia para nossas poucas crianças e algumas da vizinhança que apareciam — levavam bicicleta, revista, bolas e material de arte! Talvez esse espírito tenha inspirado tantas artes por muros e plaquinhas!

Avaliando a Figura 13.6, percebemos que a nova paisagem é favorável ao aparecimento da identidade territorial de pertencimento pela via do uso, tanto para quem cuida diretamente quanto para quem contempla, abrindo possibilidades — pelo efeito emocional da descoberta — de participação e engajamento comunitários. Dessa relação de cuidado que envolve as pessoas é que os ganhos de autonomia começam a acontecer. O avanço para uma participação política institucional mais crítica, a nosso ver, também se inicia nesse processo em que se misturam ativismos emancipatórios com práticas mais leves e casuais (menos engajadas no discurso).

Esse pertencimento ao lugar, para Serpa (2013), é afetado por uma certa sobreposição dos valores e conteúdos hegemônicos às experiências enraizadas na vida cotidiana de cada lugar; assim o espaço público tende a ser um não lugar para os moradores que o utilizavam. Nas nossas palavras, o consumismo e a alienação decorrentes das frustrações e necessidades sociais insatisfeitas da vida urbana “empurram” as pessoas para a alienação e o consumismo. Essa revalorização e encantamento do espaço público, trazida pela atividade comum em torno da agricultura urbana, pode reconectar as pessoas ao lugar.

Podemos dizer que atualmente o núcleo de convivência e cultivo, idealizado nos objetivos da pesquisa, está a acontecer: há um nível de compartilhamento de recursos e saberes, de sentimentos; as plantas saíram das casas (todas sem quintal) para o espaço público, chegando a fornecer alimentos e beleza; floresceu a amizade e ajuda em situações variadas da vida cotidiana. Os encontros semanais não estão acontecendo, mas três pessoas mantêm o cuidado com a limpeza, o plantio, a rega e

a poda. Houve um ganho pequeno de autonomia real, mas expressivo no campo simbólico, testemunhado por nossas crianças.

No começo de novembro, bem animados pelos resultados e pela conquista do núcleo Dinorah, foi feita a remoção da vegetação (mato) e o nivelamento dos 10 mil m² (equivalente a 1 hectare) da área da Massaforte, empregando uma parte significativa da verba do projeto. Como a área foi um aterro de restos de obras e entulho, a máquina furou pneus por duas vezes, causando uma perda de produtividade no serviço. Esse nivelamento é uma das etapas para fazer as pistas de caminhada e ciclismo, os campos esportivos e culturais e o local da horta.

Em especial, a horta interessa a esse trabalho pelo desejo de encontrar o lugar da agricultura urbana nessas andanças. As atividades eram articuladas com eventos oficiais previstos no calendário escoteiro, que possui datas fixas ao longo do ano para atividades socioambientais, como o Muticom (mutirão comunitário) e Muteco (mutirão ecológico), buscando atuar nos problemas locais – esses eventos ocorrem no Brasil todo, preferencialmente na mesma data. Vale ressaltar que o Movimento Escoteiro não tem bandeira político-partidária e ideológica; os jovens e adultos são oriundos de todas as classes sociais, religiões e culturas, atuando misturados dentro do propósito da instituição de construir um mundo melhor (como participante, entendemos isso também como reduzir a desigualdade social e propiciar ganhos de autonomia).

Essas atividades culminaram na confecção de dois pisos em concreto circulares para locais de estar de Lobinhos e Escoteiros; na demarcação da pista de caminhada com muralha de terra e com alguns pneus contendo plantios (também com a função de impedir a circulação de veículos e carroceiros); no jardim na “entrada” da área; no cercado para a horta com canteiros; na sementeira de sementes de girassol por toda a área e na pintura do muro que faz divisa com o jardim na entrada e a horta (Figura 14).

Figura 14 — Núcleo Massaforte

1. Diagrama de atuação na área Massaforte. 2. Piso circular com assentos de troncos e mesa de carretel doados para área de estar. 3. Barreira em terra delimitadora. 4. Jovens na semeadura de girassóis sobre as barreiras. 5. Mudanças para plantio em pneus delimitadores. 6. Pinturas de motivos escoteiros no muro. 7. Jardim na entrada. 8. Horta cercada com canteiros em confecção.



Fonte: Observação e participação no programa Casa Cidades (2018) e no Movimento Escoteiro (UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL, 2021); Google Maps (acessos em jan. 2019 a fev. 2022), adaptado pelo autor.

Figura 15 — Encerramento das atividades

1. Associados da parceira Recuper-Lixo no jardim de entrada da Massaforte. 2. Entrada da Recuper-Lixo. 3. Jardim presente do Clube Pede Planta. 3. Barreira em terra delimitadora. 4. Jovens na sementeira de girassóis sobre as barreiras. 4. Os presentes refugiados à sombra na “área de estar dos escoteiros”. 5. Comidinhas da confraternização. 6. Lobinhos e membro da Recuper-Lixo (*in memoriam*). 7. Início da campanha “Amigos da Massaforte”, para criação de um parque.



Fonte: Observação e participação no programa Casa Cidades e no Escotismo (UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL, 2021).

Para marcar o encerramento formal do projeto, estivemos na sede da Associação de Catadores Recuper-Lixo fazendo um canteiro ornamental na entrada do galpão — uma forma de agradecimento pelo apoio institucional e pela idealização dos dois projetos. Os membros da Associação participaram de uma confraternização na

Massaforte e ficaram sabendo do entorno do Dinorah, também foram informados da presença dos escoteiros como cuidadores da área. Foram comprados presentes e sorteados entre os associados da Recuper-Lixo e os escoteiros presentes. Muita alegria, gratidão e esperança (Figura 15)!

Após esse período, a horta foi cuidada por uma família de frente, onde ficaram a mangueira de 50 metros e ferramentas de jardinagem. O espaço criado foi bastante usado pelos moradores do entorno, no entanto sua grande dimensão favoreceu o retorno paulatino da deposição de lixo e principalmente entulhos de construção por carroceiros, limpadores de quintais e moradores. Trata-se de um problema complexo, que passa por questões econômicas e culturais, mas também tem como uma das causas a falta de um serviço público para recolhimento de entulhos. A vegetação também cresceu muito rápido, sobretudo no período chuvoso; o uso da pista de caminhada ficou bem restrito; o campinho continuou bastante utilizado. Os escoteiros continuaram aproveitando a área e já começavam uma campanha de criação do “Parque Municipal Massaforte”, apresentando-se numa ação ambiental de coleta de lixo e conscientização na Praia de Manguinhos (Figura 15.7).

Nos mês de março de 2020, um pouco antes de a pandemia de covid-19 atingir força no Brasil, estávamos nos preparando para voltar a participar regularmente nas atividades da horta. Fizemos uma visita e vimos que continuava cuidada. Com o recrudescimento do contágio pelo coronavírus e a necessidade de isolamento social, o CPP se desarticulou, sobretudo na área da Massaforte. O idoso zelador da horta manteve os cuidados até março de 2021, cultivando várias plantas e, segundo ele, frequentemente doando parte delas para pedintes. Entretanto, ele apresentou um problema de saúde e precisou interromper a zeladoria. Durante a pandemia, circulou uma notícia de que a área poderia se tornar um cemitério para vítimas de covid. Houve uma mobilização dos moradores, do vereador eleito (com reduto na Massaforte) e do CPP, sendo que a Prefeitura informou, através de carro de som no bairro, que essa notícia era falsa.

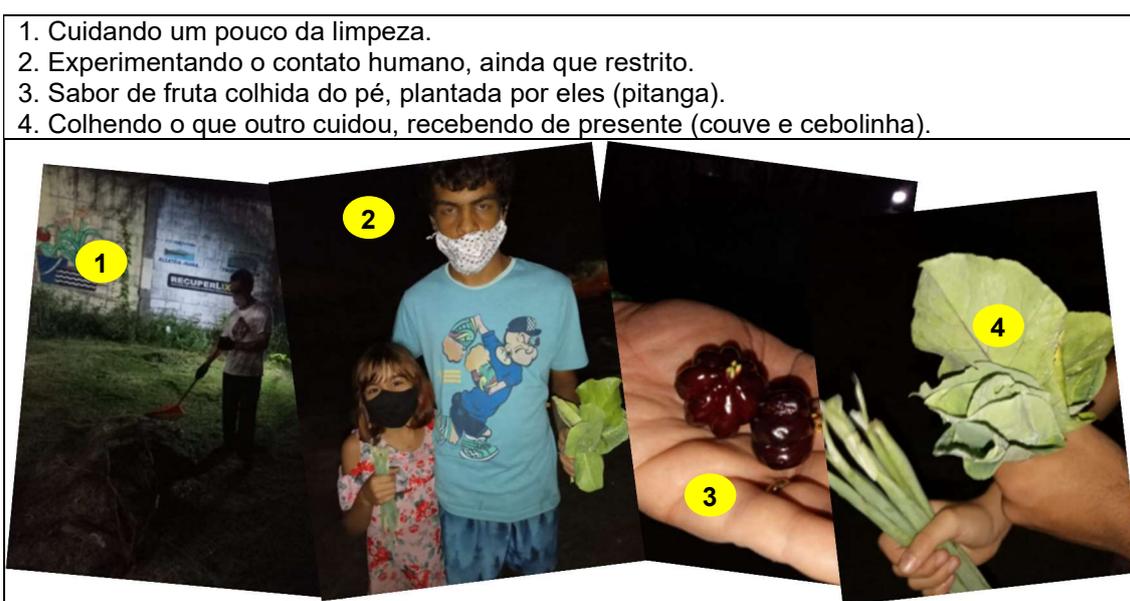
Recentemente estivemos na área da Massaforte e vimos vários montes de entulhos espalhados, com a pista de caminhada coberta por alta vegetação. Alguns dias depois, uma máquina de terraplanagem esteve no local removendo a vegetação e os diques de separação das áreas, formando vários montes de terra, vegetação removida, entulhos e lixo. Tal fato nos deixou tristes e um pouco desanimados, uma

vez que o dique de terra era um impedimento ao acesso direto à área, sendo que sua remoção poderá causar uma deposição generalizada de lixo e entulho. Esse quadro nos motiva a voltar com nossa campanha de criação do parque, com ações locais e provocações ao poder público, aproveitando a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), lançada no fim de maio.

As atividades escoteiras presenciais foram suspensas desde o início da pandemia. Alguns grupos paralisaram suas atividades e outros estão se reunindo de forma virtual até hoje. A volta das atividades será um grande impulso para voltarmos a usar a Massaforte, participando da horta e do cuidado com as plantas. O Clube Pede Planta, pequeno, mas persistente no espírito comunitário, está tentando se rearticular para reativar a horta, sonhando e trabalhando para que se torne mais comunitária, isso é, tenha a participação e o usufruto de mais pessoas. Para isso, tenta dar visibilidade às ações, convidar e estimular a participação com vistas à construção de um mundo melhor. Em abril, voltamos alguns dias à horta, à noite, cuidamos das plantas, inclusive com algumas colheitas pequenas, mas muito simbólicas e animadoras (Figura 16).

Temos a utopia e o desafio, em meio às emoções e à contingência da vida, de articular as pessoas em comunidade, em torno da agricultura urbana, para construir um mundo melhor, com mais justiça social.

Figura 16 — Primeiros frutos



Fonte: Observação e participação no programa Casa Cidades (2018).

No Quadro 2, está apresentada a linha cronológica dos projetos. São várias etapas, nas quais aconteceram muitas relações sociais e institucionais, buscando uma política que viabilizasse a implantação / execução / vivência do projeto. As vivências nos dois núcleos não ensejaram uma produção de alimentos numa escala importante, no entanto, em termos de visualizar componentes relacionais, emocionais e comunitários na agricultura urbana, tornou-se valioso.

Quadro 2 – Atividades do Clube Pede Planta no projeto do Fundo Casa

Data	Atividade
2017 / dezembro	Divulgação do projeto em Vitória pela equipe do Fundo Casa
2018 / jan. e fev.	Elaboração do projeto pelo Clube Pede Planta e Recuper-Lixo
2018 / abril	Resultado dos projetos selecionados pelo Fundo Casa
2018/07/30 a 2018/08/02	Oficina em Brasília com outros 75 grupos (voltados para mobilidade urbana, fontes alternativas de energia, reciclagem, saneamento básico, economia sustentável, inclusão social e agricultura urbana)
2018 / agosto	Planejamento pós-oficina
2018 / 02 / 02	Reunião com subsecretário de meio ambiente de Serra-ES
Intervalo	Dificuldade de articulação com a concessionária de energia elétrica (EDP) para ações sob as torres de alta tensão; saída de um dos membros e período chuvoso
2018 / novembro	Ação ambiental na Massaforte, com retirada de lixo e entulhos
2018/11/23	Solicitação via protocolo na EDP
2018 / dezembro	Mutirão para retirada de entulho
Intervalo	Dificuldades no projeto da Associação de Catadores
30/04/2019	Retomada das atividades (visita coordenação)
2019 / maio	Redução da verba de R\$ 30 mil para R\$15 mil, devido ao atraso no seu uso inicial e na prestação de contas
2019 / 06 / 01	Cerimônia da Promessa Escoteira
2019 / jun. e jul.	Início das atividades no núcleo Dinorah
2019 / dez.	Confraternização e encerramento
2020 / jan.	Início da campanha para criação do Parque Municipal da Massaforte; divulgação nas redes sociais e abertura em Manguinhos pelas Seções Escoteiras
2020, / mar.	Paralisação das atividades devido à pandemia
2021 / abril	Tentativa de retomada da horta e busca do sentido comunitário; retorno da campanha de criação do Parque da Massaforte

Fonte: Observação e participação no programa Casa Cidades (2018).

5.2 RESULTADOS DA VIVÊNCIA DO PROJETO

Como resultados dos momentos vivenciados, pode-se destacar alguns eventos, dentro de certos contextos.:

- contexto político-territorial: o local inicial escolhido (Campinho) tinha a atuação de um vereador com sua equipe de assessores, fazendo capinas, pinturas de faixas de pedestres e baias para centralização do lixo doméstico. Nesse período inicial, tivemos dúvidas sobre o prejuízo que esse contato poderia trazer em termos de favorecer uma possível politicagem devido ao fato de não enxergarmos nesse vereador um mandato popular crítico/emancipatório.
- contexto operacional: a maior parte dos núcleos de atividade previstas no projeto estava localizada na faixa de segurança sob as linhas de transmissão elétrica (LT)³⁸, situação que exigia a liberação da empresa concessionária de energia (EDP), a qual, na primeira comunicação, sinalizou a permissão para início do projeto, contudo mudanças internas interromperam a negociação, impedindo o início das atividades e causando a reestruturação do projeto.
- contexto de projeto: o objetivo do Clube de construção de uma sociabilidade geradora de autonomia previa muitas atividades. Isso, aliado à inexperiência, tornou confusa a escolha das ações.
- contexto de grupo: a saída de um dos membros e idealizadores do projeto (morador e bastante conhecedor do cotidiano da área do Campinho e demais) e a sobrecarga devido a problemas no desenvolvimento do projeto da Associação de Catadores, ao qual o CPP estava ligado, trouxeram dificuldades.
- contexto pessoal e relacional: todos os membros trabalhavam durante o dia; três pessoas eram voluntárias do Movimento Escoteiro e estávamos num processo de abertura de seção escoteira no bairro. Além disso, apoiávamos o projeto da Recuper-Lixo (também pelo Fundo Casa). Cremos que essas demandas geraram desgaste emocional, prejudicando um pouco nossas ações.

A amplitude da área, a pressão do tempo e o atendimento às normas do projeto — sem uma pessoa dedicada, por exemplo, um estagiário — tornaram difícil a sua condução, além do que a vivência democrática que buscávamos tornava lento o andamento das atividades. Nossos planos idealizados se chocaram com a realidade

³⁸ Essa faixa é uma área com um afastamento mínimo recomendado que deve ser mantido em relação ao eixo da LT para garantir seu bom desempenho e a segurança das instalações e de terceiros; varia de 15 a 35 metros, conforme o nível de tensão. Algumas concessionárias nacionais autorizam manter culturas de pequeno porte, tais como horta e pomar com árvores (LIMA, 2012).

desse processo do empoderamento social pretendido. O medo maior era negatar o nome da Associação de Catadores pelo não cumprimento do projeto. As dificuldades trouxeram tensão e medo, porém foram muito importantes para nosso crescimento. Esperamos tirar proveito disso, ajustando melhor nossas expectativas, emoções e ações nas iniciativas comunitárias.

As metodologias/tecnologias sociais desenvolvidas ao longo da execução do projeto foram:

- o trabalho coletivo por meio de mutirão, apesar do número reduzido de pessoas;
- a ideia de progressividade das ações, colocada em prática a partir da retomada;
- a prática de atividades noturnas no núcleo Dinorah, para promoção da participação dos membros, conforto térmico e excesso de atividades no fim de semana (o núcleo Massaforte concentrou as atividades no fim de semana junto com o escotismo).

A condução desses projetos enfrentou crises profundas. Lançamo-nos de corpo e alma, sonhamos alto, e muitas foram as lições aprendidas. O entusiasmo e a vontade louca de transformar o mundo nos fizeram esquecer do nosso pouco tempo disponível, de que somos humanos e por isso cansamos; esquecemos dos conflitos latentes — esse certo esquecimento cobrou seu preço. As frustrações e os medos, em alguns momentos, encobriram os sonhos, parecendo que falhamos, trazendo algum tipo de autojulgamento que carrega culpa e vergonha.

Nossa condição externa ao cotidiano e à identidade das pessoas, com seus efeitos na pesquisa, sobretudo da área da Massaforte, passou despercebida numa expressiva parte da vivência. Tanto no projeto da Recuper-Lixo, quanto no do Clube Pede Planta, faltou um diagnóstico e uma vivência inicial, uma imersão no lugar. Mas como descobrir tudo isso fora das nossas emoções, sem tentar?

Felizmente, com o apoio prestado pelos articuladores locais do Programa Casa Cidades, somado à nossa vontade de prosseguir, foi possível reformatar e retomar ambos os projetos. Após a revisão do planejamento (marco zero) — redução da verba inicial, passando de cinco núcleos previstos inicialmente para dois —, a tempestade passou, sendo possível reorganizar de forma mais madura e consciente as atividades, trabalhando em apenas duas frentes e redescobrimo a riqueza da convivência.

Nesse recomeço, aos poucos, fizemos divulgações nas redes sociais, que despertaram o interesse de algumas pessoas, embora não tenha se convertido em participação direta — talvez pudéssemos ser mais incisivos. Algumas pessoas do entorno que já tinham uma história de defesa da Massaforte aproximaram-se, apropriaram-se e aprofundaram suas relações com aquele lugar. Um certo nível de despertar dos transeuntes acontecia: olhares, perguntas e convites foram lançados diante da arte, das plantas e das relações sociais que movimentavam aquele lugar!

Ao longo do projeto, tentamos nos manter fiéis a estratégias de ações dialogadas e que considerassem o saber dos participantes. Além disso, celebramos, de alguma forma, as pequenas conquistas para interiorizar e exteriorizar o aprendizado, com a alegria do sonho e o caminhar compartilhado. A utilização de mudas e materiais de reúso vindos dos quintais do entorno não foi possível — a ideia inicial previa uma importante articulação com a vizinhança, aproveitando as plantas de seus quintais para promover engajamento.

5.3 PAISAGEM VERDE E POSSIBILIDADES DE AGRICULTURA URBANA NO ESPAÇO PÚBLICO DO BAIRRO JARDIM TROPICAL

Plantas fazem parte dos sentimentos humanos e da paisagem urbana. Ligam-se às nossas memórias afetivas relacionadas a pessoas, lugares e histórias, compondo nossa relação com o mundo, inclusive utopias. Na materialidade, seu cheiro, cor e movimento atraem e despertam aqui, ali e lá o sentido e a beleza da vida, o constante recomeçar. O cuidado com as plantas, em especial com as árvores, pode trazer diversos benefícios ecológicos e de bem-estar social em ambientes urbanos, melhora o microclima e também o clima urbano, embeleza e encanta o entorno, atrai os pássaros com seus cantos, regula a umidade do ar e pode até valorizar a economia de um local ou bairro (Figura 17). Por isso, é importante defender e estimular a arborização urbana, sobretudo em relação ao poder público, visando à melhoria da qualidade de vida para as pessoas que vivem no ambiente tenso das cidades.

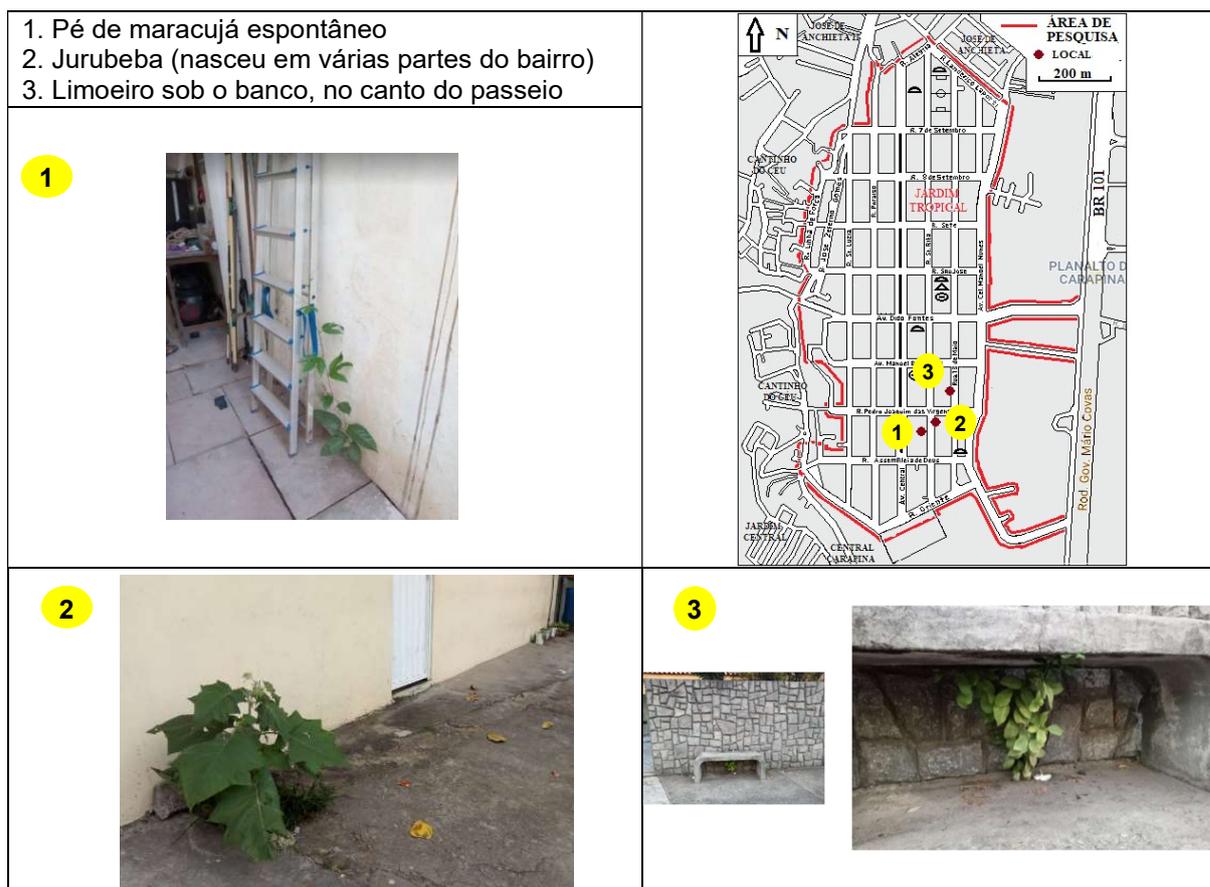
Figura 17 — Benefícios das plantas na cidade



Fonte: Polisel (2020).

O plantio de árvores na cidade, inclusive em bairros populares periféricos, tem aumentado, significando a expansão da consciência ambiental e da lógica do cuidado. A atuação de pessoas, grupos e movimentos sociais é fundamental para dar visibilidade e propiciar a descoberta e o ver acontecer das plantas, bem como compartilhar conhecimento, trabalho, práticas e recursos, por exemplo: ao plantar e cuidar de uma árvore no quintal, na rua ou numa praça, é importante priorizar espécies nativas que tolerem o ambiente urbano, atentando para o desenvolvimento de suas raízes e ramos, para que não danifiquem calçadas e fiações elétricas depois de grandes. Árvores frutíferas, hortaliças, medicinais, ornamentais e matinhos, na terra ou em vasos, estão no cotidiano de parques, ruas, varandas, calçadas e quintais, inclusive nascendo espontaneamente por toda parte; as plantas parecem se ofertar para as pessoas, como pode ser visto nas situações seguintes, observadas no bairro Jardim Tropical. Essa força vital das plantas parece significar que, com zelo e disponibilização de tempo, é possível complementar a alimentação e usufruir dos demais benefícios da relação com as plantas (Figura 18).

Figura 18 — Exemplo de plantas espontâneas espalhadas pelo bairro



Fonte: Observação de campo entre 2021/08 e 2022/02; Prefeitura Municipal de Serra (acesso em 25 out. 2021), adaptado pelo autor.

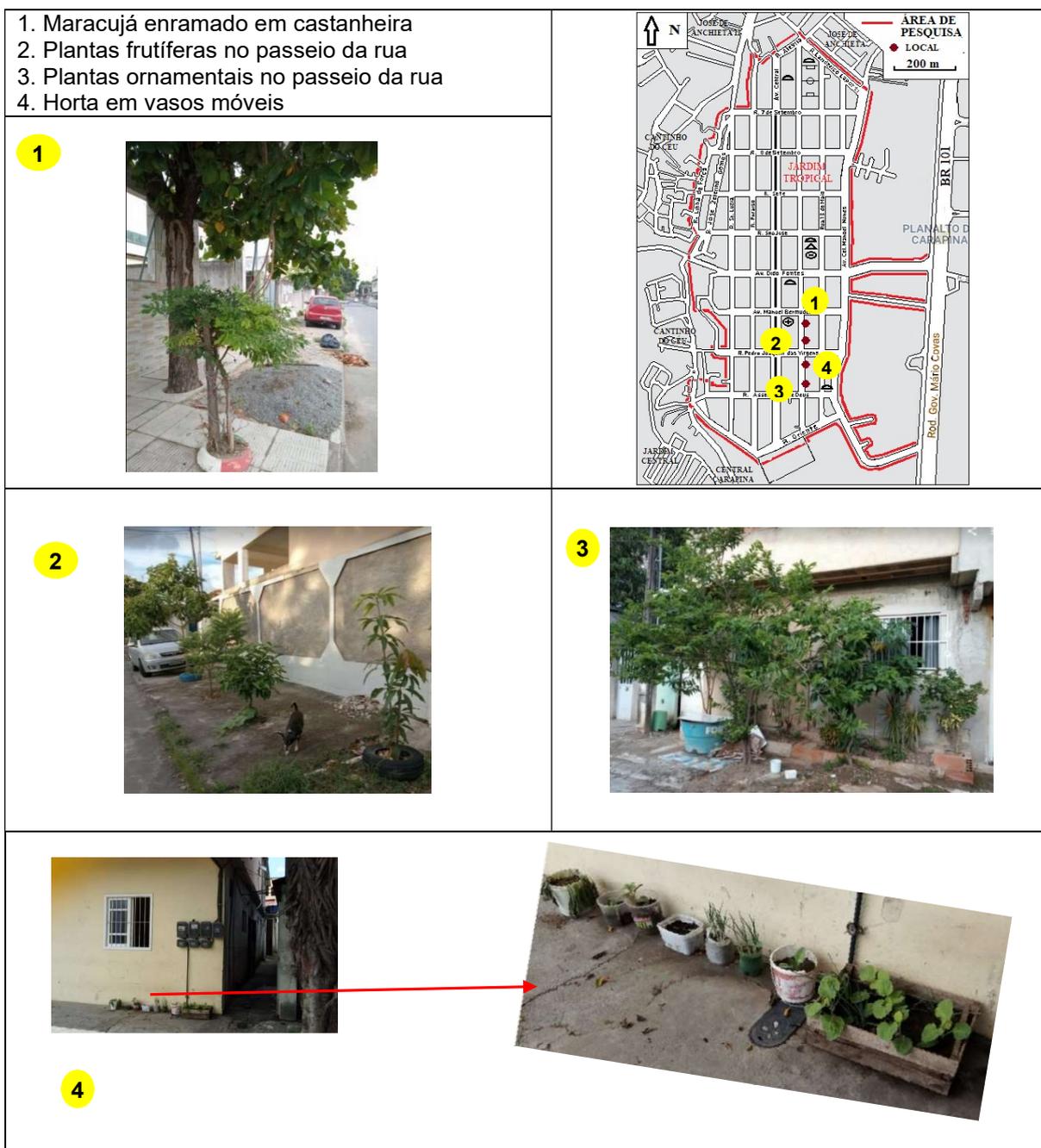
Um ente espacial (objeto geográfico) importante para a agricultura urbana são os quintais, sobretudo diante da estrutura social baseada na propriedade privada. Considerando a estratégia de progressividade das ações e de começar pelo mais simples, o quintal tem um grande potencial de ser o elemento base para o início de uma articulação comunitária de agricultura urbana, isso porque pode associar a comodidade do morar, o trabalhar e o lazer (COUTINHO; DE MOURA COSTA, 2011). Entretanto, com a intensificação da urbanização (ALMEIDA, 2016, p. 51), os quintais urbanos vão sendo gradativamente substituídos por edificações de alvenaria e tendo suas grandes árvores frutíferas cortadas. A seguir, estão listadas algumas razões para que isso ocorra, observadas durante nossa pesquisa de campo e em outro trabalho realizado no bairro Jardim Tropical (SARAIVA, 2010):

- Venda de parcelas do quintal para satisfazer necessidades econômicas, diante de vicissitudes e contingências;

- Disponibilização de parte do quintal para outros membros da família, devido a casamento ou acolhimento de algum amigo ou membro da família;
- Incapacidade física de cuidar do quintal, geralmente por causa da idade avançada ou por questões de saúde;
- Perigo de acidentes com crianças, ao subirem nas árvores frutíferas;
- Queda de frutos, folhas e flores sobre telhados dos vizinhos;
- “Sujeira” provocada pela queda de folhas, frutas, flores e galhos;
- Risco de queda de árvores nos períodos muito chuvosos, em áreas de encostas muito habitadas;
- Permanência de moradores de rua sob as árvores;
- Crianças e adultos que atiram pedras e outros objetos para retirar frutas;
- Raízes, troncos, galhos e frutos que podem danificar calçadas, muros e telhados;
- Falta de tempo para cuidar das plantas, devido ao trabalho excessivo para conseguir o sustento básico.

Apesar de toda essa pressão sobre as plantas no espaço urbano, ainda persistem as práticas agrícolas, sustentadas por ruralidades, ativismos e necessidade. O problema da moradia em prédios é recorrente em bairros populares e favelas, mas ainda assim há a possibilidade de alguns cultivos em vasos, como verificado em observação de campo, em que uma senhora que mora de aluguel, sem quintal, tem uma hortinha móvel (Figura 19.4). Outra situação é a de moradia própria, mas sem quintal. Nesse caso, o morador optou por utilizar a calçada para plantar árvores frutíferas, fazendo um pomar (abacate, cajá, manga e jambo). Além disso, há também abóbora e abacaxi (Figura 19.2). Em outra calçada, a moradora cultiva flores e uma árvore frutífera. Ela relata o valor sentimental que cada planta representa. Carrega consigo uma forte ruralidade herdada da mãe, falecida há cerca de um ano, que morava no mesmo quintal e também criava galinhas (Figura 19.3).

Figura 19 — Plantas cultivadas no passeio das ruas



Fonte: Observação de campo entre 2021/08 e 2022/02; Prefeitura Municipal de Serra (acesso em 25 out. 2021), adaptado pelo autor.

Um caso interessante é o consórcio de plantas. Na Figura 19.1, vê-se um pé de maracujá que se desenvolveu sobre uma antiga castanheira de sombra. A moradora relatou que já colheu bastante maracujá. Não se verificou que tipo de cuidados se faz com o pé de maracujá, mas a julgar pela generosa colheita relatada, certamente algum tipo de adubação deve ter sido feito.

Na vida urbana, o enfrentamento das dificuldades cotidianas — falta de tempo e de dinheiro, problemas de saúde, estresse, violência — contribui para a existência de uma vigorosa alienação político-ambiental-ecológica, desdobrada na falta de pertencimento e, por conseguinte, em não lugares, isso é, lugares em que grande parte de seus residentes não tem uma valoração positiva, conseqüentemente, pouca ou nenhuma participação comunitária, sobretudo no espaço público. Essa totalidade afeta a vivência e o reconhecimento dos diversos benefícios das plantas. Uma mudança nesse cenário — um prazeroso trabalho iniciado pelas pessoas que gostam das plantas, alimentadas pelo amor e desejo de justiça social, é dependente do esforço de dedicar tempo para diálogo e organização, porém aberto às contingências pessoais — poderia promover uma agricultura urbana que articule quintais e plantios no espaço público, respondendo aos graves problemas ambientais, econômicos e de saúde, com ganhos de autonomia nesses campos. A cooperação entre as pessoas passaria pelo compartilhamento de saberes, trabalho, materiais e ferramentas, podendo se desdobrar em núcleos comunitários de cultivo e convivência. As emoções estão presentes nesse jogo: ansiedade, pressa, tensão, esperança, alegria e amor são companheiras que modulam a participação e que devem ser respeitadas nessa longa caminhada. Com as experiências dos benefícios materiais, afetivos e na saúde vindos dessa relação social mediada pelas plantas³⁹, as pessoas começarão a estabelecer uma prática político-espacial e afetiva, um hábito que torna a vida pessoal, o bairro, a sociedade e o mundo mais felizes.

De acordo com Carlos (2003), uma pessoa, ao caminhar pelas ruas de um bairro urbano e fixar sua atenção durante um momento, depara-se com casas, gente, carros, ruas e árvores. Essa cena capturada consiste na *paisagem* e compõe-se de dois elementos fundamentais: o primeiro relativo aos objetos e construções; o segundo ligado ao movimento da vida. As formas observadas configuram uma aparente produção espacial relacionada a determinado período histórico, entretanto elas têm um conteúdo inserido num processo de relações sociais, do que resulta as diferenças entre seus elementos e os tipos de utilização. É no cotidiano da vida urbana, com seus diversos atores e atividades, que as paisagens, com suas formas e conteúdo, são

³⁹ Os benefícios econômicos e nutricionais são bem mostrados por Soares (2020) no artigo “Um olhar geográfico sobre as PANC-Plantas Alimentícias Não-Convencionais”. A autora identifica, inclusive com fotos, os matinhos nutritivos e apresenta receitas culinárias.

criadas e continuamente transformadas, sendo, portanto, humanas, históricas e sociais.

Nessa diversidade de formas, funções, ações e atores presentes na paisagem, destacam-se as plantas cultivadas, tratadas aqui como **paisagem verde**. São as plantas vistas da perspectiva da rua, formada por árvores de sombras e frutíferas, plantas ornamentais e medicinais, situadas nos passeios das ruas e terrenos vazios dos bairros urbanos; algumas são vistas também sobressaindo nos quintais. Elas podem desempenhar diversas funções e envolvem diferentes atores e várias relações sociais cotidianas de apropriação do espaço público e cuidado socioambiental, com uma grande potência de transformação social e mitigação dos problemas urbanos; trata-se de um dos caminhos da agricultura urbana.

A paisagem verde vista da e nas ruas do bairro urbano popular Jardim Tropical exibe várias plantas cultivadas, numa multifuncionalidade vinda da intencionalidade dessa ação na espera de algum benefício, como o alimentar, fitoterápico, lúdico, estético ou de conforto térmico. O cultivo carrega em si a lógica e a necessidade do cuidado, ainda que ocasional, sendo necessário investir tempo e recursos, como preparar e manusear a terra, regar, adubar e podar. Essas atividades, especialmente quando dotadas de algum sentido comunitário, isso é, que visem beneficiar a coletividade, possuem um grande potencial de transformação social.

A paisagem verde das ruas do bairro conta com poucas árvores de sombra, à exceção da Avenida Central e da praça, que são muito arborizadas; algumas quadras não apresentam plantas cultivadas na rua. Por outro lado, em alguns quintais, há ainda muitas árvores e plantas, a saber, grandes árvores frutíferas (manga, jaca, jambo, abacate) e ornamentais; é frequente ver nas varandas (e até na calçada) plantas ornamentais e até temperos cultivados em vasos. As plantas dentro dos quintais tendem a diminuir devido ao crescimento das famílias, que vão fazendo novas construções; ao falecimento dos idosos, geralmente envolvidos com as plantas; à construção de moradias para aluguel e ao avanço comercial. Por outro lado, atualmente é possível perceber no espaço público o aumento do cultivo de plantas, utilizando canteiros de alvenaria, pneus, madeira e vasos diversos.

Essa paisagem verde é resultado da ação de pessoas, em tempos variados, carregando relações sociais e refletindo as contingências do cotidiano da vida urbana. Em algum momento, ela parece ser estável, mas uma observação mais detalhada

mostra que as plantas cultivadas vão entrando e saindo do espaço público, bem como participando da sua dinâmica, por exemplo, através das frutas colhidas, das sombras aproveitadas para descanso e lazer, da temperatura ambiente amenizada, dos chás que são feitos das plantas medicinais ou simplesmente da contemplação da diversidade e beleza das plantas e flores.

O cultivo das plantas na rua implica certa exposição: abrir o portão de casa e vir para a rua cultivar significa, muitas vezes, cooperar e compartilhar recursos, bem como enfrentar a própria insegurança e a do ambiente. Esse zelo, por costume, necessidade ou ativismo, pode ter duração variada — pontual, pequena ou longa —, sujeito às contingências pessoais ou externas, como a necessidade de isolamento provocada pela pandemia de covid-19. Seja como for, a presença das plantas cultivadas na rua, construindo a paisagem verde do bairro, significa uma apropriação verde do espaço público.

No bairro Jardim Tropical, em sua parte de tabuleiro — nossa área de estudo —, ocorre algumas vezes de os passeios das ruas e, sobretudo, de os terrenos vazios servirem para deposição de resíduos sólidos, mas existem outras apropriações, por exemplo, o uso dos passeios para descanso e festas, cultivo de plantas e recreação, sendo transformadas em ambiente vivido e afetivo. Dessa forma, pode ocorrer um grande vínculo com o espaço público, vindo a despertar as pessoas para o seu uso e para a participação social — são indutores da (re)descoberta mencionada por Santos (2006).

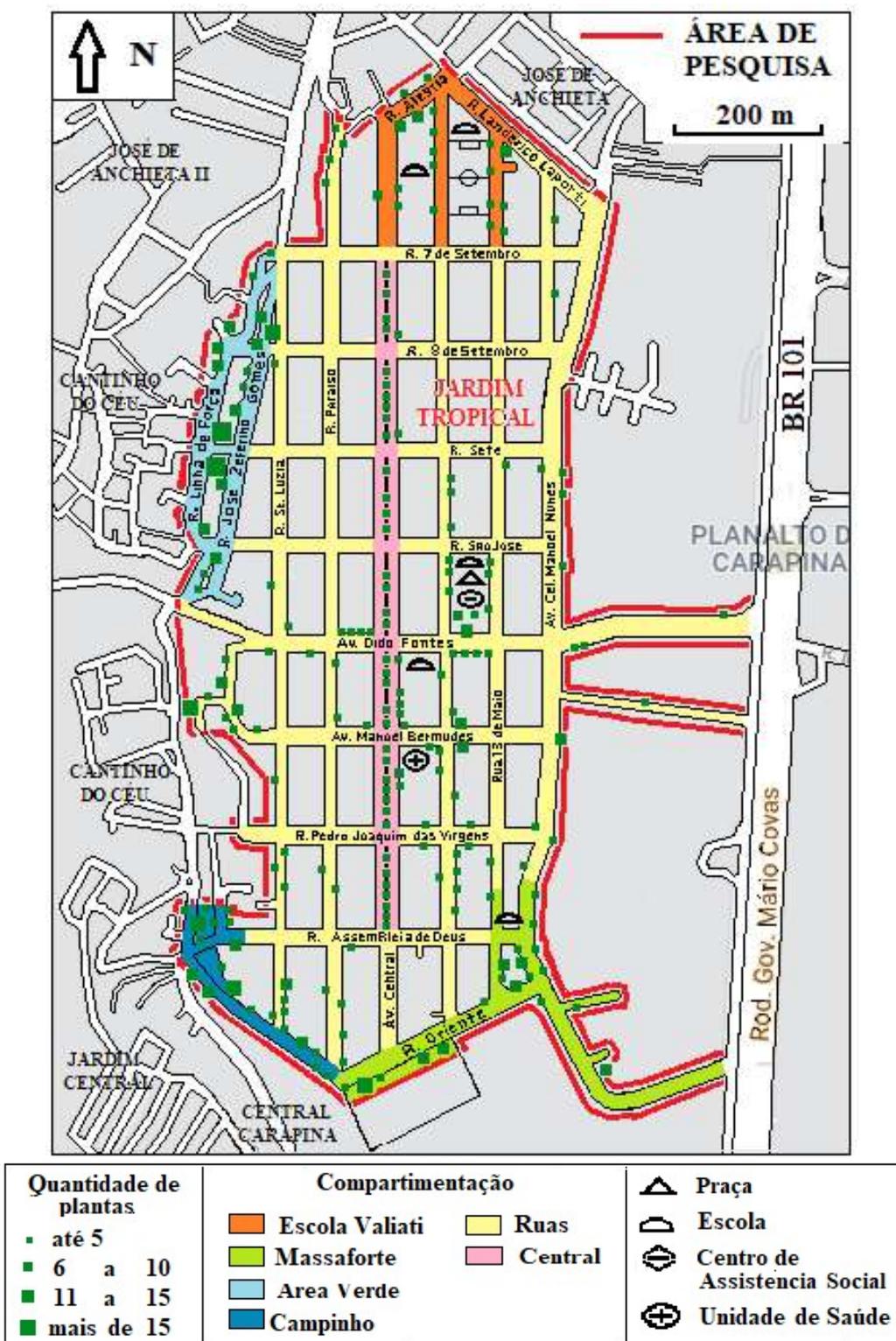
Nos bairros populares do município de Serra, as pessoas normalmente andam pela rua, e não pelos seus passeios; isso porque estes são irregulares e devido ao hábito adquirido no passado, diante do pouco fluxo de carros. Apesar de não terem sido alvo de mapeamento, chamou muita a atenção as plantas de dentro dos quintais das residências, por comporem a estética da rua, algumas vezes deixando frutos e flores expostos, e por agregarem as funções de conforto térmico e barreira verde. Elas podem ser vistas dos portões, sobressaindo nos muros e nas muretas de varandas dos sobrados (Figura 20.9).

5.4 A COMPARTIMENTAÇÃO DA PAISAGEM VERDE DO ESPAÇO PÚBLICO

A partir da observação realizada especificamente na feição dominante do tabuleiro do bairro Jardim Tropical (parte plana), entre os dias 18 e 31 de outubro de 2021, foi elaborado um mapa qualitativo, com a localização de agrupamentos das plantas cultivadas, incluindo as grandes árvores (Figura 21).

Além disso, foi feita a compartimentação das plantas cultivadas no passeio das ruas e terrenos vazios do espaço público do bairro, tendo como critério: 1) as iniciativas socioambientais dos moradores; e 2) a continuidade espacial das plantas. Para o primeiro caso, estão as porções denominadas Área Verde, Campinho, entorno da escola Antônio Luiz Valiati (entorno do Valiati) e Massaforte; no segundo, estão as ruas regulares à Avenida Central.

Figura 21 — Localização das plantas nas ruas e compartimentação da paisagem



Fonte: Prefeitura Municipal de Serra (acesso em 25 out. 2021), adaptado pelo autor.

O compartimento das ruas regulares (figuras 22 e 23) compreende a maior parte da área do bairro, por isso resolvemos mapear em separado a parte norte e a parte sul. Em ambos os casos, há uma diversidade de expressões das plantas cultivadas principalmente nos passeios das ruas, desde aquelas em vasos, canteiros de alvenaria, canteiros de pneus, canteiros com sobras de madeira e entulho, árvores de sombras e árvores frutíferas. Tudo isso representa as relações sociais que se desenvolvem no espaço público, onde as pessoas depositam suas emoções e sonhos, às vezes mais só, outras com um familiar ou vizinho. Mostra também que o espaço público, apesar dos seus problemas, sobretudo a insegurança, continua sendo apropriado, utilizado; que ainda há pertencimento.

Na Figura 22, estão registradas algumas plantas cultivadas na parte norte do bairro, em suas ruas regulares. A Figura 22.1 mostra um abacateiro já bem antigo em frente à escola Professor Luís Batista. Do outro lado da rua (Figura 22.2), no quintal de muro baixo, além de outras plantas ornamentais, está uma árvore de médio porte que se destaca na paisagem e influencia o ambiente. Nas proximidades do local acima, há uma goiabeira bastante antiga (Figura 22.3), localizada numa esquina. Pelo tempo que está lá, é possível que seja bastante frutífera.

Na praça do bairro (Figura 22.4), estão algumas árvores de grande porte, mas não há jardim. A praça é utilizada para a feira do bairro, que funciona às sextas-feiras, e as sombras das árvores são bastante aproveitadas pelas pessoas. Existem alguns bancos sob as árvores que as pessoas utilizam durante o dia, para descansarem, conversarem ou se protegerem do sol. Alguns moradores colocam suas plantas em vasos nas frentes de suas casas, em alguns casos por falta de espaço interno, outras vezes para ornamentar (Figura 22.5).

Foi identificada também uma planta ornamental plantada recentemente (Figura 22.8), com cercado para impedir que fosse danificada. Esse fato mostra como as pessoas atuam no espaço público, movimentando-o através das plantas, carregando suas emoções e vivendo relações sociais mediadas pelas plantas, estas que ora chegam, ora saem das ruas. Trata-se de uma movimentação constante da paisagem verde, embora seja possível afirmar que mais plantas são cortadas do que plantadas.

Nas ruas regulares da parte sul do bairro, destacamos um jardim bastante visível, com muitas flores, em quintal bem simples (Figura 23.1). A cerca do quintal possibilita avistar muitas plantas da parte interna. Como a rua tem bastante sobrados e poucas plantas nos passeios, esse quintal faz bastante diferença, chamando realmente a atenção. A frente da casa mostrada na Figura 23.2 exibe uma grande quantidade de plantas ornamentais, alguns vasos com temperinhos, uma árvore de pequeno porte e um pé de romã que nasceu espontaneamente no canto da calçada. A senhora que mora na casa participou das entrevistas e tem mais plantas na parte interna de casa; ela relatou o medo de a Prefeitura pedir para retirar as plantas do passeio da rua.

Na Figura 23.3, estão três pés de jaboticaba plantados há bastante tempo, todos eles já produzindo. Ao fundo, está um pé de fruta-pão bastante antigo, que também compõe a paisagem da rua, acrescentando suas funcionalidades térmicas e estéticas. Um pé de limoeiro e plantas ornamentais compõem a frente da casa mostrada na Figura 23.4, onde habitam seis pessoas, sendo três crianças. Uma senhora de 94 anos e sua filha mantêm os cuidados com essas plantas, deixando garrafas PET já cheias de água para fazer rega diária, muita necessária durante o verão quente.

Na Figura 23.6, temos um canteiro em alvenaria construído na frente da casa, utilizando uma parte do passeio. O canteiro contempla uma grande variedade de plantas ornamentais; vale ressaltar que geralmente, entre estas, é muito comum encontrar alguma planta medicinal, principalmente boldo e cidreira. Há praticamente um pomar no passeio da casa (Figura 23.7). Foi isso que o morador decidiu fazer, plantando uma mangueira, um pé de cajá e um de abacate; aproveitou também para colocar uma medicinal junto — o boldo. Na parte de cima da casa, no parapeito da varanda, há vários vasos com plantas ornamentais. A residência próxima da anterior (Figura 23.8) também aproveita o passeio, tendo uma castanheira bastante antiga que é utilizada para sombra; por ter tido bastantes podas, ela acabou não crescendo muito. Mas o interessante é que um pé de maracujá se alastrou por sobre a castanheira e produziu muito.

Em outra paisagem (Figura 23.9), há um conjunto de plantas na frente de um bar; são ornamentais e medicinais que estão ali há bastante tempo. Trata-se de mais uma expressão das plantas cultivadas no espaço público, relação que enseja sentimentos, por costumes e relações sociais.

O compartimento denominado Avenida Central (Figura 24) possui um canteiro central todo arborizado ao longo de sete quadras (cerca de 800 metros), cuja maioria das árvores possui função principal de sombra, como oiti e ficus; mas também há algumas frutíferas isoladas (coco, limão, jaca, manga, jambo e mamão), ornamentais e medicinais (boldo, cidreira e romã).

Coexistem árvores plantadas há mais de décadas com algumas bem recentes; existem dois pontos com bancos de sentar para descanso e interação. Por volta de 2014, a Prefeitura propôs que as árvores fossem substituídas por outras específicas para paisagismo, porém a proposta não avançou, após ser questionada por um grupo de moradores ligados a causas ambientais.

Mamoeiros são plantas muito encontradas nos passeios das ruas do bairro (Figura 24.1); em algumas partes da Avenida Central, alguns poucos moradores depositam, ocasionalmente, entulhos sobre o canteiro central. Na avenida Central existem muitas lojas, fato que parece influenciar no zelo que alguns comerciantes tem com a rua, mantendo a limpa e cultivando plantas frutíferas e ornamentais no canteiro central; essas pessoas de certo são dotadas de ruralidade, isto é, gostam de plantar e colher, de contemplar a beleza das plantas e flores.

Mais adiante, em direção ao sul, o cuidado com o canteiro central continua, com mais plantas ornamentais, medicinais e um coqueiro sendo plantado (Figura 24.2). Nas conversas que tivemos durante a observação de campo, percebemos que essa parte da rua é cuidada por cerca de três moradores, todos comerciantes, sendo dois homens e uma mulher, todos com idade acima de 60 anos. Alguns comerciantes parecem ter essa preocupação estética com a frente de seus estabelecimentos, como pode ser vista na Figura 24.3 — em frente à loja de material de construção, onde foram utilizadas caixas de água de amianto para canteiros de plantas ornamentais na rua e sobre o passeio.

Mais uma vez, encontramos plantas recentemente colocadas no espaço público (figuras 24.4 e 24.5). É a dinâmica da paisagem verde acontecendo, é o espaço público sendo cuidado, valorizado e servindo como local de encontro e contemplação.

No entorno da escola Valiati (Figura 25), fica o campo de futebol do bairro, que é cuidado por seus usuários. Esse compartimento tem alguns terrenos vazios e áreas com poucas residências ao redor, o que os tornam propícios à deposição de lixo e entulhos (Figura 25.8). Existem também alguns becos nas proximidades, requerendo uma dinâmica melhor para o recolhimento e a deposição do lixo. A Prefeitura tem uma área de destinação de resíduos sólidos no bairro Barcelona, distante cerca de 5 km, mas isso implica a pessoa (de baixa renda) ter que pagar o recolhimento e transporte; portanto fica mais fácil depositar o entulho em áreas pouco habitadas ou em terrenos vazios.

O passeio da rua lateral ao campo de futebol foi muito utilizado para deposição de entulhos, que são levados por pessoas utilizando carroças, carrinhos de mão ou automóveis (Figura 25.8). Alguns moradores, após o recolhimento do lixo pela Prefeitura, plantaram ornamentais no local para tentar conter a deposição. Numa área próxima, foram plantadas algumas ornamentais e um canteiro com temperinhos; entretanto constatamos que a iniciativa não prosperou (Figura 25.1).

Uma senhora idosa mantém vasos com ornamentais e medicinais na frente de casa (Figura 25.2). Ela relatou que algumas plantas espantam coisas ruins. Há também os plantios de medicinais, ornamentais e frutíferas no passeio da rua, também para evitar a deposição de lixo (figuras 25.7 e 25.8). Segundo relato de um morador do local, algumas pessoas tentaram desenvolver uma horta comunitária (Figura 25.4), porém houve a contingência do adoecimento de uma senhora que liderava a iniciativa, paralisando a ação.

As plantas ornamentais e árvores são usadas também como parte da casa ou complemento de lojas, aproveitando a sombra e a estética (Figura 25.5). Algumas pessoas têm uma ruralidade muito forte, expandindo suas plantas da casa para o espaço público, como o canteiro de ornamentais e medicinais delimitado com entulhos selecionados (Figura 25.6).

Na Figura 25.9, mostramos uma grande castanheira que ainda permanece no espaço público, fornecendo sombra e conforto térmico.

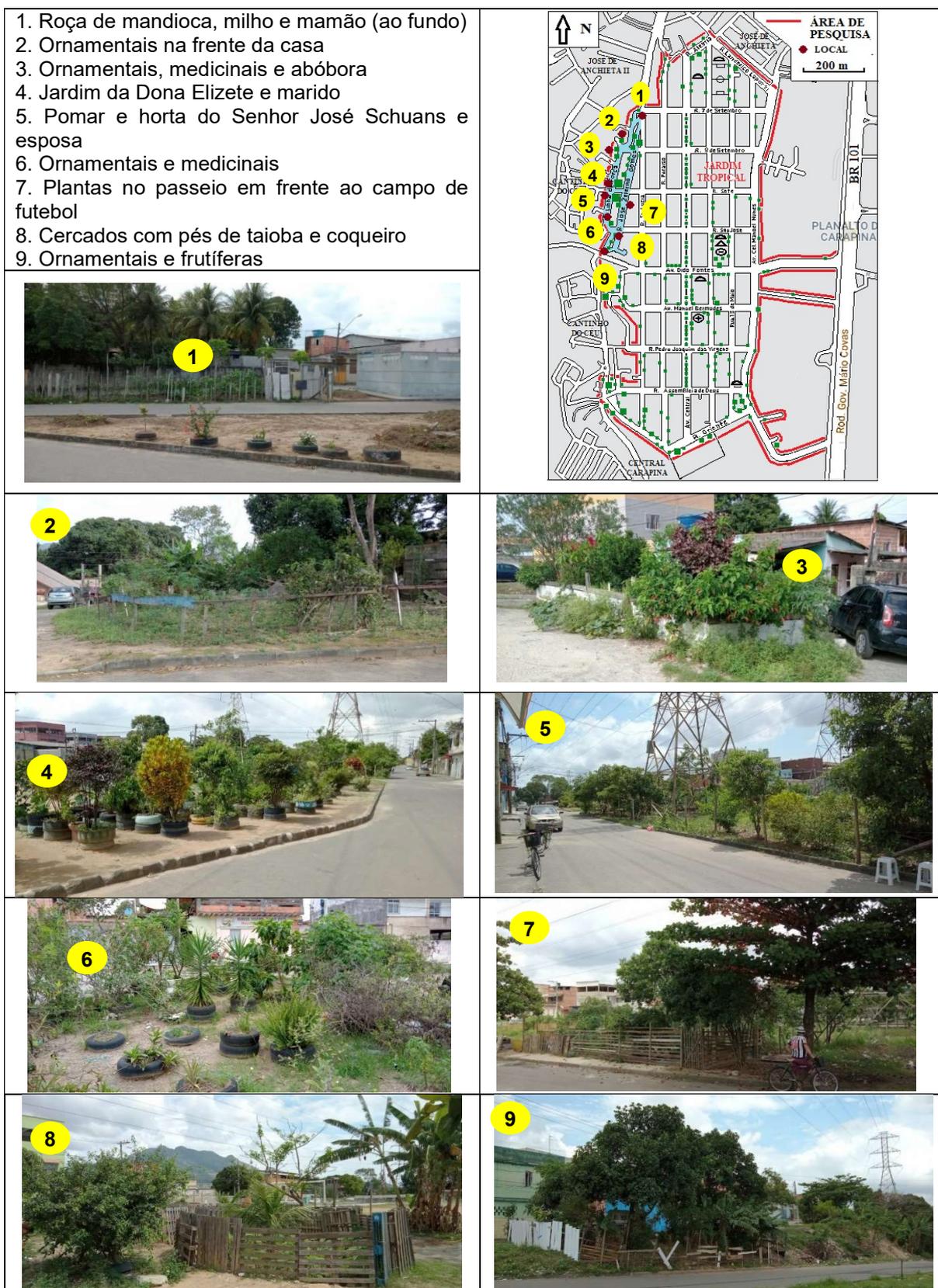
A porção chamada Área Verde (Figura 26) contempla os plantios mais diversificados e extensos, muito bonitos e bem cuidados, situados na faixa de servidão das torres de alta tensão, porém com as árvores limitadas a 3 metros de altura, de acordo com o regulamento de segurança da concessionária estadual. Essas áreas cultivadas são resultado da ação de alguns moradores iniciada há cerca de seis anos para acabar com grandes pontos viciados de lixo e entulho. Importante ressaltar que, durante as entrevistas, foi possível perceber que a ação dos primeiros moradores influenciou outros a cuidarem das áreas próximas.

Atualmente a Prefeitura mantém contêineres para deposição do lixo doméstico no local, que tem bastantes becos nas proximidades, com as pessoas tendo que se deslocar para colocar o lixo nos contêineres. Então, o local passou a ser mais utilizado por crianças e adultos, tendo sido construído um campinho de futebol e um estacionamento.

Na Figura 26.1, pode ser visto, ao fundo, um plantio de milho e mandioca, aproveitando o terreno vazio. Na parte da frente, além de ornamentais plantadas em pneus, um morador faz o plantio de batata-doce. Outros cercados com cultivos diversos podem ser observados nas figuras 26.2 e 26.3. Os cultivos mais exuberantes e diversificados foram feitos por dois moradores que têm pequenos comércios de variedades de frente às faixas de servidão, ambos com mais de 60 anos (figuras 26.4 e 26.5). Eles mantêm uma rotina de cuidado diário com plantas, afirmando que não recebem ajuda de outras pessoas e, além disso, às vezes precisam investir dinheiro próprio para cuidar das plantas. Relataram ainda que as pessoas passaram a frequentar muito mais a rua, sendo que algumas delas também começaram a cuidar de algumas partes ou tentaram; os dois idosos destacaram também a forte procura por medicinais.

Ademais, ocorre de alguns moradores cuidarem e se apropriarem de áreas próximas às suas residências, fazendo delas local de descanso e bate-papo com os vizinhos. Algumas dessas áreas têm árvores frutíferas grandes, cercadas por plantas ornamentais (figuras 26.7 e 26.9).

Figura 26 — Área Verde



Fonte: Observação de campo entre 2021/08 e 2022/02; Prefeitura Municipal de Serra (acesso em 25 out. 2021), adaptado pelo autor.

O compartimento denominado **Campinho** tem esse nome devido a um antigo campinho de futebol muito utilizado pelas crianças e jovens. Ele fica na faixa de servidão, sob as torres de alta tensão que passam no local. A área enfrentou, por muito tempo, o problema da deposição de lixo e entulho, até que alguns moradores foram tomando iniciativas para controlar tal situação. Vale lembrar que essa porção conta com a presença constante de algum vereador que tem apoiadores morando na área, tentando ajudar nas demandas.

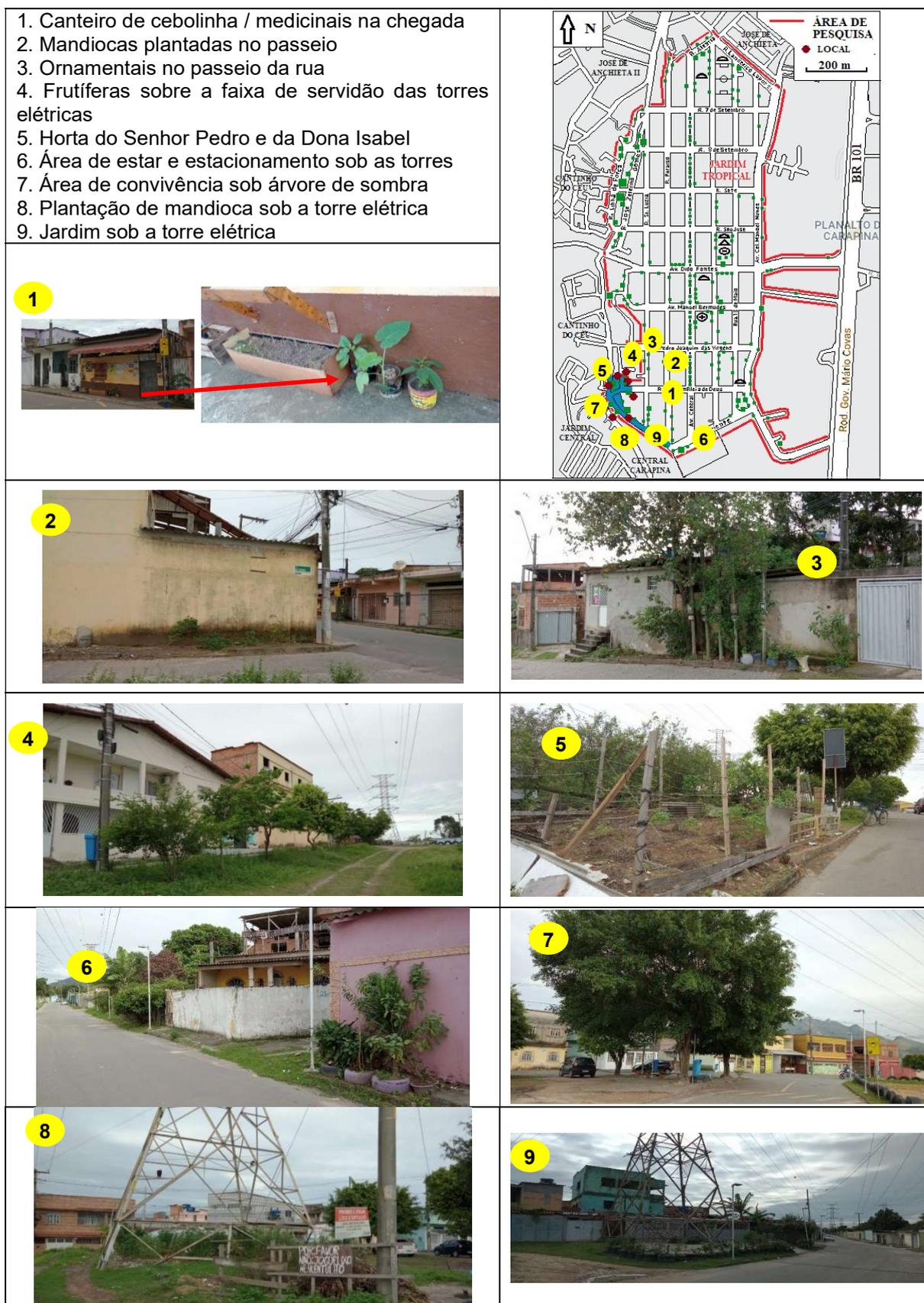
Uma das primeiras iniciativas foi construir caixas de alvenaria para que os moradores dos becos próximos pudessem depositar o lixo adequadamente. Em paralelo, foram criados ambientes agradáveis para descanso, conversa e recreação (figuras 27.6 e 27.7). No Campinho, é possível perceber alguma organização comunitária que foi sendo formada ao longo do tempo, a qual pode ser vista pela presença constante das pessoas no local, sempre tentando mantê-lo em ordem, isso é, limpo, com lixo organizado, capina e árvores podadas. Inclusive foi instalada uma iluminação particular perto das árvores sob a faixa de servidão.

Logo na chegada dessa porção, uma moradora organizou uma horta móvel, em caixote, com temperinhos na frente de um bar; o local também foi decorado com plantas ornamentais em vasos (Figura 27.1). Na residência ao lado, sobre a laje, há várias plantas cultivadas em vasos. Um pequeno passeio de rua próximo à faixa de servidão foi aproveitado para o plantio de mandioca (Figura 27.2). Mais adiante, no mesmo passeio, há várias plantas ornamentais, algumas em vasos (Figura 27.3).

Já sobre a faixa de servidão, onde há limitação de altura das árvores até no máximo de 3 metros, devido ao risco de acidente com as torres de alta tensão, foram plantadas frutíferas como acerola, goiaba e mamão (Figura 27.4). Um plantio mais diversificado também foi desenvolvido no local por um casal, ambos com idade próxima de 60 anos. Eles relataram que não recebem ajuda para cuidar das plantas; como no local não há água disponível, eles a carregam em bombonas, da casa deles até a área cultivada, o que dá cerca de 100 metros (Figura 27.5)

Embaixo de uma das torres de alta tensão, um morador fez um belo jardim, com ornamentais e medicinais (Figura 27.9); na outra, foram plantados pés de mandioca (Figura 27.8).

Figura 27 — Campinho



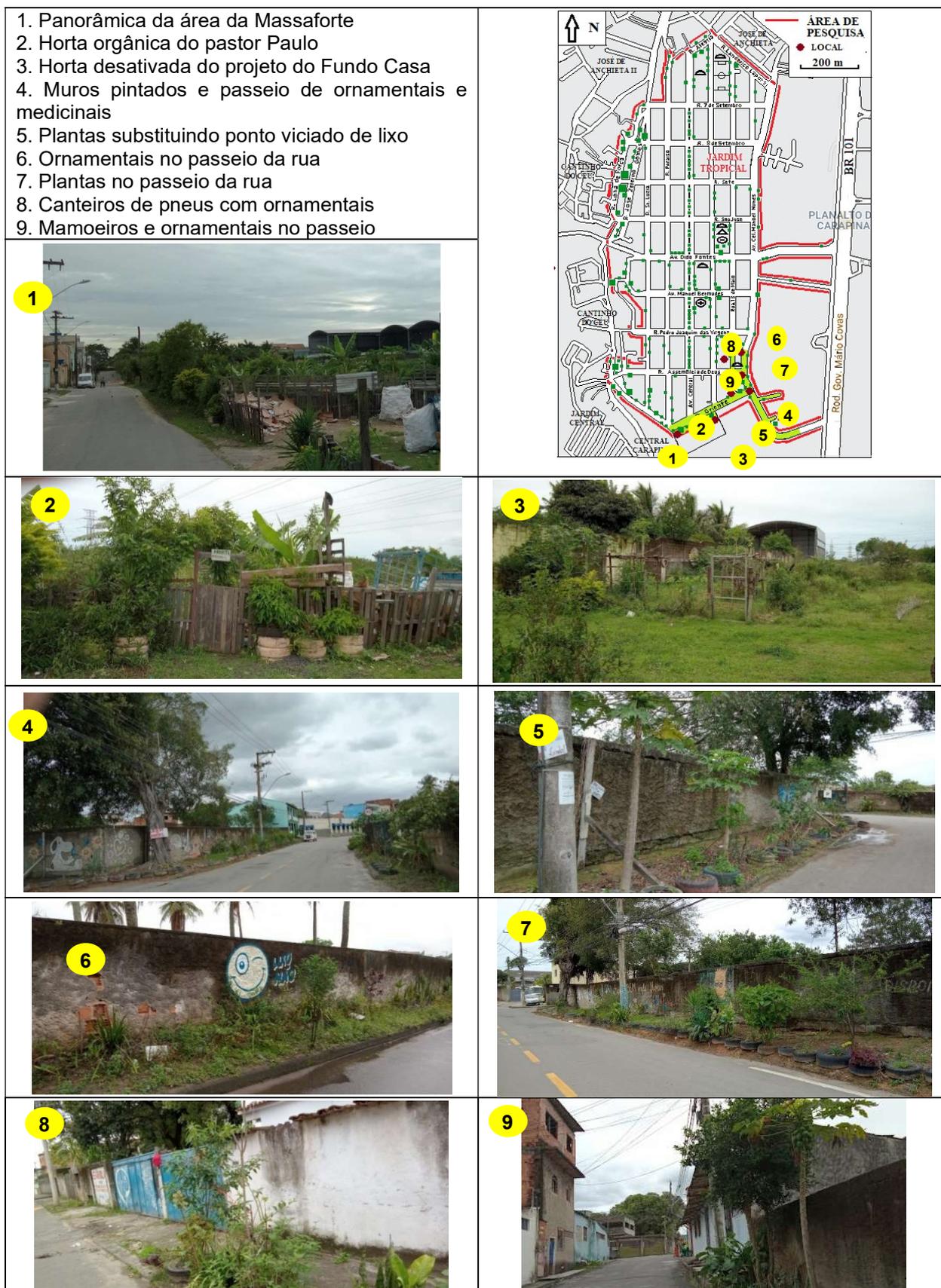
Fonte: Observação de campo entre 2021/08 e 2022/02; Prefeitura Municipal de Serra (acesso em 25 out. 2021), adaptado pelo autor.

O compartimento chamado **Massaforte** contempla uma área com cerca de 2 hectares (Figura 28.1) e tem esse nome por causa da empresa que fazia extração de barro e aterro entre os anos 1985 e 1995. Com a degradação causada pela atividade, o local foi transformado em área legalizada para destinação de entulho e sucata. Por volta de 2010, a área foi cercada pelo poder público para construção de uma escola de ensino fundamental, porém a obra nem foi iniciada devido aos riscos do aterro que ali funcionou. Alguns anos depois, próximo de 2015, pessoas ocuparam a área e dividiram-na em lotes, porém o poder público removeu as famílias acampadas. Entre os anos de 2019 e 2020, funcionaram no local duas Seções Escoteiras de crianças e adolescentes, as quais participaram do projeto socioambiental apresentado na seção 5.1, com foco na criação de uma horta comunitária, e uma área de recreação, esporte e cultura, entretanto essas iniciativas foram interrompidas devido à pandemia. Atualmente, comenta-se que a construção da escola será iniciada.

Passa também pela Massaforte as linhas de alta tensão (possuem, pelo menos, 50 anos), atualmente em concessão para a empresa EDP. Uma pequena parte da área de servidão das linhas, próxima à rua, está sendo utilizada por duas famílias catadoras de recicláveis, para separação e armazenamento (Figura 28.1 frente). Nas proximidades, dois moradores cercaram algumas áreas, nas quais cultivam plantas; uma delas é bem diversificada, contando com horta, plantas medicinais, ornamentais e frutíferas (Figura 28.2).

Há ainda as ruas próximas da Emef Dinorah Pereira Barcellos (escola Dinorah), nas quais existiam vários pontos do passeio das ruas funcionando como descarte de lixo, inservíveis e entulho. Essa área também foi alvo do projeto socioambiental realizado pelo coletivo Clube Pede Planta, descrito na seção 5.1; formou-se um pequeno núcleo de moradores que limpam os passeios e construíram canteiros com plantas ornamentais e algumas frutíferas, pintando muros e pneus (figuras 28.4, 28.5 e 28.6). A iniciativa ocorreu durante o ano de 2019, sendo que um pequeno grupo de moradores continuou zelando pelo local. Nas proximidades da escola Dinorah, alguns moradores criaram canteiros com plantas medicinais e ornamentais, esforçando-se para manter os cuidados de cultivo (figuras 28.7 e 28.8).

Figura 28 — Massaforte e entorno da escola Dinorah



Fonte: Observação de campo entre 2021/08 e 2022/02; Prefeitura Municipal de Serra (acesso em 25 out. 2021), adaptado pelo autor.

5.5 OS SUJEITOS DO CULTIVO NO ESPAÇO PÚBLICO

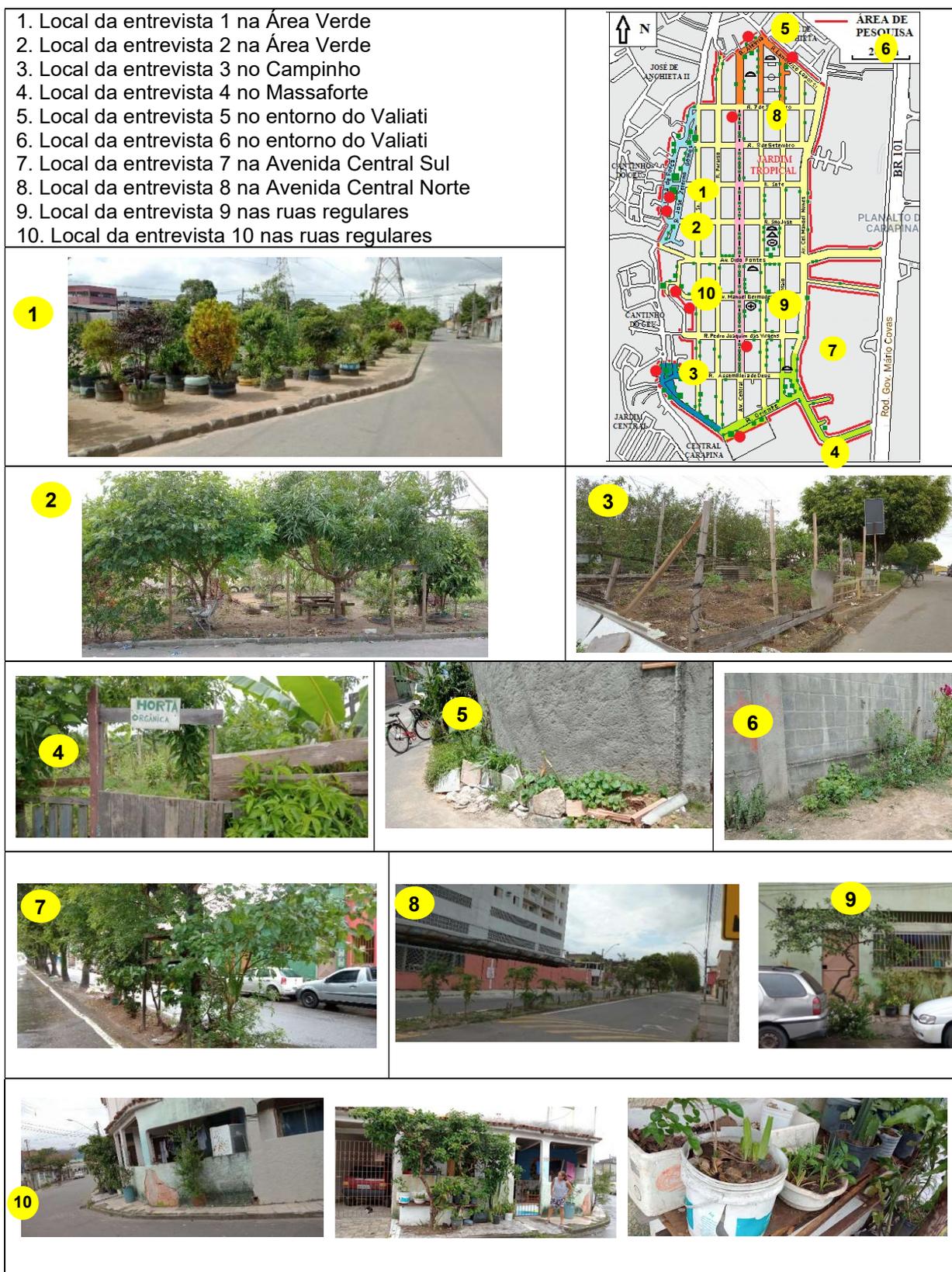
Para realização das entrevistas, foi necessário submeter a pesquisa para avaliação do Comitê de Ética e Pesquisa do Centro Ciências Naturais e Humanas da Ufes. Nosso objetivo era fazer uma aproximação do cotidiano das pessoas que cultivam no espaço público, verificando emoções, benefícios, dificuldades e relações comunitárias da atividade. Foram feitas dez entrevistas, considerando aquelas pessoas que têm os cultivos mais expressivos, utilizando o roteiro mostrado no Anexo A. Para a segurança sobre o uso de dados também foi utilizado um **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**, conforme Anexo B.

Depois de compartimentado o bairro, para melhor análise, tendo como primeiro critério as porções do bairro com iniciativas socioambientais baseadas no cultivo de planta, e como segundo a continuidade espacial das plantas cultivadas, a pesquisa se direcionou para as pessoas que participam dessa iniciativa, o que chamamos de sujeitos do cultivo no espaço público, dada a importância das atividades deles.

Conforme apresentado na seção sobre a metodologia do trabalho, foram escolhidas duas pessoas de cada compartimento geográfico do bairro para a realização de entrevista, cujo objetivo foi conhecer aspectos funcionais, subjetivos e emocionais (incluindo alguma utopia) do cotidiano da lida com as plantas no espaço público.

Optou-se por entrevistar 10 pessoas, com pelo menos uma de cada compartimento do espaço público do bairro, sendo: duas pessoas no compartimento Ruas, uma na Massaforte, uma no Campinho, duas na Área Verde, duas na Central e duas no entorno da escola Valiati, conforme localizações exibidas na Figura 29.

Figura 29 — Local das entrevistas



Fonte: Observação de campo entre 2021/08 e 2022/02; Prefeitura Municipal de Serra (acesso em 25 out. 2021), adaptado pelo autor.

Os dados obtidos nas entrevistas foram compilados numa tabela geral (ANEXO C), para identificar com mais facilidade as semelhanças e diferenças. A seguir, a descrição dos dados obtidos, conforme as seções em que roteiro de entrevista está dividido:

Parte 1: IDENTIFICAÇÃO

Buscou os dados socioeconômicos quali-quantitativos dos entrevistados para compor uma aproximação do perfil social. Os resultados foram:

- **sexo:** mulheres (6) e homens (4);
- **idade:** menos de 50 anos (1), entre 60-69 (7) e entre 70-79 (1);
- **pessoas por residência:** média (2,4), com até 2 moradores (7 residências), com 3 moradores (2) e com 1 morador (5);
- **renda familiar:** a menor informada foi de R\$ 1.000 reais; a maior de R\$ 2.000, média de R\$1.400 reais;
- **ocupações:** comerciante (4, pequeno comércio no próprio local da entrevista), aposentado (3), pastor (1), faxineira (1) e cuidadora de crianças (1, na própria casa);
- **profissões:** mais qualificados pelo mercado de trabalho: pedreiro, ex-radialista e mestre de obras; os demais variam entre “do lar”, auxiliar, negaram a profissão ou não souberam informar;
- **falta de alimentos em casa:** negaram passar pela dificuldade (9); admitiu que atualmente precisou “cortar” algo na hora de comprar (1);
- **origem espacial:** todos informaram já ter vivenciado a vida no campo durante um tempo, frequentemente utilizando expressões como “do mato” ou “da roça”;
- os entrevistados informaram livremente suas origens, assim, apesar de esse dado não estar previsto na pesquisa, ele foi incluído, respeitando com o destaque dado pelos próprios entrevistados;
- **quintal:** possuem (5 pessoas), não têm (5);
- **tempo que mora bairro:** maior tempo (53 anos); menor tempo (6); média (28 anos);
- **tempo de cultivo em área pública:** mais antigo (10 anos); mais recente (1 ano), média (4 anos).

Parte 2: RELAÇÃO COM A PLANTAS

Visando conhecer o interesse, o manejo, as parcerias, os benefícios e as dificuldades:

- sobre o gosto por plantas e quando surgiu, as respostas ligam o gosto à vida no campo e aos primeiros anos de vida, com uso de expressões como “criado no mato”, “ser da roça”, “do interior”, “desde solteira”, “sempre gostei”, “em todo lugar que moro”, “sempre tive”, “desde que me entendo por gente”;
- **plantas que cultivam:** demonstram bastante conhecimento em distinguir plantas que servem de alimento, tempero, remédio, chá, de “enfeite” e sombra;
- **parceria para cuidar:** feito sozinho (4), contam com mais um ajudante (6); os parceiros são o cônjuge (2), vizinhos (3), filho (1); mas parece que, no geral, uma pessoa é a “idealizadora” que conta, sobretudo na sua falta, com a parceria para uma eventual limpeza ou auxílio nas regas;
- **deixar as plantas bonitas:** rega frequente (9 vezes), uso de adubo, esterco e terra boa (5); limpeza ou capina; controle do sol e poda (2);
- **vantagens:** colheita de alimentos/temperos, remédio/chá (5 pessoas); terapia ou passatempo (3); beleza e bem-estar (3); limpeza ou eliminação de lixo (2);
- **dificuldade:** roubo ou depredações das plantas (7 vezes); pragas como formigas e lagartas (3); falta de ajuda na capina (2); falta de dinheiro, gastar água de casa, falta de terra e a falta de auxílio do poder público, citando a expressão “na rua ninguém manda”, referindo-se a não poder impedir a depredação;
- **mudas e sementes:** compra (6 vezes); pedem ou ganham de vizinhos (6); trazem de casa (3); troca ou busca no interior;
- **terra e adubo:** compra (4 vezes); usa o solo local (4); ganha a terra (2); outros citaram ganhar um saco de adubo e pedir terra;
- **água suficiente:** muita dificuldade, tendo que trazer de casa bombonas de água para mudas recém-plantadas (1 pessoa); outras não se queixaram (9);
- **tempo para cuidar das plantas:** suficiente (8), falta tempo (2).

Parte 3: UTOPIA

Verificou se existem sonhos coletivos para o bairro, a cidade e o mundo.

- 3 específicos ou genéricos como “ter mais árvores”; um “mundo melhor com mais igualdade”; acesso à saúde; e o “bem”;

- desejos de beleza ao “ver o ambiente bonito”; “alegria ao ver uma roseira florir” (2);
- 2 desejos individuais, como ser rico ou ter um terreno no interior;
- 2 disseram não esperar nada, só concluir seu ciclo de vida com o básico e um pouco de saúde.

Especificamente sobre o bairro:

- com plantas as pessoas ficam mais na rua;
- os plantios contribuem para a limpeza (redução dos lixões) e para inspirar outras pessoas a plantar, pois o lixo eliminado de um local migra para outro;
- 3 apontaram oferta de plantas para alimento, chás e remédios;
- 2 afirmaram sobre promoção da beleza local e sombra;
- 3 pessoas justificaram suas ações de plantar com as expressões: “uns reclamam, outros gostam”, “ninguém perguntou nada” e “ninguém reclamou”.

Como descobrir os benefícios das plantas:

- resistir com os plantios é uma das formas de incentivar outros;
- 2 começaram a cuidar quando viram a área bonita de um vizinho – resolveram fazer e outros copiaram;
- “eles vão sentir alegria quando crescerem [as plantas]”; aprender sobre ou ter necessidade de “remédio”;
- “lendo, buscando informação”;
- “cada um vai descobrindo aos poucos”; ao ver, sentirão “felicidade”;
- 5 respostas foram mais negativas, como: “só quem tem vontade”; “alguns não querem descobrir” e “acham que dá trabalho”.

Parte 4: EMOÇÃO

Em resposta a que sentimento as plantas trazem.

- 4 trouxeram o sentimento de “alegria”;
- a expressão “feliz / felicidade”,
- 2 abordaram “bom / agradável”;
- 2 citaram a expressão “elas são vivas, sentem / é ser vivo”, demonstrando algo como empatia;

- sentimentos de paz e distração;
- raiva “quando arrancam”;
- expressões como “beleza” e “bom ver a planta”.

- Como se sentem ao cuidar das plantas:
 - 8 citaram “bem”, “felicidade” e “alegria”;
 - 2 não souberam informar;
 - expressões como “sem cansaço” e “divertido”.

- Fatos emocionantes envolvendo as plantas:
 - 5 pessoas se emocionam em ver que o local está limpo e sem lixo, bonito;
 - ao receber elogios dos outros populares pelo cuidado;
 - em poder dividir colheita com um vizinho e a oferecer plantas para remédio a quem procura;
 - 3 não souberam informar ou não lembrar de nenhum;
 - 1 sente emoção ao lembrar de quando fazia canteiros com a avó.

Parte 5: COMUNIDADE

- Trocar plantas, sementes ou colheita:
 - 5 negaram, dentre elas uma reclamou que alguns só pedem;
 - 2 doam livremente sem que comprometa a planta;
 - 1 compartilha só com outros plantadores;
 - todos disseram doar o excedente em algum momento para não perder a colheita ou para fazerem remédio.

- Como os plantios podem ajudar a comunidade?
 - fazer chás, contribuir para alimentação, relacionamento;
 - sombra, embelezamento, remédios e expulsar os lixões;
 - 2 pessoas não sabem ou não souberam informar.

- Se alguém já participou de atividades de plantio na rua:
 - negaram, com uma pessoa completando que “cada um faça sua parte”;
 - 6 disseram que sim, considerando seu próprio plantio;

- 1 disse que em outra cidade em grupo arrendou uma parte de terra e vivia de plantio, vendendo o excedente;
- 1 afirmou trazer benefícios como “terapia” e “vontade de movimentar”.

- Se participariam de horta comunitária:
 - 7 aceitariam, porque “teria um responsável”;
 - “tem mais gente”, para ter acesso a “comida e remédio” e porque gostam de plantas;
 - 3 acham que haverá outros que não trabalham, visto que em sua área são só o casal e “ninguém ajuda na capina” e porque “não de misturam” (só convivem com familiares).

- As sugestões para a Prefeitura sobre os plantios ou sobre a horta comunitária:
 - ampliar o paisagismo nas vias e áreas disponíveis (passeios, caminhos, jardineiras, vasos);
 - locais separados para plantio de alimentícias; “poderia organizar mais” (ofertar um responsável);
 - ofertar mudas e terra;
 - oferecer ou permitir ponto de água;
 - organizar incluindo os “plantadores”; através de um responsável;
 - ofertar maquinários, ferramentas, terra, sementes e orientações para plantio e colheita (muitas pessoas colhem cebolinhas de forma inadequada, indisponibilizando novas mudas);
 - podas com menor distância de tempo (incomoda, por exemplo, uma poda bianual de intensidade exagerada);
 - não proibir os plantios em vasos sobre as calçadas e não cortar as plantas que os populares cuidam, especialmente as úteis, como as frutíferas.

No perfil dos entrevistados não predomina sexo, a maior parte tem idade acima de 60 anos, a renda familiar é baixa (entre mil e 2 mil reais) e, em geral, há três pessoas por residência. Foi relevante a participação de pequenos comerciantes e aposentados; com profissões de baixa qualificação (auxiliares, ajudantes, servente). Quase todos

vieram de cidades do interior do estado, tendo vivenciado as atividades de plantio; residem há mais de 20 anos no bairro e cultivam na rua há cerca de quatro anos.

Dos 10 cultivos pesquisados, quatro são mais diversificados, incluindo horta, em áreas maiores sob as linhas de alta tensão; três são passeio da frente de casa, com maior parte de ornamentais; e dois são no canteiro central da avenida, pequenos.

A relação com as plantas vem do começo da vida no campo, o que propiciou um bom conhecimento dos tipos de planta; em geral cultivam em dupla, sem ajuda de terceiros. Deram muita importância à rega e à adubação; os benefícios mais relatados foram a colheita de alimentos e o uso de remédios, seguidos da função de terapia e distração e, por último, o embelezamento do lugar. A principal dificuldade é a retirada inadequada das plantas por terceiros, sem autorização, seguida da falta de terra e da ocorrência de formigas e lagartas. As mudas e sementes são compradas ou trocadas com vizinhos, o adubo ou terra preparada, em geral, é comprada. A água e o tempo são suficientes para os cultivos.

A utopia, os sonhos mencionados são diversos, com um grupo afirmando fazer o bem, ajudar o próximo e ter mais igualdade; outro grupo apontou para deixar o lugar mais bonito e contemplar a beleza das plantas, também houve menção a ter comida, remédio; foi citada a satisfação de viver na roça. As plantas podem ajudar o bairro, fornecendo alimento e remédios, deixando-o mais limpo e bonito, dando sombra e acabando com pontos de lixo; também foi citado que incentivam as pessoas a usarem as ruas. Os benefícios das plantas podem ser descobertos por terceiros a partir da alegria e felicidade que emana de quem planta, inclusive isso estimulou o surgimento de área de cultivo vizinha.

As emoções mais relatadas no cuidado com as plantas foram alegria e felicidade. O fato emocionante mais citado foi de ver os lugares limpos e bonitos, também de receber elogios, dividir a colheita e remédios; um entrevistado lembrou da relação com a avó durante os plantios.

As relações comunitárias baseadas na troca de mudas e sementes são poucas; foi frequente dizer que muita gente só pede. Todos os entrevistados relataram já terem doado alimentos ou remédios. A ajuda à comunidade se dá, conforme dito anteriormente, na produção e doação de remédios e alimentos, bem como na substituição de pontos de lixo pela beleza das plantas. Dos entrevistados, somente

um relatou já ter participado de outros plantios no espaço público, mas a grande maioria participaria de uma horta comunitária. O poder público poderia ajudar os cultivos no espaço público facilitando o acesso à água, fornecendo terra e organizando hortas comunitárias.

Assim, as entrevistas quanti-qualitativas, realizadas no espaço urbano — dinâmico, aberto, contingente e em disputa —, especificamente no bairro popular Jardim Tropical, cuja população é majoritariamente de baixa renda, contempla variadas manifestações da agricultura urbana no espaço público, considerando suas relações mais tênues, que ensejam potencial de crescimento, como plantas em vasos, árvores, plantas ornamentais e alimentícias nos passeios das ruas e áreas vazias.

Nessas apropriações em várias parte do território, ainda que temporárias, existe o sentimento de lugar, advindo do cotidiano compartilhado, favorecido pela necessidade de ajuda mútua, em razão dos problemas sociais cotidianos, como a violência, dos problemas ambientais e da deficiência nos serviços públicos de saúde, educação e segurança. Tal quadro, de certa forma, tende a aproximar as pessoas e a desenvolver uma afetividade positiva pelo lugar que moram, impulsionando ações como iniciativas primárias de agricultura nos quintais ou no espaço público do bairro e parte deles, onde as redes de cooperação funcionam melhor.

Importante destacar que os embriões para um programa de agricultura urbana popular encontram-se nos quintais e, sobretudo, nas iniciativas de agricultura urbana desenvolvidas no espaço público; estas vão dando origem à chamada paisagem verde do bairro, que cumpre diversas funções: barreira verde, fornecimento de sombra, local para descanso e interação, beleza estética e fornecimento de frutos.

6 CONCLUSÃO

A pesquisa teve como objetivo levantar a distribuição espacial das plantas cultivadas, bem como sua forma e função no bairro urbano popular de Jardim Tropical; este que está inserido no espaço urbano cuja dinâmica é aberta, conflitante, compartilhada, cansativa e criativa (SANTOS, 2019; MASSEY, 2000). O bairro urbano insere-se nessa realidade como um agrupamento espacial menor, com identidade histórica e geográfica, possível de ser experimentado no cotidiano da vida social, através da paisagem, dos deslocamentos e dos variados usos (BEZERRA, 2003).

As plantas cultivadas no espaço público expressam uma relação social, geralmente marcada por ruralidades (DOURADO, 2015), relacionando-se de alguma forma com a agricultura urbana e contemplando suas variadas funções, como a econômica, cultural e ambiental (ALMEIDA, 2016). Nessa perspectiva, cada manifestação de cultivo no bairro, independentemente da etapa ou tamanho, pode ser reconhecida como uma expressão prática da agricultura urbana, cuja função pode responder aos problemas socioambientais das grandes cidades. Entretanto, esse encanto exercido pelas plantas enfrenta o afastamento das pessoas diante da hostilidade e insegurança recente do espaço público das cidades (KUSTER, 2019). Isso envolve a questão emotiva para com os lugares, podendo ser afetada, sofrer atração ou repulsa diante das contingências trazidas pela vida (DA SILVA, 2016).

A observação de campo realizada no estudo possibilitou percorrer toda a parte plana do bairro (95% de sua área), registrando cada planta isolada ou agrupada, perfazendo aproximadamente 150 pontos. Nessa caminhada, deparamo-nos com plantas recém-plantadas, podas em andamento e pessoas cuidando. O perfil dos zeladores captados na entrevista é predominantemente de pessoas acima de 60 anos, com vida pregressa da juventude na roça ou em cidades do interior; tal fato coloca em questão a progressiva diminuição da paisagem verde do bairro, uma vez que os mais jovens costumam não manter a ruralidade dos pais.

A compartimentação feita na paisagem do bairro permitiu identificar melhor as iniciativas socioambientais em andamento, em seus avanços e revezes. Revelou alguns grupos de pessoas que tentam cuidar do espaço público de sua vizinhança e rua, principalmente educando pelo exemplo. Essas ações atraem as pessoas para as

relações no espaço público, favorecendo inclusive o surgimento de pequenos estabelecimentos comerciais e áreas para lazer infantil; bem como cooperação entre moradores, a partilha da colheita de alimentos e plantas medicinais. Decorre disso o desenvolvimento do senso de cuidado e o sentimento de pertencimento (SERPA, 2013), mas que podem ser afetados pela sobreposição de outros valores e apropriações externas.

As áreas das franjas, isso é, os limites oeste, norte e sul do bairro, possuem mais vazios urbanos, decorrentes sobretudo das faixas de servidão das torres de alta tensão, locais que costumavam ser utilizados para acúmulo de lixo e entulhos; além disso, estão próximas de becos que dificultam o recolhimento do lixo. Essa situação tem provocado a ação de alguns moradores, geralmente de forma isolada, que desenvolvem cultivos para impedir essa deposição; o resultado tem sido uma verdadeira transformação desses ambientes, que ficam limpos e apropriados, trazendo crianças, jovens e adultos para o espaço público e estimulando o surgimento de bares e lanchonetes. As ações de plantio não apresentam uma participação comunitária efetiva, ficando restrita há, no máximo, duas ou três pessoas, no entanto podem influenciar outras pessoas a cuidarem das áreas do entorno; outros usuários são atraídos pela beleza dos lugares cuidados, podendo apropriar-se deles e contribuir para sua manutenção e beleza (PEDRONE; DE MATTOS SILVA; SIMÕES, 2019).

As entrevistas realizadas, na seção destinada a avaliar as emoções presentes na lida com as plantas, apontaram para a maioria das pessoas o sentimento de alegria, de felicidade, da presença da beleza; isso significa que podem ser adotadas estratégias de participação social na vida do bairro via produção de plantas alimentícias e ornamentais. Entretanto, esses indivíduos são de idade mais avançada, já tendo experiências com agricultura no começo de suas vidas. Isso coloca a questão de como incentivar as novas gerações a aprender a plantar e colher. Trata-se de um desafio para as iniciativas de agricultura urbana.

Existe uma paisagem (CARLOS, 2003) a qual chamamos de paisagem verde, em razão do foco que damos às plantas, tentando abstrair os demais elementos. Essa paisagem verde no espaço público do bairro pode ser vista da perspectiva da rua e é composta por árvores de sombra, frutíferas e ornamentais, presentes no passeio das ruas e terrenos vazios, nos vasos em cima de muretas de varandas e sobrado. Essas

plantas cultivadas estão em movimento, isso é, enquanto algumas chegam, outras estão saindo sob ações das pessoas que cultivam. Na avenida Central do bairro Jardim Tropical, existe uma disputa entre parte dos moradores que se aproveitam dos benefícios das plantas, sobretudo das sombras, e outras pessoas que desejam implantar um paisagismo com menos árvores.

Tais plantios, sejam de longa duração ou transitórios, produzem mesmo em pequena escala, sobretudo plantas medicinais, frutas, legumes e mudas de plantas, dos quais parte é distribuída com vizinhos e pedintes. Isso significa que existe uma cooperação, construída lentamente e fortalecida pela emoção e resiliência de pessoas com forte ruralidade, superando alguns conflitos existente nessas áreas e reaproximando as pessoas para a convivência respeitosa no espaço público, reanimando uma utopia aberta de paz, saúde, alimentos, igualdade e de um meio ambiente bonito e limpo (NAGIB, 2016).

Como visto, as iniciativas socioambientais executadas no bairro Jardim Tropical, diante do problema de áreas degradadas, promoveram a articulação de grupos de moradores do seu entorno para melhorar seu lugar de vivência. Essas ações estão relacionadas à agricultura urbana, em sua multifuncionalidade, sendo fortalecidas pela força do lugar, pelo sentimento de pertencimento (SANTOS, 2006). As relações de vizinhança e cooperação fortalecidas diante dos diversos problemas sociais enfrentados pelos pobres urbanos têm o potencial de se contrapor à alienação espacial, promovendo mudanças no espaço urbano dos bairros. Essas ações, mesmo que pequenas, são animadas por seus benefícios potenciais e podem promover a descoberta e o engajamento na vida comunitária do bairro; contribuindo para que cresça uma sociedade mais igualitária e justa, o que significa a espacialização de uma utopia (COSTA 2016).

REFERÊNCIAS

- AFONSO, L. D.; SERPA, A. S. P. **Perfil socioeconômico e cultural do bairro de Itapuã em Salvador-BA**. In: COLÓQUIO NACIONAL DO NÚCLEO DE ESTUDOS EM ESPAÇO E REPRESENTAÇÕES, 2., dez./2007, Salvador. Disponível em: <http://www.geografia.ufpr.br>. Acesso em: 26 fev. 2010.
- ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. **Isto e aquilo**: agriculturas e produção do espaço na Região Metropolitana de Belo Horizonte. 2016. 439 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- BEZERRA, Josué Alencar. Como definir o bairro? Uma breve revisão. **Revista Geotemas**, v. 1, n. 1, 2011.
- BONAMIGO, Gilmar Francisco. **Arqueologia da violência**: raízes e movimentos. O percurso da educação humana: volume I. Curitiba: Appris, 2019.
- BORGES, Clério José. História da Serra. 2003. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/artigos/200519>. Acesso em: 5 set. 2021
- CASA CIDADES. Programa. Fortalecendo Comunidades para Construção de Cidades Inclusivas, Resilientes e Sustentáveis. 2018. Chamada Pública nº 2/2018. Disponível em: <https://casa.org.br/casa-cidades-inscricoes-abertas/>. Acesso em: 16 mar. 2021
- CARLOS, Ana Fani Carlos. **A cidade**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- CARVALHO, Horácio Martins (Org.). **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CASTELO BRANCO M.; ALCÂNTARA F. A. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? **Horticultura Brasileira**, n. 29, p. 421-428, 2011.
- CASTIGLIONI, Aurélia H. Processo de crescimento da Grande Vitória. **Revista Instituto Jones**, v. 7, n. 1, p. 9-10, 1994.
- CASTRO, Josué. **Geografia da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- CIDADE e utopia: novos modelos sociais e espaciais. **Jornal GGN**, 9 nov. 2011. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/cidade-e-utopia-novos-modelos-sociais-e-espaciais/>. Acesso em: 30 mar. 2021.
- CLAVAL, Paul. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org.). **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2002. p. 11-43.
- _____. O papel do trabalho de campo na geografia, das epistemologias da curiosidade às do desejo. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasilera de Geografia**, n. 17, 2013.

COSTA, Jodival Mauricio. O Direito à Cidade Sustentável como Utopia. **XIV Colóquio Internacional de Geocrítica Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro**. Barcelona, p. 2-7, 2016.

COUTINHO, Maura Neves; DE MOURA COSTA, Heloisa Soares. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Revista Geografias**, p. 81-97, 2011.

DA SILVA, Marcia Alves Soares. Por uma geografia das emoções. **GEOgraphia**, v. 18, n. 38, p. 99-119, 2016.

DA SILVA DIAS, Adriana; DA SILVA, Cícero Nilton Moreira. O processo de formação e expansão do bairro Edilton Fernandes-Marcelino Vieira-RN. **Revista Geotemas**, v. 2, n. 2, p. 1-16, 2012.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DE AZEVEDO, Elaine. **Alimentos orgânicos**: ampliando conceitos de saúde humana, ambiental e social. São Paulo: Senac, 2018.

DESTAQUE para Jardim Tropical. **A Tribuna**, Vitória, ES, 03/06/2000, p.06, c.1-2. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/336075>>. Acesso em 05/09/2021.

DOURADO, Ana Clara Gonçalves. **A agricultura urbana do Distrito Federal**: contextos e reflexões sobre as ruralidades em meio urbano. 2015. 184 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

DOWBOR, Ladislau. A era do capital improdutivo. **TV Senado**, YouTube, 8 nov. 2017. Entrevista concedida à TV Senado. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=P_R-ezRHRy4. Acesso em: 16 maio 2021.

FERREIRA, Francismar Cunha. A organização do espaço urbano de Serra na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV-ES). **Revista percurso**, v. 10, n. 1, p. 23-50, 2018.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica Laudato si'** – Sobre o cuidado da casa comum. Roma: Tipografia Vaticana, 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si_po.pdf. Acesso em: 9 maio 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GOOGLE MAPS. **Imagens do bairro Jardim Tropical** – Serra/ES. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps>. Acessos em: jan. 2019 a fev. 2022.

GOUVÊA, Daiana Novaes. Apropriação do espaço público na periferia fluminense: a praça como equipamento de lazer. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 16. **Anais eletrônicos...** v. 1, p. 3.024-3.042, 2019.

GRUPO DE ESTUDOS DA QUESTÃO DOS ALIMENTOS. **Facebook @ufesgeqa**. Disponível em: <https://www.facebook.com/ufesgeqa/about/>. Acesso em: 21 maio 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo populacional de 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

JARDIM Tropical surgiu da invasão de uma fazenda. **A Tribuna**, Vitória, ES, 09/08/2006, p.11, c.1-5. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/336025>>. Acesso em 05/09/2021

KUSTER, Eliana. A cidade que habita em nós: metrópoles e criação de subjetividades. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 16. **Anais eletrônicos...** v. 1, p. 2.701-1.720, 2019.

LEITE, A. C. G. **Sistema financeiro**: decifrar, refletir, desconstruir. São Paulo: Nesol-USP, 2015.

LIMA, Adair Rogério de. **Análise e gestão de riscos das ocupações de faixas de linhas de transmissão**: estudo de caso da Vila Alta Tensão. Dissertação (Mestrado em Geografia). Belo Horizonte. UFMG, 2012

LIMA, Márcia Tait. **Por que agricultura na cidade?** A importância da Agricultura Urbana em contexto de emergência climática e sanitária. Boletim Covid-19 - DPCT/IG nº 20. Instituto de Geociências, Universidade de Campinas, 22 ago. 2020. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/sites/default/files/2020-08/Boletins%20DPCT%20IG%20n20.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbae. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.

NAGIB, Gustavo. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo**: o caso da Horta das Corujas. 2016. 438 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

NUPER. **Fundamentos e princípios da Agroecologia** [Curso de Agentes Populares de Agroecologia]. YouTube, 2021. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=LT5nO5dwY6s>. Acesso em: 8 maio 2021.

PAZ E BEM. **Retalhos de nossa história 51** – movimentos contra a carestia. YouTube, 30 nov. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xN4WFwf-GGQ>. Acesso em: 3 dez. 2020.

PEDRONE, Igor Corona; DE MATTOS SILVA, Luiza; SIMÕES, Renata Mattos. Propostas urbanísticas para a readequação de espaços livres urbanos. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 16. **Anais eletrônicos...** v. 1, p. 3.060-3.079, 2019.

POLISEL, Rodrigo. **Benefícios da árvore urbana**. Facebook @brasilbioama, 29 dez. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/brasil.bioma/posts/3604467916303711>. Acesso em: 3 maio 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA. **Mapas interativos**. Disponível em: <https://mapas.serra.es.gov.br/civitasGeoPortal>. Acesso em: 25 out. 2021.

_____. **Plano Municipal de Assistência Social (2014-2017)**. Serra/ES, 2013. Disponível em: <http://www.serra.es.gov.br/site/download/1473101924757-plano-municipal-20142017-final.pdf>. Acesso em 25 out. 2021.

_____. **Revisão/elaboração do plano municipal de redução de riscos do município da Serra**. Serra. 2016. Disponível em: <http://www4.serra.es.gov.br/site/pagina/p.-m.-reducao-de-riscos>. Acesso em: 25 out. 2021.

RABELO, Ricardo Rocha et al. O escotismo como associação voluntária no início do século XX: prática pedagógica extra-escolar. **Revista Interfaces Científicas – Educação**, v. 1, n. 3, p. 33-41, 2013.

RECLUS, Elisée. **O homem e a terra**: textos escolhidos. Tradução de Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Intermezzo, 2015.

REDE PENSSAN. **Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/olheparaafome>. Acesso em: 15 maio 2021.

RODRIGUES, Kelly. O conceito de lugar: a aproximação da Geografia com o indivíduo. ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 11. **Anais eletrônicos...** p. 5.036-5.047, 2015.

SANTOS, Laudenides Pontes dos. **Os espaços públicos de lazer da zona sudeste de Teresina-PI**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 16., Vitória, nov. 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. Introdução. In: CASTRO, Josué. **Geografia da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1957.

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna Viana. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008a.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2008b.

SARAIVA, Cleberson Prudêncio. Aspectos da geograficidade da alimentação num bairro urbano popular: o caso do bairro “Jardim Tropical”, município de Serra-ES. **Geografares**, n. 8, 2010.

SERPA, Angelo. Paisagem, lugar e região: perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), v. 17, n. 1, p. 168-185, 2013.

SOARES, Bernardo. Comuns urbanos: contradições, conflitos e participação na construção de um urbanismo contra hegemônico. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 16. **Anais eletrônicos...** v. 1, p. 4.046-4.061, 2019.

SOARES, Cinthia Silva. **Um olhar geográfico sobre as PANC** – Plantas Alimentícias Não-Convencionais. 2020. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020.

SOSA, Braulio et al. **Revolução agroecológica**: o movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade** – uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TARTARUGA, Iván Gerardo Peyré; HEIDRICH, Álvaro Luiz. Participação, identidade e autonomia. **Boletim gaúcho de geografia**, n. 27, p. 78-85, dez. 2001.

TV 247. **Brasil Popular** – Um projeto popular para as cidades brasileiras. YouTube, 2 dez. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DzhNDEeKRVc>. Acesso em: 2 dez. 2020.

UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL. **Projeto Educativo dos Escoteiros do Brasil**: educação para a vida. Curitiba, 2021. Disponível em: <https://www.escoteiros.org.br/projeto-educativo/>. Acesso em: 3 mar. 2021.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. As metamorfoses do conceito de cidade. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. spe, p. 17-23, 2015.

ANEXOS

ANEXO A – Roteiro de entrevista da pesquisa

O Lugar da Agricultura Urbana: entre Utopia, Emoções e Comunidade

Parte 1: IDENTIFICAÇÃO

ORDEM DA ENTREVISTA:

DATA:

HORÁRIO:

NOME:

ENDEREÇO:

IDADE:

SEXO:

PROFISSÃO:

EMPREGADO?:

RESIDENTES:

CRIANÇAS:

ADOL./ JOVENS:

ADULTOS:

IDOSOS:

RENDA FAMILIAR:

DIFICULDADE PARA COMPRAR ALIMENTOS?

TEMPO QUE MORA NO BAIRRO:

TEM QUINTAL?

TEMPO QUE CUIDA DO ESPAÇO PÚBLICO:

Parte 2: RELAÇÃO COM AS PLANTAS

- 1) ONDE, QUANDO E COMO SURTIU O GOSTO PELAS PLANTAS?
- 2) QUAIS PLANTAS CULTIVA?
- 3) QUEM CUIDA DAS PLANTAS?
- 4) O QUE FAZ PARA DEIXÁ-LAS BONITAS?
- 5) QUAIS AS VANTAGENS, BENEFÍCIOS? QUAIS AS DIFICULDADES?
- 6) ONDE CONSEGUE MUDAS e SEMENTES?
- 7) ONDE CONSEGUE TERRA e ADUBO?
- 8) TEM ÁGUA SUFICIENTE?
- 9) TEM TEMPO SUFICIENTE?

Parte 3: UTOPIA

- 10) QUAL SEU SONHO PARA A HUMANIDADE?
- 11) O CULTIVO DAS PLANTAS PODE AJUDAR A RESOLVER PROBLEMAS DO BAIRRO? QUAIS?

12) COMO AS PESSOAS PODEM DESCOBRIR OS BENEFÍCIOS EM CUIDAR DAS PLANTAS?

Parte 4: EMOÇÃO

- 13) QUE SENTIMENTOS AS PLANTAS TRAZEM?
- 14) COMO SE SENTE AO CUIDAR DAS PLANTAS?
- 15) CITE UM FATO EMOCIONANTE COM AS PLANTAS?

Parte 5: COMUNIDADE

- 16) TROCA ALGUMAS PLANTAS, SEMENTES OU COLHEITA COM ALGUÉM?
- 17) COMO OS PLANTIOS PODEM AJUDAR A COMUNIDADE?
- 18) PARTICIPOU DE ALGUMA ATIVIDADE DE PLANTIO NA RUA? POR QUE?
- 19) PARTICIPARIA UMA DE HORTA COMUNITÁRIA? POR QUE SIM? POR QUE NÃO?
- 20) QUE SUGESTÃO DARIA PARA A PREFEITURA SOBRE AS PLANTAS?
- 21) QUE SUGESTÃO DARIA PARA A PREFEITURA SOBRE HORTAS COMUNITÁRIAS?

ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

O Sr/Sr^a está sendo convidado a fazer parte da Pesquisa intitulada: “O lugar da agricultura urbana: Entre utopia, emoções e comunidade”. Trata-se de uma pesquisa de mestrado em Geografia, que tem como objetivo verificar o potencial da agricultura urbana para o fortalecimento político-comunitário e se justifica pelo fato desta prática apresentar benefícios alimentares, econômicos, ambientais, culturais, que são vistos como respostas aos problemas contemporâneos da cidade.

Sua participação será por meio de entrevista presencial, que consiste em/de:

- a. uso de recurso audiovisual para fotografia e gravação sonora; eu, pesquisador, só usarei a transcrição das informações que você cedeu sem divulgar a sua voz;
- b. tempo previsto para a entrevista é de no máximo 30 minutos;
- c. sua identidade e os dados coletados serão mantidos em sigilo), sendo os mesmos utilizados somente para o desenvolvimento da pesquisa e/ou se, for o caso, artigos;
- d. no seu direito de poder buscar indenização em caso de dano causado pela pesquisa;
- e. no recebimento de termo de compromisso com duas vias, assinado e rubricado em todas as páginas, pelo participante e pesquisador, sendo que cada um receberá uma via;
- f. o participante poderá retirar o consentimento a qualquer momento: sua participação é voluntária, sendo assim o/a senhor/a poderá desistir e/ou se retirar desta no momento que desejar.
- g. garantia ressarcimento monetário ao entrevistado caso haja gasto com a participação na pesquisa, como passagens e alimentação, o que não está previsto.

Os riscos da entrevista são: constrangimento ao falar do assunto, exaustão física/mental pelo tempo gasto com os procedimentos, incômodo por lembrar situações desagradáveis. Nestes casos, o pesquisador irá fazer uma pausa e verificar se o entrevistado que continuar.

Em relação ao Covid-19, o pesquisador já está vacinado com duas doses; serão tomados os cuidados de distanciamento, uso correto de máscara e álcool 70%.

Quanto aos benefícios, espera-se que os resultados da pesquisa possam servir de apoio para a atuação ativistas, grupos organizados e da prefeitura municipal nas iniciativas de agricultura urbana.

Em Caso de dúvidas e/ou maiores esclarecimentos sobre a pesquisa o contato será com o pesquisador responsável: CLEBERSON PRUDENCIO SARAIVA, correio eletrônico cleberpsons@gmail.com, telefone 27 9 9203-1347

Em caso de denúncias e/ ou intercorrências na pesquisa o participante poderá contatar o Comitê de Ética e Pesquisa da UFES por meio do telefone: (27) 3145-9820, pelo e-mail: cep.goiabeiras@gmail.com, pessoalmente ou pelo correio, através do endereço: Av. Fernando Ferrari, 514; Campus Universitário, sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória - ES, CEP 29.075-910.

Eu, abaixo assinado, concordo voluntariamente em participar do estudo: “O lugar da agricultura urbana: Entre utopia, emoções e comunidade”; declaro ainda que fui devidamente informado e esclarecido pelo Pesquisador Responsável sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Assinatura

.....

Local e data

.....

O **pesquisador responsável declara** que esta pesquisa foi avaliada e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos/UFES e que todos os procedimentos experimentais estão de acordo e obedecendo aos princípios éticos, conforme Resoluções nº 466/12 e 510/16 do CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, que estabelecem as diretrizes e normas regulamentadoras para as pesquisas envolvendo seres humanos no país.

Pesquisador Responsável: CLEBERSON PRUDENCIO SARAIVA

Local e data:

.....

Assinatura:.....

ANEXO C – Tabela de resumo das entrevistas

ENTREVISTADO		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
I D E N T I F I C A Ç Ã O	data	10/01/22	10/01/22	11/01/22	11/01	12/01/2022	12/01/22 17:30	12/01/2022 18:13:00	13/01/2022	13/01/2022	13/01/2022	
	local	Área Verde	Área Verde Linha de força 105	Campinho	Massafote	próximo ao Yaliati	Rua Landerico Laporte	Avenida Central 82		Santa Luzia	Quadra norte	
	sexo	F / M	M	F	Massafote	M	F	M	F	F	F	
	idade	60	63	65/51	62	mais de 60	43	64	70	61	73	
	residente	3	2	2	2	2	3	2		5	2	
	renda	2000	1000 filhos criados	2000	1500	ni	1000	1000	1250	1000	1500	
	ocupação	comerciante	comerciante	aposentada biscate	#VALOR!	comerciante	olha crianças	comerciante	aposentada	fazineira	aposentada	
	profissão	não	pedreiro		ex-radialista	ni	auxiliar	mestre do	ni	ni	ni	
	falta alimento	não	não	não	não	não	não	sim tem cortado	não	não	não	
	origem	Ecoporanga	Guarapari	Nanuque	Vila Velha	Vitoria da Conquista	Pancas até os 18anos	ni	ni	Carapina	ni	
	quintal	sim (4 x 6m)	não	sim	sim	não	sim	sim	não	não	não	
tempo no bairro	34	6	28	17	34	14	30	20	53	45		
tempo do cultivo	8	5	1	3	2	3	5	muitos anos	10	2		
R E L A Ç Ã O	1 gosto	em JT, há 6 anos	criado no mato em Domingos Martins	Pedro é da roça queria casa com quintal	sempre do interior	todo lugar que mora	da roça	jogavam entulho começou a capinar e plantar	vem de solteira, da roça	sempre gostei a preferida é boa noite	sempre teve, desde quando se entende por gente	
	2 plantas	abacate, ingá, caja, flores, taioba, medicinais (boldo, mentrasto, cidreira)	frutífera, horta, flor, banana, mangioca, medicinal, maracujá	mandioca, jiló, cebolinha, guando, galinheiro em casa	abacaxi, ingá, coentro, mandioca, jiló, almeirão, cebolinha, taioba roxa	medicinais flores	onze horas, graxa, lagrima de Cristo, boldo, espada de S.Jorde	lpe rosa, lpe Amarelo, Aroeira, mamão	pé de limão e plantas do canteiro	ornamentais rosa lirio dama da noite	ornamentais, flores, manjerição, hortelã, pimentão	
	3 que cuida?	ela e o marido	só ele	casal	só ele	ele D. Fátima	sozinha	ele e vizinho	ela o vizinho molham	filha e mãe	ela	
	4 trato	agua todo dia adubo doado Casa Adubo	esterco de galinha (vem de Marechal)	água quando nova	adubo esterco molhar	molha	limpeza poda água (mangueira) cortado	capina água	água	botar no sol molhar deixa garrafas com água	molha, terra	
	5 vantagem	terapia era lição tudo aberto * pessoas rancavam as plantas * formigas ajuda	limpeza da área (lixo e entulho) * gosta de fazer não tem falta dinheiro quase ninguém ajuda	passa tempo planta e colhe	cebolinha coentro couve	remédio para os outros	faz bem terapia	frente de casa simpática	remédio serve p/ gripe	é bonito, bom faz chá remédio	bem estar	
	6 dificuldades	* pessoas rancavam as plantas * formigas ajuda	não tem falta dinheiro quase ninguém ajuda	capina, roubo	molhar agua de casa	peessoas rancam	roubam os galhos formiga	peessoas rancam na rua ninguém manda	peessoas rancam na rua ninguém manda	lagartas peessoas pegam	terra difícil, precisa comprar falta sol pra	
	7 mudas e sementes	peessoas doam * no inicio procurou algumas terra raspada alguem contribuiu	compra em Marechal, tinha horta bonita	compra traz de casa	compra busca negocia	consegue em casa	compra peessoas dão	alguma mudas de Baixo Guandu	só cuida das plantas da frente	ganha	compra pede vizinho vem do interior	
	8 terra e adubo	terra raspada alguem contribuiu	comprou caçamba por 300,00	raspa do local	ganhou duas caçambas	do local	compra	ni	é bom quando aduba	compra pede o irmão	compra	
	9 água	* tem ponto no local quando falta usa sim	ponto disponível	traz na bombona (100m)	sim	sim	sim	sim	sim	sim	tem	sim
	10 tempo	varre tira os matos	falta	falta	manhã e tarde 4h por dia	sim	sim, mas cuida de crianças	sim se planta tem que cuidar	sim	tem	tem	de sobra
U T O P I A	11 utopia	ter mais árvores	difícil ter um terreninho em Marechal	ser rica ajudar o próximo	mundo melhor mais igualdade muita gente pega as medicinais	nada de bom ir vivendo	não sabe	ver o ambiente bonito	cultivar saúde comida	alegria quando ver a roseira florir	bem	
	12 problemas do bairro	com as plantas as peessoas fica mais na rua	limpeza doava couve gente pedia	uns reclamam outros gostam	remédio caseiro saíou p/ ouvido	ninguém pergunta	a vizinha está imitando para espantar o lixo	mais vida limpo bonito	remédio sombra	até hoje ninguém reclamou	embelezar se todo mundo tiver e cuidar	
	13 despertar	* outras pessoas plantaram * D. Cenira cuidava lá	quando fez não tinha nada do lado outros começaram	alegria quando cresce	lendo buscando informação	* gosta de coisa verde * remédio	só com vontade	alguns não querem descobrir	é de cada um vai descobrendo aos poucos	felicidade	acham que dá trabalho	
E M O Ç Ã O	14 sentimento	alegria felicidade beleza	bom ver as plantas crescendo	feliza	alegria, paz	ni	alegria distração raiva quando rancam	alegria fica feliz é ser vivo	são vivas, sentem	felicidade	agradável	
	15 cuidado	bem sem cansaço	bem	colher os frtos dá mandioca pros vizinhos	alegria	ni	idem	idem	bem divertido	felicidade	bem	
	16 fato emocionante	as pessoas elogiam, o povo gosta	ver a área toda limpa e sem o lixo	não	peessoas chegam procurando remédio	ni	fazia os canteiros com a avó	canteiros suspensos nos quintal porque tem	não sabe	bonito gostoso de Deus	com vizinho	
C O M U N I D A D E	17 troca plantas	doa acerola peessoas pedem muda peessoas trazem	não	so qe aqui	compartilha com que tem horta	ni	ni	faz muda e dá para os outros	ainda não, se tivesse um terreno trocaria	as pessoas pedem mudas	não	
	18 ajuda o bairro	*peessoas fazem chá sombra	comida relacionamento não volta pra ajudar * sombrite 30,00 o metro	acaba com lixo remédios	remédios comer plantar	ni	acabar com o lixo	mais bonito	remédio sombra	mais bonito	não sabe	
	19 atividade na rua	terapia vontade de movimentar	não	sem	SP durante 4 anos (cada um arrendava seu	cada um faz sua parte	não	não	não	não	sim	
	20 Hortas comunitárias	não * ela e marido, ninguém capina	sim mais gente	sim; remedio e comida	sim; remedio e comida	não	sim porque gosta	sim gosta de plantas	sim	não se mistura	não	
	21 Sugestão Prefeitura sobre plantas / horta	fazer paisagismo, coisa melhor * fechar mais e fazer coisa pra comer	mudas terra * poderia organizar mais	ponto de água feira	fornecer maquinário, semente e terra tem que ter responsável francava	não tem não confia	podas mais constantes (eles podam de uma vez só)	alguem pra cuidar	quando for mexer, não cortar o limão	não proibem a gente planta em vasos	medo de mandar tirar as plantas da calçada	